

Cabo Verde: Consulta de 2010 ao Abrigo do Artigo IV e Pedido de Acordo de 15 Meses no Âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica — Relatório do Corpo Técnico, Suplementos, Nota de Informação ao Público, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador para Cabo Verde.

Nos termos do Artigo IV do Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto de uma discussão com Cabo Verde que combina a consulta de 2010 ao abrigo do Artigo IV e o pedido de um acordo de 15 meses no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- O Relatório do Corpo Técnico que combina a Consulta de 2010 ao Abrigo do Artigo IV e o Pedido de um Acordo de 15 Meses no Âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões encerradas em 28 de Setembro de 2010 com as autoridades de Cabo Verde sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 9 de Novembro de 2010, com base na informação disponível à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- Uma Nota de Informação ao Público (PIN) e um Comunicado de Imprensa que resumem as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 22 de Novembro de 2010 sobre o relatório do corpo técnico e temas relacionados à consulta ao abrigo do Artigo IV e ao acordo com o FMI, respectivamente.
- Um pronunciamento do Administrador para Cabo Verde.

Os documentos relacionados abaixo foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de Cabo Verde *
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades de Cabo Verde *
Memorando Técnico de Entendimento *

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telephone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

CABO VERDE

Relatório do Corpo Técnico sobre a Consulta de 2010 ao Abrigo do Artigo IV e Pedido de Acordo de 15 Meses no Âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica

Elaborado pelo Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

Aprovado por Sharmini Coorey e James Roaf

9 de Novembro de 2010

Sumário Executivo

Foco: Após a expiração do primeiro PSI, as autoridades solicitaram ao FMI um novo programa apoiado pelo PSI, com a duração de 15 meses, que permitirá ao novo governo avaliar a modalidade de envolvimento com o Fundo no futuro, após as eleições de 2011. As autoridades reafirmaram o seu compromisso com a estabilidade macroeconómica e acreditam que o programa servirá como âncora macroeconómica, contribuindo para manter o foco na manutenção de um baixo nível de dívida interna e na acumulação de reservas internacionais.

Avaliação: Cabo Verde conseguiu sair-se relativamente bem da crise económica mundial graças ao espaço orçamental e ao nível de reservas acumulado antes da crise, bem como às suas políticas macroeconómicas anticíclicas. O *boom* temporário no investimento público, maioritariamente financiado com recursos externos, beneficiará dos recursos concessionais que estarão disponíveis nos próximos anos, à medida que o país completa a sua transição para uma economia de rendimento médio. O corpo técnico apoia o pedido de um novo programa apoiado pelo PSI.

Discussões de política:

- **Política orçamental.** O principal desafio será a execução eficiente do programa de investimento público, e a retirada do estímulo fiscal nos próximos anos, conforme planeado, visando preservar a sustentabilidade da dívida.
- **Política monetária.** A despeito do elevado *spread* frente à Euribor, o banco central mantém-se cauteloso em relação ao afrouxamento das condições monetárias, buscando estabilizar a entrada de depósitos de emigrantes e reforçar a acumulação de reservas cambiais.
- **Reformas estruturais.** As reformas terão como foco: a melhoria da capacidade de gestão da dívida, o fortalecimento das operações monetárias e a salvaguarda da estabilidade do sector financeiro.

Regime cambial: Paridade fixa convencional ao euro.

¹As discussões transcorreram entre 15 e 28 de Setembro de 2010. A equipa foi composta por Valerie Cerra (chefe), Abdullah Al-Hassan, Fabiano Bastos e Jean-Baptiste Le Hen. A missão reuniu com a Ministradas Finanças, Sra. Cristina Duarte, com o Governador do Banco de Cabo Verde, Sr. Carlos Burgo, com outras autoridades e com representantes do sector privado. A missão também organizou actividades de informação viradas para a imprensa e outros membros da comunidade local.

	Índice	Página
I.	Introdução	4
II.	Evolução Recente e Perspectivas.....	4
	A. Recuperação da desaceleração mundial	4
	B. Riscos para as perspectivas	7
III.	Discussões de Políticas: Reconstrução das Margens de Manobra e Desenvolvimento dos Mercados.....	7
	A. Melhoria das infra-estruturas sem ameaçar a sustentabilidade orçamental	7
	B. Apoio à paridade cambial.....	10
	C. Salvaguarda da estabilidade financeira e desenvolvimento dos mercados	12
	D. Reduzir o risco orçamental das empresas públicas.....	14
	E. Políticas sociais para a protecção dos mais vulneráveis.....	15
	F. Sustentação do crescimento no médio prazo	15
IV.	Monitorização e Riscos para o Programa	18
	A. Monitorização do programa	18
	B. Questões estatísticas.....	18
	C. Riscos para o programa	18
V.	Avaliação do Corpo Técnico	19
 Tabelas		
	1. Indicadores Seleccionados.....	24
	2. Operações Orçamentais do Governo Central.....	25
	3. Operações Orçamentais do Governo Central (Percentagem).....	26
	4. Balança de Pagamentos.....	27
	5. Síntese Monetária.....	28
	6. Síntese do Banco Central	29
	7. Síntese dos Bancos Criadores de Moeda	30
	8. Solidez Financeira do Sector Bancário.....	31
	9. Programa de Trabalho Proposto para 2011.....	31
	10. Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas para 2010–11 no âmbito do novo PSI.....	32
 Figuras		
	1. Desempenho Orçamental	21
	2. Evolução Monetária.....	22
	3. Evolução do Sector Externo.....	23
 Caixas		
	1. Sucesso do Primeiro PSI.....	4
	2. Avaliação da Taxa de Câmbio	6
	3. Gestão de Liquidez e Operações Monetárias.....	14
	4. Políticas Sociais de Cabo Verde	17

Apêndices

I. Carta de Intenções	33
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	34
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	42
II. Análise de Sustentabilidade da Dívida.....	48

I. INTRODUÇÃO

1. O desempenho no âmbito do PSI durante o período 2006–10 foi robusto.

As reservas internacionais ascenderam a mais de quatro meses de cobertura de importação e a dívida interna líquida declinou para menos de 20 por cento do PIB. O enfoque prudente da política orçamental nos primeiros anos do programa permitiu a adopção de políticas anticíclicas eficazes em 2008–09 no despoletar da crise mundial.

Caixa 1. Sucesso do Primeiro PSI

Em 2006, após a conclusão de um acordo trienal ao abrigo do PRGF, Cabo Verde iniciou um programa trienal apoiado pelo PSI, que foi estendido por mais um ano em 2009. Nos termos desse primeiro PSI, que abrangeu o período 2006–10, as medidas de política lograram reforçar o desempenho macroeconómico em diversas áreas, nomeadamente: i) redução da dívida pública, ii) acumulação de reservas internacionais, iii) melhoria das políticas fiscais e da gestão das finanças públicas, e iv) fortalecimento da capacidade de regulação do sector financeiro.

Um motivo chave para o sucesso do primeiro PSI foi a capacidade das autoridades de tirar proveito das discussões técnicas, dos indicadores de referência estruturais e dos critérios de desempenho associados ao programa para potencializar a sua própria agenda de reformas. As políticas do programa apoiado pelo PSI contribuíram para a consolidação da estabilidade macroeconómica, que está no âmago da estratégia do governo para a redução da pobreza.

2. **As autoridades solicitaram um novo PSI de 15 meses.** Estão programadas para o início de 2011 eleições legislativas e presidenciais, e as autoridades solicitaram um programa de 15 meses apoiado pelo PSI, que permitirá ao novo governo avaliar a modalidade do seu envolvimento com o FMI no futuro, após as eleições. Tendo em mãos um orçamento apenas teórico para 2011, as autoridades consideram que o quadro macroeconómico e a condicionalidade do programa apoiado pelo PSI servirão como uma âncora para as políticas.² O novo programa continuará virado para a estabilidade macroeconómica, buscando consolidar os avanços conquistados com o programa anterior.

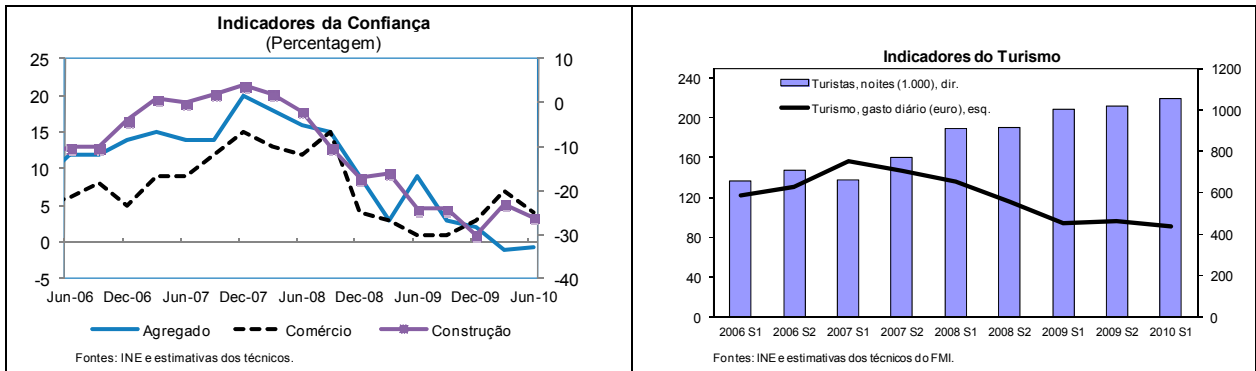
II. EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

A. Recuperação da desaceleração mundial

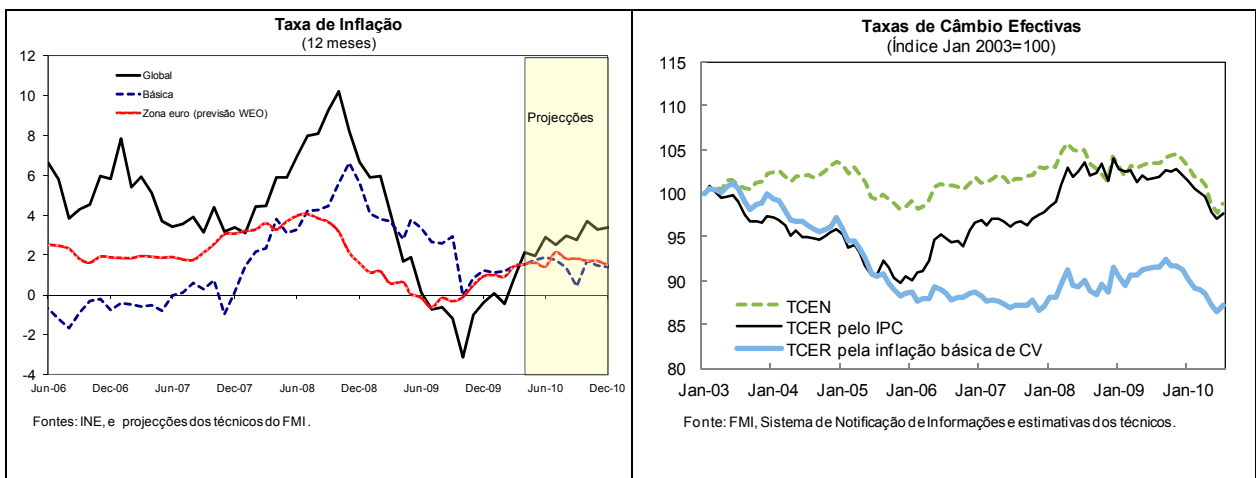
3. **O crescimento económico em 2010 deu sinais de sólida recuperação.** Nos últimos meses, os indicadores quantitativos e qualitativos apontam claramente que a actividade

² Não haverá votação na Assembleia Nacional sobre o Orçamento do Estado para o ano de 2011 até que seja formado o novo governo, o que provavelmente só acontecerá em meados de 2011. No entretanto, a execução orçamental terá como base o cenário fiscal de médio prazo (CFMP) descrito no Enquadramento do Orçamento do Estado para o ano económico de 2010 submetido à apreciação da Assembleia Nacional.

económica está em recuperação. Os principais indicadores económicos, nomeadamente o indicador do clima económico e os indicadores de confiança dos diversos sectores económicos, revelam um desempenho positivo no primeiro semestre de 2010. A baixa dos preços no sector do turismo contribuiu para sustentar a expansão do número de hóspedes e dormidas. No sector de transportes, a movimentação de passageiros e cargas tem sido intensa. O acentuado crescimento das importações de bens de consumo, intermédios e de capital pressagia uma vigorosa procura interna. De destacar o rápido crescimento das importações de cimento, que prenuncia a aceleração das actividades de construção e do investimento.



4. A inflação apresentou tendência ascendente nos últimos meses porém permanece baixa, e o valor real do escudo ainda é competitivo. A inflação subiu para 3,0 por cento nos doze meses findos em Agosto de 2010, sobretudo em razão da alta dos preços das actividades de serviços (i.e., restaurantes e transportes) e dos alimentos. A implementação do Programa de Investimento Público (PIP) continuará a ter um efeito reduzido sobre a inflação interna em vista do elevado conteúdo de importações dos investimentos, em termos de utilização de bens, mão-de-obra e outros serviços. A taxa de câmbio efectiva nominal apresentou ligeira depreciação nos últimos meses em vista da parida fixa com o euro, que registou desvalorização face ao dólar. A taxa de câmbio efectiva real está basicamente alinhada com os fundamentos económicos (Caixa 2).



Caixa 2. Avaliação da Taxa de Câmbio

Cabo Verde mantém um regime de paridade fixa com o euro. A competitividade do escudo cabo-verdiano foi avaliada a partir de três métodos alternativos assentes na metodologia do FMI, adaptada às circunstâncias específicas do país e tendo como base os fundamentos económicos de médio prazo (projeções para 2014).³ Apesar do alto grau de incerteza e da sensibilidade da análise a diferenças metodológicas, tudo indica que o escudo esteja basicamente alinhado com os seus fundamentos económicos.

Resultados da Análise CGER

	TCRE	EM	SE
Norma da conta corrente (% do PIB)	...	-7.3	-8.1
Hiato da conta corrente (% do PIB)	...	-2.4	-1.6
Desalinhamento (+ sobrevalorização, %)	-12.5	9.0	6.2

Fonte: Estimativas e projeções dos técnicos do FMI

O **método da taxa de câmbio real de equilíbrio (TCRE)** estima uma relação de forma reduzida entre a TCER e os fundamentos macroeconómicos (ou seja, a produtividade relativa, representada pelo PIB à taxa de câmbio da paridade do poder de compra por unidade de trabalho; os termos de troca, o consumo do governo em relação ao PIB, os Activos Externos Líquidos (AEL), os fluxos da ajuda financeira e as remessas). A TCRE indica que a taxa de câmbio está subavaliada em cerca de 12,5 por cento.

O **método do equilíbrio macroeconómico (EM)** estima um saldo de equilíbrio da conta corrente (ou seja, a norma) como uma função dos fundamentos macroeconómicos (ou seja, dependência relativa dos idosos, crescimento populacional relativo, rendimento relativo, crescimento do rendimento relativo, saldo orçamental relativo, saldo do comércio de petróleo, AEL iniciais, fluxos da ajuda e remessas) e estima a variação necessária na taxa de câmbio para ajustar a conta corrente subjacente à norma. Este método indica um pequeno hiato de -2,4 por cento do PIB entre a norma da conta corrente e a conta corrente subjacente em 2014, o que implica uma sobrevalorização cambial de 9 por cento. Este grande hiato negativo na norma da conta corrente deve-se ao baixo nível de AEL e à população relativamente jovem, factores estes que reduzem a poupança nacional e, por conseguinte, o saldo da conta corrente.

O **método da sustentabilidade externa (SE)** calcula a conta corrente necessária para estabilizar a posição externa líquida num nível parametrizado, e em seguida estima a variação necessária na taxa de câmbio para ajustar a conta corrente subjacente a esta norma. Com base nas projeções para o crescimento real médio no médio prazo, este método indica um pequeno hiato de -1,6 por cento do PIB, o que implica uma sobrevalorização cambial de 6,2 por cento.

Uma avaliação correcta da competitividade externa de Cabo Verde também precisa levar em conta o principal sector exportador do país: o turismo. Na fase mais aguda da crise financeira mundial, o sector do turismo comprovou a sua considerável flexibilidade no que respeita aos preços: os hotéis reduziram drasticamente os preços diante do choque da procura e, dessa forma, preservaram o forte crescimento do número das dormidas. O potencial de crescimento das exportações de Cabo Verde no sector do turismo depende da eliminação dos gargalos nas infra-estruturas de apoio, especialmente portos, aeroportos, electricidade e água.

³ A avaliação da taxa de câmbio utilizou um modelo e um conjunto de dados extraídos de Burcu Aydin (2010), *IMF Working Paper 10/162*, que alarga a metodologia CGER para incluir alguns fundamentos específicos ao continente africano.

5. **O comércio internacional e a entrada de recursos financeiros tiveram evolução positiva no primeiro semestre de 2010.** A importação de mercadorias cresceu aproximadamente 5 por cento em comparação ao mesmo período do ano transacto. O crescimento das exportações de serviços foi moderado, mas segundo os operadores hoteleiros as taxas de reservas antecipadas para a época alta até ao final do ano são elevadas. As exportações de mercadorias registaram crescimento substancial (cerca de 70 por cento, embora partindo de uma base pequena), com destaque para os produtos pesqueiros. No que respeita à conta financeira, o IDE estabilizou, e o ritmo vigoroso de desembolsos oficiais deve contribuir para uma balança de pagamentos em geral positiva em 2010.

B. Riscos para as perspectivas

6. **Os riscos para as perspectivas encontram-se basicamente equilibrados.** As projecções indicam a recuperação do crescimento em 2010 e a sua expansão no médio prazo, à medida que melhora a conjuntura mundial. A expectativa é de evolução positiva das entradas de capital privado, principalmente na forma de IDE, mas é provável que se registre uma deterioração do saldo da conta corrente em 2010–11 em razão do forte conteúdo de importações do PIP. De todo modo, o PIP deverá apoiar o crescimento no médio prazo, com um potencial significativo de atrair o investimento do sector privado, especialmente no sector do turismo. De notar, porém, que Cabo Verde mantém um forte vínculo com a Europa, através dos empréstimos oficiais, do turismo, do IDE e das remessas; por este motivo, a deterioração da conjuntura europeia nos últimos meses intensificou os riscos, e as medidas de austeridade adoptadas pelos países doadores poderiam ter alguns efeitos negativos sobre o turismo, bem como sobre os desembolsos e a aprovação de novos projectos.

III. DISCUSSÕES DE POLÍTICAS: RECONSTRUÇÃO DAS MARGENS DE MANOBRAS E DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS

A. Melhoria das infra-estruturas sem ameaçar a sustentabilidade orçamental

Aceleração do programa de investimento público

7. **Os grandes défices orçamentais e correntes ao longo do período 2009–12 reflectem a aceleração temporária do programa de investimento público, que foi utilizada como medida de estímulo anticíclico.** As autoridades tiraram proveito da possibilidade de obter financiamento externo concessional no período de transição após a passagem de Cabo Verde à condição de país de rendimento médio e da necessidade de adoptar medidas de estímulo anticíclico para acelerar o seu PIP.⁴ O objectivo do programa é aliviar os

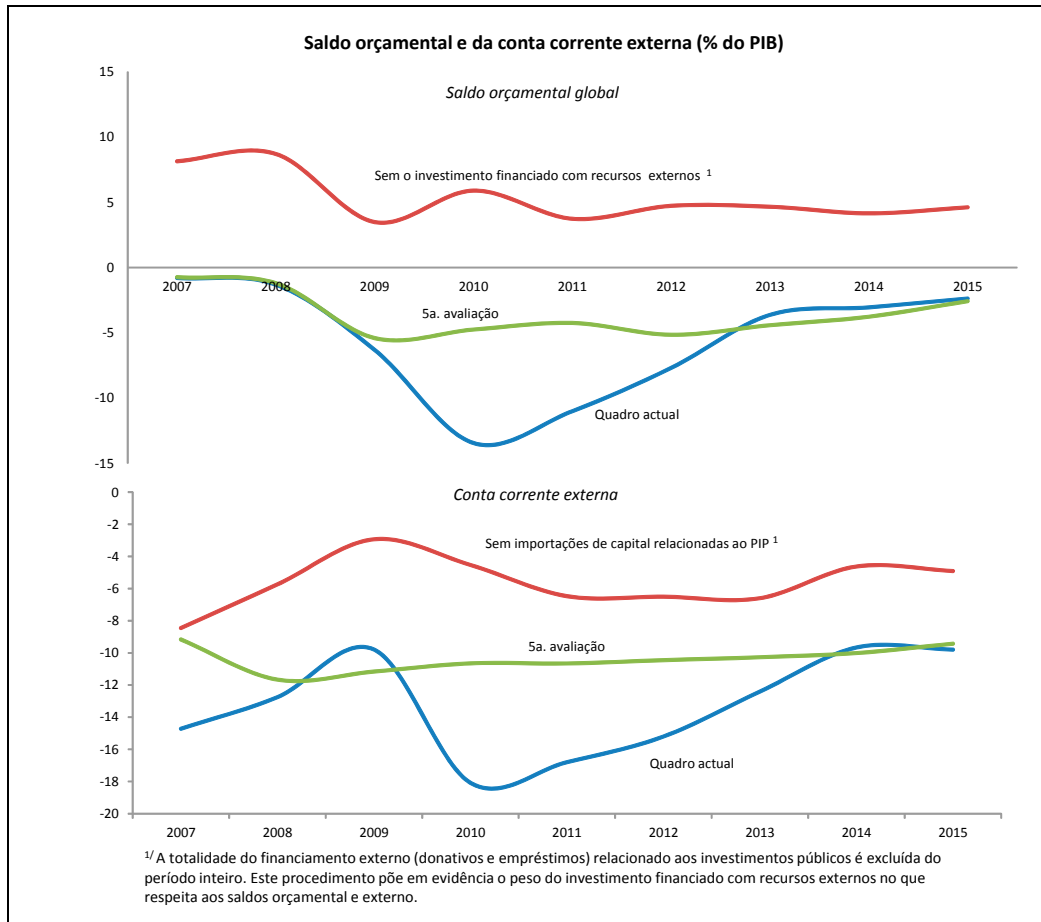
⁴ Após Cabo Verde ter saído da categoria dos países menos avançados, os doadores concordaram em conceder recursos em condições concessionais durante um período de transição que levará vários anos. As autoridades estão a aproveitar esta oportunidade para obter financiamento para o maior número possível de investimentos em infra-estruturas em condições favoráveis. Os grandes projectos foram avaliados pelo Banco Mundial e por consultores externos.

gargalos nas infra-estruturas, inclusivamente aqueles que entravam o desenvolvimento do sector do turismo, e apoiar os avanços nas políticas sociais. O FMI apoia esta estratégia, que está a contribuir para uma deterioração temporária dos saldos orçamentais em relação ao que se previu antes da crise (por exemplo, durante a quinta avaliação do PSI em 2008).⁵ Da mesma forma, os grandes défices temporários da conta corrente reflectem a subida das importações associadas ao investimento público. A despeito desta deterioração temporária dos saldos orçamentais e externos, os fundamentos macroeconómicos de Cabo Verde são na generalidade estáveis e sustentáveis, e cumprem os requisitos do PSI: i) os grandes défices orçamentais e da conta corrente são financiados por recursos concessionais pontuais; ii) não fosse pelas despesas de investimento financiadas com recursos externos (através de donativos e empréstimos), Cabo Verde registaria superávites orçamentais e pequenos défices da conta corrente, o que estaria em linha com os requisitos do PSI e representaria uma situação favorável em comparação a outros países com acordos PSI; iii) o estudo de viabilidade mostra que, no médio prazo, os projectos gerarão receitas e terão grande valor agregado.

8. As autoridades estão confiantes que a taxa de execução de projectos em 2010 será alta. Os dados preliminares indicam que no final de Agosto a taxa de execução do investimento público era de 46 por cento. A expectativa das autoridades é que esta taxa de execução acelere até ao final do ano e que as despesas de investimento em 2010 ascendam a 22 por cento do PIB.

9. O programa de investimento público visa o alcance dos objectivos nacionais de desenvolvimento no que respeita à aceleração do crescimento, diversificação da economia e protecção dos grupos mais vulneráveis. As autoridades concluíram a análise dos custos/benefícios de todos os projectos, na maioria dos casos em parceria com doadores ou credores. O corpo técnico apoia os objectivos do programa de investimento e destaca que muitos dos projectos deverão aumentar a competitividade do país, ao aliviar os gargalos das infra-estruturas que representam um custo para a actividade empresarial. Todavia, o corpo técnico também salientou a necessidade de seleccionar os projectos criteriosamente e executá-los de maneira transparente. Por este motivo, recomenda-se às autoridades que exerçam cautela ao contrair empréstimos estrangeiros que contenham cláusulas de adjudicação de contratos públicos vinculadas aos doadores como forma de minimizar os custos e que estimulem a utilização de fornecedores do sector privado interno.

⁵ Esta deterioração também reflecte a diminuição das receitas em decorrência da desaceleração económica. Nas projecções actuais, as receitas internas no período 2010–11 são cerca de 1,5 por cento do PIB inferiores ao projectado à altura da quinta avaliação do PSI, em 2008, e este declínio é apenas parcialmente compensado pela redução das despesas internas.



Manutenção da sustentabilidade da dívida externa

10. **As autoridades estão conscientes da necessidade de gerir correctamente a dívida externa e de garantir a sustentabilidade da dívida (MPEF ¶ 5).** Elas estão empenhadas em aproveitar a janela de oportunidade para obter financiamento concessional para o programa de investimento público. Com efeito, dadas as baixas taxas de juros e os prazos prolongados de carência e maturidade, os rácios do serviço da dívida mantêm-se bastante baixos, o que minimiza os riscos de liquidez e solvência. A execução célere do PIP no período 2009–12 atenuaria o impacto da desaceleração mundial e lançaria as bases para o crescimento sustentado no médio prazo, que por sua vez reforçaria a capacidade de pagamento do país. Contudo, dada a perspectiva de transição gradual para o financiamento em condições não concessionais no médio prazo, as autoridades pretendem fazer da gestão da dívida um dos elementos chaves do novo programa apoiado pelo PSI. O corpo técnico apoia esta decisão, mas também enfatiza a necessidade de reconstituir a margem de manobra da política orçamental em vista da subida dos stocks da dívida em relação aos níveis anteriores à crise. Por conseguinte, para criar o espaço necessário para o ajuste da política orçamental diante de futuros choques, o corpo técnico enfatiza que as autoridades devem evitar a contratação de novos empréstimos estrangeiros para além daqueles já planeados e incluídos na actual análise da sustentabilidade da dívida (ver o suplemento da ASD). O redimensionamento dos gastos no

médio prazo também dará espaço suficiente para garantir que o investimento actual gere os dividendos esperados em termos de crescimento.

B. Apoio à paridade cambial

Manter a dívida interna em baixa

11. **A política orçamental contribui para a protecção da paridade cambial ao manter a dívida interna sob controlo** (MPEF ¶ 4). Cabo Verde fez progressos notáveis na redução do stock da dívida interna líquida para menos de 20 por cento do PIB durante o PSI de 2006–10. As autoridades cumpriram o seu objectivo dois anos antes do previsto. O corpo técnico prevê que a dívida interna líquida permanecerá abaixo dos 20 por cento do PIB em 2010 e 2011, mas que o rácio da dívida terá uma ligeira elevação. O corpo técnico concorda que é preciso manter a dívida interna líquida em baixa, e recomenda que se resistam às pressões para contrair empréstimos internos no médio prazo, à medida que o financiamento externo for diminuindo.

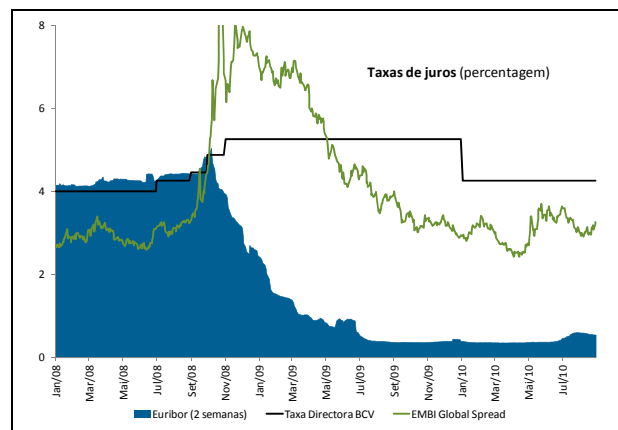
12. **Tendo em conta o fraco desempenho das receitas, em 2010 o governo está a manter as despesas correntes abaixo do previsto no orçamento, a fim de minimizar a necessidade de contrair empréstimos internos.** Apesar da aceleração na cobrança do IVA, até Agosto as receitas fiscais estavam abaixo do orçamentado, o que reflecte uma actividade mais fraca do que o previsto aquando da elaboração do CFMP e do orçamento de 2010. Diante desta situação, as autoridades intensificaram a cobrança dos impostos em atraso (MPEF ¶ 6). Também tomaram medidas arrojadas para conter as despesas correntes — não obstante as pressões por se tratar de um ano eleitoral — entre elas o congelamento das contratações no sector público. As autoridades contiveram os gastos com o pessoal e as despesas de investimento com financiamento interno mas protegeram os gastos sociais, como as pensões e os subsídios aos pobres. A expectativa para os meses restantes do ano é de ligeira aceleração das receitas internas, enquanto o apoio orçamental adicional da União Europeia deverá contribuir para elevar os donativos.

	2010			
	T1 ^{1/}	Proj. Agosto ^{1/}	Proj. Dez.	Orç. Dez.
Receitas internas	20,7	20,8	23,1	24,7
d/q IVA	6,8	7,5	7,9	8,5
d/q IUR	6,8	5,5	5,9	6,6
Donativos	3,0	3,3	7,1	6,2
Despesas correntes	17,2	18,6	21,0	21,1
d/q massa salarial (excl. pensões)	8,9	9,4	10,3	10,7
d/q transferências e subsídios	4,8	5,3	5,4	5,8
Despesas de investimento	8,3	14,6	22,6	20,4
Saldo global	-1,8	-9,0	-13,5	-10,6

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e cálculos dos técnicos.
^{1/} O PIB é medido pela fracção equivalente do ano.

Acumulação e estabilização das reservas

13. **A política monetária está centrada na manutenção da paridade fixa em relação ao euro.** O BCV elevou a sua taxa directora durante a crise internacional, como reflexo do aumento global dos prémios de risco. A despeito da gravidade do choque, a quebra das reservas estrangeiras foi apenas marginal, e a paridade foi preservada. Os indicadores do risco global (tais como o EMBI spread) posteriormente vieram a cair, mas a reacção do BCV foi cautelosa: a taxa directora só foi baixada em um Janeiro de 2010, para 4,25 por cento (redução de 1 ponto percentual) e o diferencial em relação à Euribor continua alto.



14. **Para apoiar a paridade cambial, a política monetária concentra-se em garantir a acumulação gradativa de reservas (MPEF ¶ 9).** O BCV estipulou um valor elevado para as disponibilidades mínimas de caixa (DMC) e uma fixou a taxa directora num nível bastante acima da Euribor. As autoridades consideram que esta orientação monetária restritiva é necessária para incentivar a entrada de depósitos de emigrantes — cuja reacção às taxas de juros é progressiva e com desfasamento longo e variado — e para conter o crédito ao sector privado, que alimentaria as importações. As autoridades manterão esta postura cautelosa antes de baixar a taxa directora e as disponibilidades mínimas de caixa, até que a acumulação de reservas estrangeiras se consolide e o cenário global apresente recuperação.⁶ O corpo técnico

⁶ Uma missão do MCM visitará Cabo Verde em Novembro de 2010 para prestar assistência técnica nessa área.

apoia a orientação monetária cautelosa do BCV em vista dos benefícios da acumulação de reservas e das actuais incertezas do cenário mundial. O corpo técnico também concorda em apoiar os esforços para melhorar a compreensão do mecanismo de transmissão monetária, designadamente o impacto das variações nas taxas de juros sobre os depósitos dos emigrantes e as reservas estrangeiras, com vistas a aumentar a eficácia das políticas. O corpo técnico recomenda a monitorização cuidadosa da composição dos fluxos de capitais e a adopção de regulamentos macroprudenciais para minimizar os riscos associados às entradas de fluxos sensíveis às taxas de juros. Para reduzir as distorções na intermediação financeira, o corpo técnico também recomenda a redução do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa ou a autorização do uso de títulos do Tesouro para constituir parte das DMC.

15. **O BCV considera que o seu quadro monetário seja procíclico.** O abrandamento da actividade económica nos principais parceiros comerciais de Cabo Verde na Europa exigiria uma orientação monetária mais restritiva no mercado interno para compensar o impacto do crescimento anémico das exportações sobre a balança de pagamentos e as reservas. Nestas condições, embora a mobilidade limitada do capital proporcione alguma margem para a adopção de uma política monetária independente, o BCV não tem meios de explorar esta opção, uma vez que o foco da sua actuação deve ser a estabilização da balança de pagamentos. O corpo técnico concorda com a decisão de aumentar a margem de acumulação de reservas, ao ritmo de 0,1 mês de importações ao ano, mas defende o uso de políticas orçamentais prudentes como o principal instrumento para a acumulação de reservas.

C. Salvaguarda da estabilidade financeira e desenvolvimento dos mercados

16. **O sector bancário doméstico continua sólido, mas a crise fez emergir algumas vulnerabilidades.** O rácio de solvabilidade dos bancos internos, no conjunto, situava-se próximo dos 12 por cento no final de Junho de 2010 (Tabela 8). Dois bancos não cumpriram as exigências em termos de capital regulamentar mínimo, por causa dos empréstimos concedidos a partes relacionadas e das transacções extra-patrimoniais. A qualidade e rendibilidade dos activos sofreram forte deterioração por causa das repercussões da crise mundial, que afectaram o mercado do turismo residencial e o sector da construção.⁷ O maior provisionamento também contribuiu para o declínio da rendibilidade. O suprimento de recursos financeiros, porém, não apresentou problemas. Os depósitos dos emigrantes — que representam cerca de 37 por cento do total dos depósitos do sector bancário e são originários principalmente de Portugal, França e Estados Unidos — mantiveram-se constantes, apresentando um crescimento homólogo acima dos 5 por cento. Embora o primeiro e o terceiro maiores bancos internos tenham como accionista majoritário um banco estatal português, que obteve um resultado favorável nos recentes testes de stress conduzidos na

⁷ Os rácios de imparidade devem ser interpretados com cautela, pois um empréstimo é considerado mal parado se estiver até mesmo um único dia em atraso. Por exemplo, em Maio de 2010, a imparidade de um banco comercial cairia de 7,6 por cento para 4 por cento caso fosse adoptada a prática usual de contar apenas os atrasos de 90 dias ou mais.

União Europeia, o financiamento proporcionado pelas casas-mãe aos bancos internos é relativamente pequeno.

17. **As autoridades estão a realizar progressos na salvaguarda da estabilidade financeira** (MPEF ¶ 12–13). O projecto da nova lei bancária, que está a ser debatido no Conselho de Ministros, submeteria todos os bancos a uma única legislação; com isto, haveria igualdade de tratamento e maior concorrência no sector. O BCV está em vias de produzir o primeiro relatório anual de estabilidade financeira. O quadro regulamentar e de supervisão está a ser melhorado através das seguintes medidas: i) criação de uma unidade macroprudencial no BCV; ii) transição gradual para a supervisão baseada nos riscos; iii) reforço dos procedimentos de inspecção *in loco* e supervisão à distância; iv) reforço da capacitação dos quadros de supervisão bancária; v) desenvolvimento de regulamentos prudenciais sobre os riscos relacionados aos riscos de juros, câmbio e crédito; e vi) fortalecimento dos sistemas de TI para facilitar a supervisão eficaz. O corpo técnico apoia o plano do BCV de formalizar o comité permanente de estabilidade financeira num Memorando de Entendimento e de expandi-lo para incluir o Ministério das Finanças. O Memorando deve definir um plano de acção para a divisão das responsabilidades de supervisão financeira entre o BCV e o MF e formular uma estratégia eficaz de comunicação ao público.

18. **O corpo técnico insta o BCV a continuar a aperfeiçoar a supervisão bancária.** Os episódios isolados de não cumprimento das exigências de capital regulamentar inspiram cuidados.⁸ Um banco estava subcapitalizado por uma pequena margem, enquanto outro (cuja participação no mercado é relativamente pequena) estava a ser submetido a medidas correctivas. O BCV deve reforçar o seu quadro de supervisão para detectar possíveis debilidades nos bancos e tomar medidas correctivas o mais precocemente possível. A supervisão baseada no cumprimento das normas deve ser complementada por um profundo entendimento da estratégia e do modelo de negócios de cada banco. Para além disso, dadas as taxas de juros elevadas, os bancos internos começaram a atrair depósitos de não residentes, que não estão sujeitos às DMC. As autoridades e corpo técnico concordaram com a imposição de DMC penalizadoras e com a adopção de regulamentos prudenciais para minimizar o risco de entradas de capital desestabilizadoras.⁹

19. **As autoridades continuam a desenvolver os mercados primário e secundário de títulos públicos e a alargar as operações monetárias** (MPEF ¶ 10–11, Caixa 3). A emissão de títulos fungíveis a um preço uniforme no mercado primário e o anúncio dos leilões com a devida antecedência são passos importantes para estimular o desenvolvimento de um mercado líquido de títulos públicos. O corpo técnico também apoia o acordo de cooperação orçamental e monetária das autoridades para o uso de títulos do Tesouro como principal instrumento da

⁸ O BCV deixou de reconhecer estes lapsos por causa da transição para as normas internacionais de relato financeiro (NIRF/IFRS), que só foi concluída em Junho.

⁹ Os depósitos de emigrantes são classificados como depósitos de residentes.

política monetária, para assim aumentar a eficácia do mecanismo de transmissão monetária. Ademais, considerando que o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) domina e distorce o mercado primário de títulos do governo, o corpo técnico insta as autoridades a aprimorar o processo de participação nos leilões, de modo a que o INPS passe a integrar o grupo não competitivo. Não menos importante, o INPS deve finalizar as suas directrizes para a política de investimento, inclusivamente para que parte da sua carteira seja investida no estrangeiro, e instituir um comité de investimento.

Caixa 3. Gestão da Liquidez e Operações Monetárias

Embora o regime de paridade fixa limite a margem para a condução de uma política monetária independente, o BCV ainda tem um papel a cumprir na gestão da liquidez.

A volatilidade e o excesso de liquidez no sector bancário complicam a gestão da liquidez e desestimulam as transacções interbancárias. O BCV conduz operações de mercado aberto para esterilizar o excesso de liquidez, utilizando os títulos de intervenção monetária, e impõe um coeficiente elevado de disponibilidades mínimas de caixa (16 por cento dos depósitos).

Um mercado líquido de títulos públicos e instrumentos baseados no mercado poderiam facilitar a gestão da liquidez e as operações monetárias. Os títulos do governo ainda não são fungíveis e o mercado primário é dominado pelo INPS, uma situação que fragmenta o mercado e limita a liquidez no mercado secundário. As reformas recentes para aperfeiçoar o mercado primário de títulos públicos e utilizar os títulos do Tesouro como principal instrumento das operações monetárias (MPEF ¶ 10 and 13) ajudará a estimular a liquidez do mercado de títulos públicos. Para além disso, a existência de um quadro rigoroso de gestão da liquidez incentivará o desenvolvimento do mercado financeiro e reforçará o mecanismo de transmissão monetária. Para o efeito, é possível melhorar as facilidades de absorção e de cedência do BCV, permitindo a realização de operações de recompra e recompra reversa (utilizando títulos do Tesouro) para absorver ou injectar liquidez no sistema financeiro. As taxas de juros dessas facilidades definiriam o corredor para as taxas de juro de mercado. O BCV também poderia estudar a possibilidade de permitir o uso de títulos do Tesouro para satisfazer parte das exigências em termos de disponibilidades mínimas de caixa ou para remunerar esses depósitos.

D. Reduzir o risco orçamental das empresas públicas

20. **O risco orçamental decorrente das empresas públicas é um desafio que ainda precisa ser vencido** (MPEF ¶ 7). O governo realizou reformas na Electra e TACV, duas empresas públicas deficitárias, mas ainda não se verificou um avanço em termos de rendibilidade. A recente lei das Empresas Públicas e dos Gestores Públicos proporciona um enquadramento para a melhor gestão dessas empresas. Para colher os benefícios desse novo enquadramento, as autoridades têm planos de introduzir e fiscalizar contratos de incentivo à gestão vinculados ao desempenho das empresas. No curto prazo, o foco das intervenções será

a melhoria da eficiência operacional e comercial das empresas.¹⁰ O corpo técnico insta as autoridades a avançar na execução desta agenda de reformas, e acredita que o envolvimento do sector privado também poderá contribuir para restaurar a rendibilidade, desde que os contratos de parcerias público-privadas sejam bem redigidos e determinem a correcta repartição dos custos e riscos.

E. Políticas sociais para a protecção dos mais vulneráveis

21. **As políticas do programa apoiado pelo PSI contribuíram para o historial positivo de desenvolvimento social em Cabo Verde (Caixa 4).** As autoridades cabo-verdianas de há muito mantêm um compromisso com o desenvolvimento social. O DECRP reafirmou esse compromisso ao perseguir uma estratégia multifacetada de desenvolvimento para buscar soluções em áreas prioritárias, como a coesão social e o desenvolvimento humano (MPEF ¶ 8).¹¹ As autoridades enfatizaram que a estabilidade macroeconómica é o ponto fulcral da estratégia de desenvolvimento do país. Sendo assim, as políticas apoiadas pelo PSI continuarão a desempenhar um papel de destaque no quadro geral de reformas.

F. Sustentação do crescimento no médio prazo

22. **O PIP é fundamental para sustentar o crescimento de Cabo Verde no médio prazo, quer pela sua grande envergadura quer pela sua relevância ao nível dos projectos.** O PIP focaliza especificamente os gargalos infra-estruturais básicos para a actividade económica em Cabo Verde, nomeadamente: insuficiência de espaço para as embarcações nos desembarcadouros; insuficiência de equipamento portuário para o manuseio de cargas; precariedade das instalações aeroportuárias entre as ilhas; ausência de logística em apoio ao transporte intermodal; sub-investimento na geração de electricidade e abastecimento de água. A expectativa é que a solução desses problemas reduza os custos do investimento do sector privado e estimule a competitividade do país e as suas perspectivas de crescimento.¹²

23. **No médio prazo, o sector do turismo tem potencial para ser o motor do crescimento.** As tendências históricas são favoráveis: à medida que o crescimento mundial se consolida e que uma parcela crescente da população mundial chega à idade de aposentação,

¹⁰ O Banco Mundial está a contribuir activamente para as reformas nesta área, através das suas operações de apoio ao orçamento.

¹¹ O relatório anual de seguimento da execução do DECRP de 2009 foi concluído em Abril de 2010 e será apresentado ao Conselho antes da primeira avaliação do PSI.

¹² A taxa média de crescimento anual do PIB de Cabo Verde na década que antecedeu a crise mundial (1998–2007) era de 7,3 por cento. Os principais sectores a impulsionar o crescimento eram a construção, o turismo, os transportes e o comércio, estimulados pela forte expansão dos investimentos e do consumo do sector privado. O PIP estimulará a oferta ao alargar o retorno do investimento do sector privado no médio prazo e contribuir para fortalecer a procura agregada no futuro mais imediato, à medida que a economia se recupera. A expectativa para o crescimento anual do PIB é de 5,9 por cento, em média, no período pós-crise (2010–2020), em linha com as taxas de crescimento históricas de longo prazo.

a indústria do turismo tem o potencial de expandir mais rapidamente do que outro sectores. Os esforços do governo para melhorar as infra-estruturas e as iniciativas privadas, como nos transportes, devem ajudar a reduzir os constrangimentos do sector, mas ainda restam desafios a vencer. É provável que surjam outras necessidades de infra-estruturação, especialmente nos transportes; as acções de educação e formação precisarão ser direccionadas às qualificações necessárias no sector do turismo e em outras indústrias em ascensão; e o processo de registo predial precisará ser melhorado para facilitar o arranque fiável e sustentável de zonas de desenvolvimento. Ademais, o corpo técnico e as autoridades concordaram sobre a importância da integração do sector do turismo na economia interna para garantir um crescimento de bases alargadas.

24. **O corpo técnico e as autoridades concordaram que as políticas devem estimular a competitividade e a diversificação.** As autoridades salientaram que o seu PIP criará condições para a diversificação da economia. Outras melhorias na regulamentação (por exemplo, no que respeita às tecnologias de informação e comunicação) poderiam estimular o arranque da diversificação de outros sectores com potencial exportador. Para o corpo técnico, a flexibilidade dos preços e dos salários, bem como a mobilidade inter-ilhas, concorrem para preservar o crescimento e o emprego em face de choques negativos da procura; contudo, as restrições existentes no mercado laboral poderiam inibir a concorrência no ambiente de negócios e impedir o crescimento do emprego formal. Ainda que os benefícios fiscais tenham contribuído para o nascimento da indústria do turismo, o objectivo de médio prazo deve ser estabelecer a igualdade de condições para todos os sectores, visando um contributo eficiente e equitativo ao financiamento do desenvolvimento.

Caixa 4. Políticas Sociais de Cabo Verde

Em 2010, Cabo Verde obteve progressos significativos na consecução das suas metas relacionadas aos ODM. De destacar o desenvolvimento social, que acompanhou a transição de Cabo Verde para a categoria de país de rendimento médio.

	Cabo Verde 2000	Cabo Verde 2009	Rend. médio baixo 2008	África Subsa- riana 2008
PIB per capita, PPP (pr. constantes, 2005)	2272	3309	4082	1938
Pobreza (%)	39	26
Literacia (%)	75	>80	80	63
Literacia - 15 a 24 anos (%)	..	98	89	72
Mortalidade infantil até 5 anos (por 1000)	39	20.1
Mortalidade materna (por 100 000)	86.3	53.7	230	645
Acesso a fonte de água potável (%)	..	84	86	60
Vacinação, sarampo - até 1 ano (%)	72.8	94	80	72

Fontes: Governo de Cabo Verde e Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

O foco das políticas sociais tem sido o estímulo à participação no mercado laboral e a prestação de assistência directa aos grupos vulneráveis (crianças desfavorecidas, idosos pobres, mulheres chefes de família, deficientes e aqueles em situação de pobreza crónica). Entre os principais programas sociais, figuram:

Educação. A política objectiva melhorar a qualidade, aumentar a equidade e produzir resultados mensuráveis. A descentralização gradual da gestão dos programas também contribuiu para os bons resultados obtidos: seis anos de escolarização básica obrigatória, sendo que a taxa de admissão subiu de 53,9% em 2001 para 62% em 2008. A taxa de transição para o ensino secundário aumentou de 70,7% em 2001 para 82,9% em 2008. A construção de novas universidades locais dará aos jovens a opção de frequentar cursos superiores no país.

Saúde. A política objectiva proporcionar acesso e ampla cobertura a tratamentos e cuidados preventivos. O Serviço Nacional de Saúde está a ser reestruturado para garantir a manutenção do bom desempenho em termos de indicadores da saúde e para continuar a apoiar o desenvolvimento do capital humano. De referir também que o país continua a desenvolver as capacidades de vigilância sanitária para fazer face a ameaças como a dengue e outras doenças.

Criação de empregos e empoderamento. Há uma série de iniciativas viradas para os jovens, um segmento que apresenta altas taxas de desemprego. O objectivo é a criação de um sistema que articule o ensino geral, a formação profissional e o emprego, através: i) de políticas laborais activas, como os programas de aprendizagem, estágios e primeiro emprego e ii) do envolvimento do sector privado nas acções de formação. As iniciativas contribuem para compatibilizar a formação à procura do mercado laboral, permitindo aos jovens colher os benefícios directos do processo de desenvolvimento.

Programa de alimentação escolar. Este programa, reconhecido internacionalmente, proporciona refeições gratuitas a quase 80 000 crianças no país, contribuindo para a melhoria da nutrição e o desenvolvimento do capital humano.

Pensão social. A pensão social em regime não contributivo beneficia os mais carentes. Com o apoio dos municípios e da sociedade civil, o governo pré-selecciona e identifica candidatos ao programa.

Igualdade dos géneros. A implementação de políticas públicas para democratizar o acesso à educação permitiu a Cabo Verde atingir a paridade dos géneros no ensino primário e secundário.

Água, saneamento e habilitação social. Os investimentos públicos buscam garantir o acesso aos serviços básicos e melhores condições de vida.

IV. MONITORIZAÇÃO E RISCOS PARA O PROGRAMA

A. Monitorização do programa

25. **Foram propostos critérios de avaliação quantitativos, metas indicativas quantitativas e indicadores de referência estruturais para fins de monitorização do desempenho no âmbito do programa (Tabelas 1 e 2 do MPEF).** As datas de avaliações são 31 de Março e 30 de Setembro de 2011, com as respectivas avaliações semestrais.¹³ As metas quantitativas referem-se ao limite máximo aos empréstimos internos do governo central, aos activos internos líquidos do BCV e à acumulação de dívida externa não concessional, bem como ao limite mínimo às reservas internacionais líquidas do BCV. As metas a serem monitorizadas continuamente incluem a acumulação de atrasados internos e externos, a não acumulação de dívida externa não concessional de curto prazo e o limite mínimo ao capital regulamentar dos bancos comerciais. O objectivo dos indicadores de referência estruturais é o alargamento da base fiscal, o fortalecimento da gestão da dívida, do sector financeiro, da coordenação orçamental-monetária e do mercado de títulos públicos, bem como a promoção da responsabilidade orçamental.

B. Questões estatísticas

26. **Houve progressos na melhoria das estatísticas económicas e financeiras, mas ainda é preciso aperfeiçoar os dados.** Na generalidade, os dados são adequados para fins de supervisão. O Instituto Nacional de Estatística (INE) faz a compilação do PIB pela óptica da produção, mas com grandes desfasamentos, e publica dados do mercado laboral sobre o desemprego apenas uma vez por ano. Os esforços em marcha no INE para concluir o censo de 2010 devem contribuir para a adopção de políticas públicas sãs por outros órgãos do governo. O corpo técnico concorda que é preciso fortalecer as contas nacionais, e considera prioritária a prestação de assistência técnica nesta área.

C. Riscos para o programa

27. **Os principais riscos para o programa são a recorrência de choques externos adversos e as pressões orçamentais no período que antecede as eleições.** Uma piora da conjuntura económica europeia poderia ter efeitos secundários negativos em termos de declínio no número de turistas e no turismo residencial, no IDE, nas remessas e na ajuda bilateral oficial, o que poderia enfraquecer a recuperação económica e a acumulação de reservas. No cenário interno, a expectativa é que as próximas eleições sejam apertadas, o que cria incentivos para o aumento dos gastos no curto prazo. As autoridades, porém, assinalaram

¹³ A expectativa é que a primeira avaliação do programa seja concluída até 31 de Julho de 2011 (e não seis meses após a aprovação, como de costume) para que haja tempo suficiente para efectuar a avaliação após a data de referência de 31 de Março de 2011.

o seu compromisso em manter os gastos dentro do orçamentado, um compromisso que até à altura tem sido seguido rigorosamente.

V. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

28. **Cabo Verde demonstrou notável poder de resistência económica e política.**

Em face dos choques mundiais adversos, o governo lançou mão da sua margem de manobra para adoptar políticas de estímulo macroeconómico. A economia já está em franca recuperação e com boas perspectivas de sólido crescimento no médio prazo.

29. **As autoridades devem levar a cabo o seu programa de investimento público, porém observando os limites ao novo endividamento externo para restaurar a margem de manobra orçamental.**

A aceleração temporária do PIP é apropriada em vista da necessidade de melhorar as infra-estruturas, da disponibilidade de recursos em condições concessionais e da utilidade prática do estímulo económico anticíclico. Contudo, os gastos financiados com recursos externos devem ser reequacionados sem recorrer a novos empréstimos externos, de modo a reconstituir a margem de manobra orçamental contra choques negativos. A selecção de projectos financiados com recursos externos deve focalizar unicamente os objectivos virados para o crescimento e a redução da pobreza.

30. **A paridade cambial com o euro continua a ser benéfica para Cabo Verde.**

Este regime proporciona uma âncora firme para a estabilidade económica mas também permite uma certa flexibilidade no cálculo das taxas cruzadas entre o escudo e outras moedas. A análise do corpo técnico mostra que o valor efectivo real do escudo frente a outras moedas está basicamente alinhado com os fundamentos económicos do país.

31. **O governo deve manter a dívida externa baixa como principal instrumento de apoio à paridade cambial.**

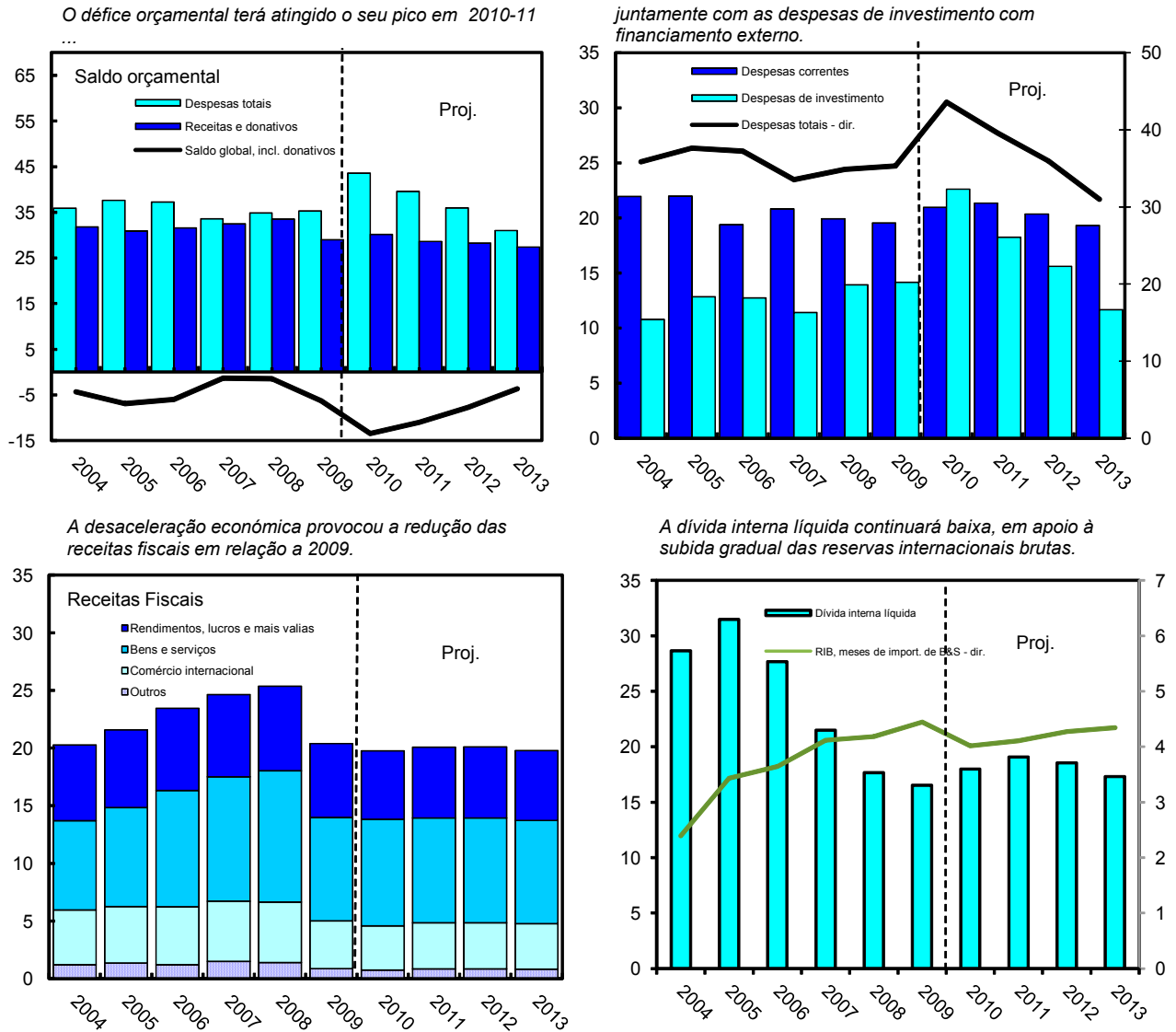
Será preciso manter um nível continuamente baixo de endividamento interno para sustentar a acumulação gradual de reservas cambiais. A dívida interna líquida deverá ser mantida abaixo dos 20 por cento do PIB, através do controlo rigoroso das despesas correntes, de melhorias na administração fiscal e da racionalização das isenções fiscais. Não menos importante será a atenção redobrada aos riscos fiscais originários de algumas empresas públicas.

32. **A orientação da política monetária é acertadamente cautelosa, mas o quadro de políticas poderia ser aperfeiçoado no médio prazo.**

A ênfase dada pelo BCV à acumulação de reservas é apropriada, em vista da fragilidade do cenário global. Todavia, o viés restritivo da política monetária introduz outros riscos. A persistirem os diferenciais de juros entre Cabo Verde e os mercados internacionais, é inevitável que o país atraia fluxos especulativos, o que aumentaria a vulnerabilidade. Para além disso, o desestímulo à oferta de crédito ao sector privado pode inibir a diversificação económica e reduzir o potencial de crescimento. No médio prazo, medidas para restaurar a margem de manobra orçamental e acumular reservas ajudarão a contrabalançar os choques e diminuir a necessidade de adoptar uma política monetária activa.

33. **É possível aperfeiçoar as operações monetárias e o mecanismo de transmissão monetária.** Uma melhor compreensão do impacto de mudanças nas DMC e nas taxas directoras sobre as taxas de juros bancárias e a actividade económica contribuiria para a melhor calibragem das intervenções de políticas. Para reduzir as ineficiências na intermediação financeira, seria recomendável baixar as DMC ou permitir o uso de títulos do Tesouro para satisfazer parte desses requisitos. Recomenda-se também o uso de operações de recompra e recompra reversa para a melhoria das facilidades permanentes do BCV.
34. **É importante que o BCV intensifique os esforços para salvaguardar o sistema financeiro e desenvolver o mercado de títulos do governo.** O corpo técnico apoia o projecto da nova lei da banca e os esforços em marcha para fortalecer a supervisão bancária. É preciso dedicar mais esforços ao aumento e formação dos quadros, bem como ao aumento da capacidade de supervisão para a detecção precoce de vulnerabilidades. As reformas recentes para aumentar a liquidez dos títulos do governo são um avanço positivo. Contudo, recomenda-se às autoridades que incluam o INPS no grupo não competitivo dos leilões e que diversifiquem a carteira de investimentos desse órgão, de modo a reduzir a distorção criada pelo INPS no mercado primário de títulos do governo.
35. **Embora o fornecimento de dados seja, na generalidade, apropriado para fins de supervisão, incentiva-se as autoridades a continuar a promover melhorias nas estatísticas económicas e financeiras,** a fim de facilitar uma melhor monitorização e análise dos desenvolvimentos tendo como objectivo orientar a formulação das políticas.
36. **O corpo técnico recomenda a aprovação do pedido de Cabo Verde de um novo PSI com duração de 15 meses.** O programa acordado assenta no sucesso macroeconómico e nas reformas estruturais do primeiro acordo apoiado pelo PSI, e ajudará a manter a disciplina macroeconómica ao longo do próximo período eleitoral.
37. **Os riscos para o programa parecem ser administráveis.** As autoridades demonstraram a sua capacidade de preservar o controlo e a estabilidade macroeconómica diante das pressões eleitorais e dos choques económicos adversos. O corpo técnico está convencido de que as autoridades manterão o seu compromisso constante com a implementação do programa.
38. **O corpo técnico recomenda que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV seja realizada no prazo de 24 meses, de acordo com a decisão sobre os ciclos de consulta em países que estão a executar programas apoiados pelo Fundo.**

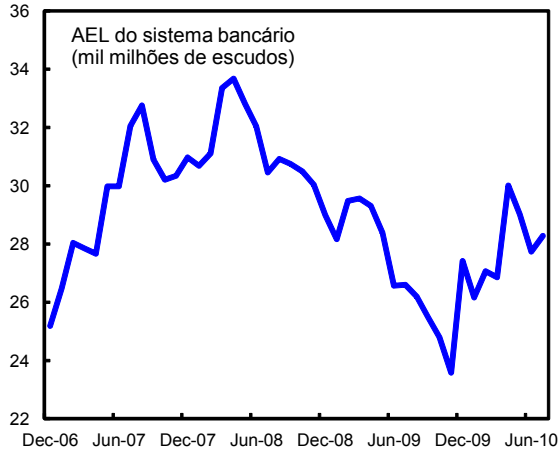
Figura 1. Cabo Verde: Desempenho Orçamental
(Percentagem do PIB)



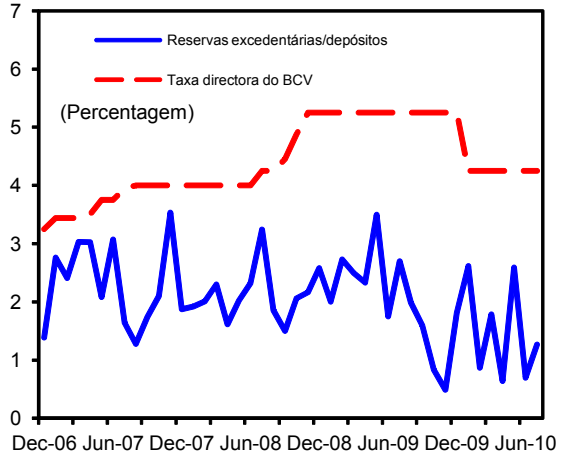
Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas dos técnicos do FMI.

Figura 2. Cabo Verde: Evolução Monetária

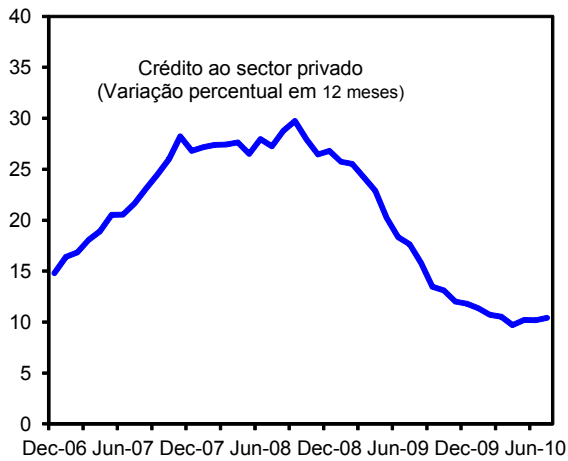
Os activos externos líquidos (AEL) do sistema bancário apresentaram melhora no final de 2009...



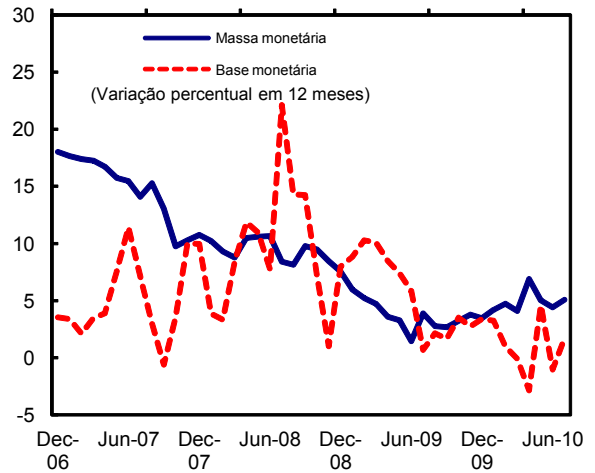
... e o BCV baixou a sua taxa directora em Janeiro de 2010



A expansão do crédito ao sector privado estabilizou...



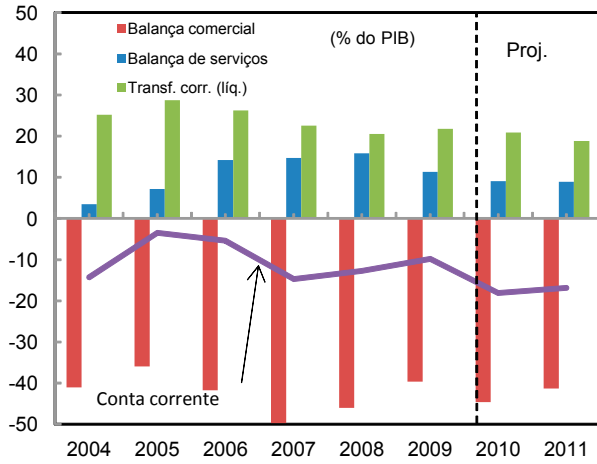
... e a taxa de crescimento da base monetária apresentou ligeiro aumento.



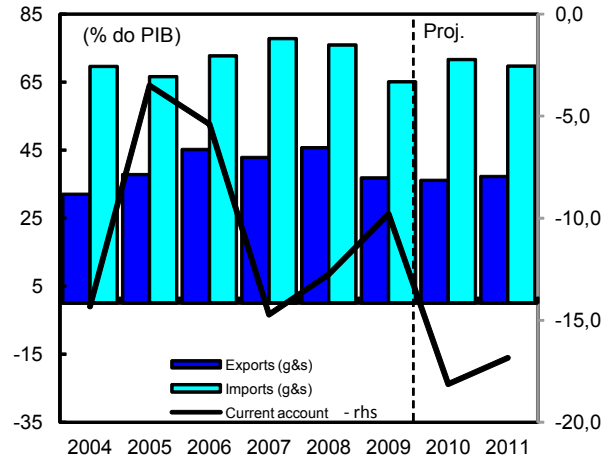
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Figura 3. Cabo Verde: Evolução do Sector Externo

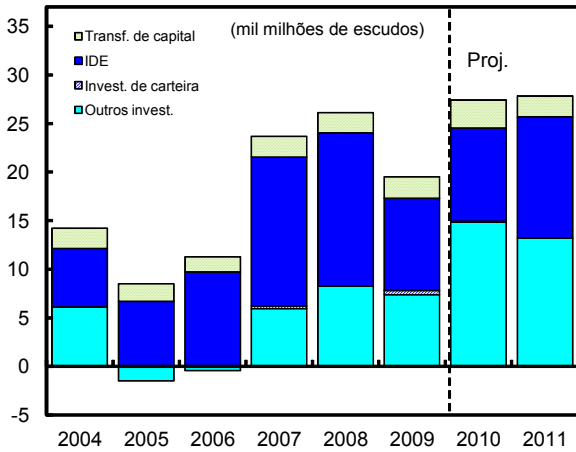
Os superávites das transf. correntes e da balança de serviços continuam a mitigar o efeito dos défices da balança comercial...



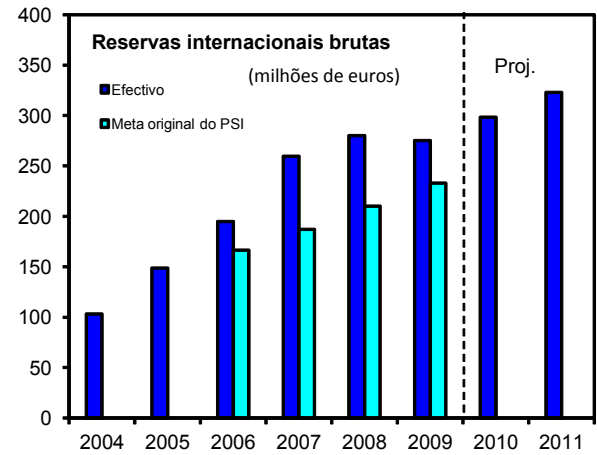
...mas o aumento das importações relacionadas às infra-estruturas agravará o défice da conta corrente.



O IDE e os empréstimos concessionais financiarão a maior parte do défice da conta corrente...



... e as reservas continuarão a crescer.



Fontes: BCV e estimativas dos técnicos do FMI.

Tabela 1: Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2007-14

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Estimativas			Projeções				
	(Variação percentual anual)							
Contas nacionais e preços								
PIB real	8,6	6,2	3,6	5,4	5,9	6,8	7,6	6,9
PIB real per capita	7,1	4,7	0,7	3,4	2,9	3,8	4,7	3,9
Deflator do PIB	1,4	2,5	4,2	3,7	3,2	2,7	2,7	2,7
Índice de preços no consumidor (média anual)	4,4	6,8	1,0	2,2	3,0	2,5	2,0	2,0
Sector externo								
Exportações de bens e serviços	4,5	16,2	-13,2	6,8	12,4	15,5	15,8	17,1
Das quais: turismo	23,0	7,9	-16,2	3,9	11,8	17,5	17,5	19,3
Importações de bens e serviços	17,8	6,3	-7,5	19,9	5,8	7,3	7,8	8,2
Exportações de bens e serviços - volume	13,3	4,8	-10,1	2,4	7,3	13,3	14,2	15,5
Importações de bens e serviços - volume	18,2	2,7	-4,1	23,7	0,2	4,2	8,1	9,8
Taxa de câmbio efectiva real (média anual)	2,6	4,3	0,4
Finanças públicas								
Receitas totais (excluindo donativos)	17,0	10,8	-9,4	6,6	11,4	10,0	9,1	15,6
Despesas totais	-0,7	13,1	9,3	34,4	-1,1	-0,3	-4,8	9,6
Despesas correntes	-0,4	3,0	9,1	7,9	10,8	4,6	4,9	10,1
Despesas de investimento	-1,4	32,9	9,6	74,0	-12,2	-6,1	-17,4	8,6
Moeda e crédito								
Activos externos líquidos	23,0	-6,4	-5,4	9,2	12,2	12,8	10,3	19,1
Activos internos líquidos	5,6	14,4	7,0	7,5	10,0	8,6	10,5	6,6
Das quais: crédito líquido ao governo central	-61,6	31,4	-6,6	40,0	16,5	-1,8	2,6	-17,7
Crédito à economia	25,5	24,9	11,5	10,8	12,1	11,1	13,7	11,3
Massa monetária (M2)	10,8	7,6	3,5	8,0	10,6	9,8	10,5	10,0
Velocidade de circulação monetária (PIB/M2)	1,19	1,19	1,22	1,21	1,19	1,19	1,19	1,19
Base monetária (M0)	10,0	8,0	3,4	4,6	9,3	8,8	9,9	9,5
	(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)							
Balança poupança-investimento								
Formação bruta de capital	46,4	46,6	39,4	49,6	46,1	43,5	39,0	38,0
Público	11,4	13,9	14,1	22,6	18,3	15,6	11,7	11,5
Privado	35,0	32,6	25,3	27,0	27,8	27,9	27,4	26,5
Poupança nacional bruta	32,3	33,8	29,6	31,5	29,3	28,3	26,6	28,3
Pública	11,1	14,3	11,3	8,8	6,8	7,4	7,5	7,9
Privada	21,2	19,5	18,4	22,7	22,5	20,9	19,1	20,4
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-14,7	-12,8	-9,8	-18,1	-16,8	-15,2	-12,4	-9,7
Conta corrente externa (excl. transf. correntes oficiais)	-19,8	-19,5	-17,3	-25,2	-21,8	-19,8	-16,4	-12,9
Balança de pagamentos global	6,6	1,7	-1,0	1,9	1,8	2,5	2,1	4,0
Finanças públicas								
Receitas internas totais	27,6	28,1	23,6	23,1	23,6	23,7	23,4	24,6
Donativos externos totais	5,2	5,5	5,4	7,1	5,0	4,6	4,0	3,2
Despesas totais	33,6	34,9	35,3	43,6	39,6	36,0	31,0	30,9
Saldo global antes dos donativos	-6,0	-6,8	-11,8	-20,5	-16,0	-12,3	-7,6	-6,3
Saldo global (incluindo donativos)	-0,8	-1,3	-6,3	-13,5	-11,0	-7,7	-3,6	-3,0
Saldo primário básico ¹	6,1	5,8	1,2	1,8	0,4	1,6	2,1	2,0
Financiamento externo (líquido)	2,2	3,0	5,0	11,8	9,3	7,4	4,0	2,7
Financiamento interno (líquido)	-0,8	-1,0	0,8	1,6	1,7	0,3	-0,3	0,4
Dívida pública								
Total da dívida pública nominal ²	68,0	65,0	63,9	80,9	86,7	87,7	84,2	79,5
Dívida pública externa ³	46,5	47,3	47,3	63,0	67,6	69,1	66,9	63,8
Dívida pública interna, líquida dos depósitos	21,5	17,7	16,5	18,0	19,1	18,5	17,3	15,7
Serviço da dívida externa (% das exportações de bens e serviços)	5,1	4,6	5,1	5,0	4,7	4,6	4,0	4,2
Valor Actualizado da Dívida Externa - ASD								
Rácio VA da dívida/PIB (limiar de risco: 50%)	43,7	47,2	48,6	47,7	47,1
Rácio VA da dívida/receitas (limiar de risco: 300%)	189,6	200,1	205,2	203,9	191,7
Rácio VA da dívida/exportações (limiar de risco: 200%)	121,2	126,7	123,8	116,0	107,7
Conta corrente externa (milhões de euros, incl. transf. oficiais)	-143,1	-135,0	-111,8	-225,5	-227,9	-226,4	-204,1	-175,1
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim do período)	259,5	280,0	275,3	298,4	322,8	360,5	395,1	467,0
Reservas internacionais brutas/base monetária	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3
Reservas internacionais brutas (meses de import. correntes de bens e serviços)	4,1	4,2	4,4	4,0	4,1	4,3	4,3	4,7
Por memória:								
PIB nominal (mil milhões de escudos)	107,3	116,7	126,0	137,2	149,2	163,8	181,0	199,1
Endividamento interno líquido, líquido do pagamento de atrasados	-5,4	-2,2	0,2	2,9	2,5	1,2	0,5	0,0
Taxa de câmbio (escudos por USD)								
Média do período	80,4	74,9	79,2
Fim do período	75,6	80,9	75,5

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções dos técnicos do FMI.

¹ Excluindo os donativos, pagamentos de juros e investimentos financiados com recursos externos.

² Líquido dos depósitos do governo central; inclui o stock comprovado de atrasados internos e externos.

³ Exclui os créditos sobre o Trust Fund offshore.

Tabela 2. Cabo Verde: Operações Orçamentais do Governo Central, 2008–14

(Milhões de escudos, salvo indicação em contrário)

	2008		2009		2010		2011	2012	2013	2014
	Orçam.	Est.	S1	Orçam.	Proj.	Prog.	CFMP ¹	CFMP	Proj.	
Receitas, donativos e empréstimos líquidos	39.187	43.639	36.540	16.568	42.344	41.319	42.671	46.311	49.517	55.375
Receitas internas (incl. empréstimos líquidos)	32.757	36.267	29.690	14.629	33.824	31.644	35.239	38.776	42.324	48.931
Receitas fiscais	29.585	30.302	25.676	12.889	28.737	27.088	29.948	32.908	35.773	41.638
Impostos sobre rendimentos e lucros	8.525	8.900	8.059	4.143	9.067	8.152	9.162	10.067	10.944	12.590
IUR - pessoas singulares	4.824	5.365	4.452	2.270	5.268	4.593	5.323	5.849	6.358	7.315
IUR - pessoas colectivas	3.701	3.535	3.607	1.873	3.799	3.559	3.839	4.218	4.585	5.275
Impostos de consumo	13.300	14.508	11.300	5.846	12.505	12.665	13.547	14.886	16.182	18.729
Imposto sobre transacções internacionais	6.110	5.917	5.219	2.463	5.917	5.250	5.979	6.570	7.142	8.360
Outros impostos	1.650	978	1.098	437	1.248	1.021	1.261	1.385	1.506	1.959
Receitas não fiscais	3.102	5.944	4.014	1.725	5.087	4.556	5.291	5.868	6.550	7.294
Donativos externos	6.430	7.372	6.850	1.939	8.520	9.675	7.433	7.535	7.194	6.444
Donativos de investimento	4.790	5.478	4.670	1.573	6.201	6.697	4.380	5.636	5.405	4.444
Apoio ao orçamento (incl. ajuda alimentar)	1.640	1.894	2.180	366	2.319	2.978	3.053	1.899	1.789	2.000
Despesas totais	40.715	51.435	44.493	21.420	57.094	59.779	59.104	58.911	56.082	61.445
Despesas correntes	23.264	27.984	24.602	12.320	28.920	28.763	31.860	33.330	34.952	38.498
Despesas correntes primárias	21.367	25.692	22.705	11.389	26.408	26.232	29.367	30.849	32.326	36.318
Salários e vencimentos	13.518	15.950	14.844	7.727	17.129	17.140	17.882	18.508	19.156	21.933
Bens e serviços	2.048	2.964	2.341	1.043	3.162	2.891	3.214	3.362	3.450	3.796
Transferências e subsídios	4.781	4.924	4.874	2.340	5.173	4.982	6.036	6.253	6.464	7.006
Transferências	3.910	4.667	4.029	2.147	4.800	4.472	5.130	5.309	5.495	6.047
Subsídios	871	258	845	193	372	510	906	944	969	959
Outras despesas	1.020	1.854	646	279	944	1.219	2.236	2.726	3.256	3.582
Pagamentos de juros internos	1.348	1.570	1.305	616	1.727	1.747	1.505	1.172	1.023	1.063
Pagamentos de juros externos	548	722	592	315	784	784	988	1.308	1.603	1.117
Despesas de investimento	16.264	20.990	17.823	8.757	27.974	31.016	27.244	25.581	21.130	22.947
Com financiamento externo	11.701	13.939	12.346	6.840	22.976	26.556	22.015	20.353	15.011	14.345
Com financiamento interno	4.562	7.052	5.477	1.917	4.998	4.460	5.229	5.229	6.119	8.602
Outras despesas (incl. pagamento de atrasados)	1.188	2.460	2.068	344	200	0	0	0	0	0
Saldo global, incluindo donativos	-1.529	-7.796	-7.953	-4.852	-14.749	-18.460	-16.433	-12.600	-6.565	-6.070
Financiamento	1.529	7.796	7.953	4.852	14.749	18.460	16.433	12.600	6.565	6.070
Externo, líquido	3.495	6.756	6.301	4.352	16.343	16.222	13.926	12.102	7.164	5.332
Saques	5.381	8.884	8.248	5.267	18.456	18.288	15.973	14.192	9.189	7.901
Amortização	-1.886	-2.127	-1.947	-915	-2.114	-2.066	-2.047	-2.090	-2.025	-2.569
Interno (líquido)	-1.138	1.039	965	248	-1.731	2.238	2.506	499	-600	738
Endividamento interno líquido	-1.972	1.759	1.900	268	1.528	4.046	3.798	1.893	940	0
Sistema bancário	-2.008	...	518	-2.651	2.961	4.046	3.798	1.893	940	0
Instituições não bancárias	36	...	1.382	2.919	-1.433	0	0	0	0	0
Privatização e outras vendas de activos	834	-720	-106	-20	229	-400	98	-20	-167	738
Contas a pagar, líquido (d/q retrocessão)	0	...	-829	0	-3.489	-1.408	-1.390	-1.374	-1.372	0
Erros e omissões líquidos	-828	0	687	253	0	0	0	0	0	0
Déficit de financiamento	0	0	0	0	138	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>										
Saldo global, incluindo donativos ²	-955	-5.336	-6.278	-4.852	-14.549	-18.460	-16.433	-12.600	-6.565	-6.070
Regularização dos atrasados	574	2.460	1.675	0	200	0	0	0	0	0
Endividamento interno líquido ²	-2.546	-701	225	268	1.328	4.046	3.798	1.893	940	0
Saldo primário básico ³	6.828	...	1.508	979	2.218	2.418	643	2.698	3.879	5.685
Saldo interno corrente ⁴	9.493	8.283	5.088	2.309	4.904	2.881	3.379	5.446	7.372	10.433
Fluxos externos ⁵	11.811	16.255	15.098	7.205	26.976	27.963	23.405	21.727	16.383	14.345
Serviço da dívida externa (% das receitas internas)	7,4	7,9	8,6	8,4	8,6	9,0	8,6	8,8	8,6	7,5
Dívida interna ^{6,7}	20.606	19.905	20.830	...	24.676	20.830	28.474	30.367	31.306	31.306

Fontes: Ministério das Finanças, Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

¹ Cenário Fiscal de Médio Prazo.² Excluindo a regularização de atrasados.³ Excluindo donativos, juros e despesas financiadas com recursos externos.⁴ Receitas internas – despesas correntes.⁵ Donativos externos + financiamento externo.⁶ Incluindo os atrasados e contas a pagar, líquidos dos depósitos.⁷ Com base no local de residência do credor ou na moeda de denominação da dívida, nos termos do documento "Staff Guidance Note on Debt Limits in Fund-Supported Programs" (Policy Paper, 22 de Dezembro de 2009).

Tabela 3. Cabo Verde: Operações Orçamentais do Governo Central, 2008–14
(Porcentagem do PIB)

	2008		2009		2010		2011	2012	2013	2014
			Orçamentc	Prel.	S1	Orçamentc	Proj.	Prog.	CFMP ¹	CFMP.
Receitas, donativos e empréstimos líquidos	33,6	34,6	29,0	12,1	30,9	30,1	28,6	28,3	27,4	27,8
Receitas internas (incl. empréstimos líquidos)	28,1	28,8	23,6	10,7	24,7	23,1	23,6	23,7	23,4	24,6
Receitas fiscais	25,3	24,1	20,4	9,4	20,9	19,7	20,1	20,1	19,8	20,9
Impostos sobre rendimentos e lucros	7,3	7,1	6,4	3,0	6,6	5,9	6,1	6,1	6,0	6,3
Impostos de consumo	11,4	11,5	9,0	4,3	9,1	9,2	9,1	9,1	8,9	9,4
Imposto sobre transacções internacionais	5,2	4,7	4,1	1,8	4,3	3,8	4,0	4,0	3,9	4,2
Outros impostos	1,4	0,8	0,9	0,3	0,9	0,7	0,8	0,8	0,8	1,0
Receitas não fiscais	2,7	4,7	3,2	1,3	3,7	3,3	3,5	3,6	3,6	3,7
Donativos externos	5,5	5,9	5,4	1,4	6,2	7,1	5,0	4,6	4,0	3,2
Donativos de investimento	4,1	4,3	3,7	1,1	4,5	4,9	2,9	3,4	3,0	2,2
Apoio ao orçamento (incl. ajuda alimentar)	1,4	1,5	1,7	0,3	1,7	2,2	2,0	1,2	1,0	1,0
Despesas totais	34,9	40,8	35,3	15,6	41,6	43,6	39,6	36,0	31,0	30,9
Despesas correntes	19,9	22,2	19,5	9,0	21,1	21,0	21,3	20,3	19,3	19,3
Despesas correntes primárias	18,3	20,4	18,0	8,3	19,3	19,1	19,7	18,8	17,9	18,2
Salários e vencimentos	11,6	12,7	11,8	5,6	12,5	12,5	12,0	11,3	10,6	11,0
Bens e serviços	1,8	2,4	1,9	0,8	2,3	2,1	2,2	2,1	1,9	1,9
Transferências e subsídios	4,1	3,9	3,9	1,7	3,8	3,6	4,0	3,8	3,6	3,5
Transferências	3,3	3,7	3,2	1,6	3,5	3,3	3,4	3,2	3,0	3,0
Subsídios	0,7	0,2	0,7	0,1	0,3	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5
Outras despesas	0,9	1,5	0,5	0,2	0,7	0,9	1,5	1,7	1,8	1,8
Pagamentos de juros internos	1,2	1,2	1,0	0,4	1,3	1,3	1,0	0,7	0,6	0,5
Pagamentos de juros externos	0,5	0,6	0,5	0,2	0,6	0,6	0,7	0,8	0,9	0,6
Despesas de investimento	13,9	16,7	14,1	6,4	20,4	22,6	18,3	15,6	11,7	11,5
Com financiamento externo	10,0	11,1	9,8	5,0	16,7	19,4	14,8	12,4	8,3	7,2
Com financiamento interno	3,9	5,6	4,3	1,4	3,6	3,3	3,5	3,2	3,4	4,3
Outras despesas (incl. pagamento de atrasados)	1,0	2,0	1,6	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incluindo donativos	-1,3	-6,2	-6,3	-3,5	-10,8	-13,5	-11,0	-7,7	-3,6	-3,0
Financiamento	1,3	6,2	6,3	3,5	10,8	13,5	11,0	7,7	3,6	3,0
Externo, líquido	3,0	5,4	5,0	3,2	11,9	11,8	9,3	7,4	4,0	2,7
Saques	4,6	7,1	6,5	3,8	13,5	13,3	10,7	8,7	5,1	4,0
Balança de pagamentos, orçamento	0,7	0,9	2,0	0,0	0,5	2,2	1,1	0,7	0,2	0,1
Empréstimos destinados a projectos	4,0	6,1	4,5	3,8	12,9	11,1	9,6	7,9	4,9	3,9
Amortização	-1,6	-1,7	-1,5	-0,7	-1,5	-1,5	-1,4	-1,3	-1,1	-1,3
Interno (líquido)	-1,0	0,8	0,8	0,2	-1,3	1,6	1,7	0,3	-0,3	0,4
Endividamento interno líquido	-1,7	1,4	1,5	0,2	1,1	2,9	2,5	1,2	0,5	0,0
Privatização e outras vendas de activos	0,7	-0,6	-0,1	0,0	0,2	-0,3	0,1	0,0	-0,1	0,4
Contas a pagar, líquido (d/q retrocessão)	0,0	...	-0,7	...	-2,5	-1,0	-0,9	-0,8	-0,8	0,0
Erros e omissões líquidos	-0,7	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>										
Saldo global, incluindo donativos ²	-0,8	-4,2	-5,0	-3,5	-10,6	-13,5	-11,0	-7,7	-3,6	-3,0
Regularização dos atrasados	0,5	2,0	1,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Endividamento interno líquido ²	-2,2	-0,6	0,2	0,2	1,0	2,9	2,5	1,2	0,5	0,0
Saldo primário básico ³	5,8	...	-4,8	0,7	1,6	1,8	0,4	1,6	2,1	2,9
Saldo interno corrente ⁴	8,1	6,6	4,0	1,7	3,6	2,1	2,3	3,3	4,1	5,2
Fluxos externos ⁵	10,1	12,9	10,4	5,3	19,7	20,4	15,7	13,3	9,1	7,2
Dívida interna ^{6,7}	17,7	15,8	16,5	...	18,0	15,2	19,1	18,5	17,3	15,7
PIB nominal (milhões de escudos)	116.724	125.966	125.966	137.179	137.179	137.179	149.227	163.784	180.958	199.111

Fontes: Ministério das Finanças, Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

¹ Cenário Fiscal de Médio Prazo.

² Excluindo a regularização de atrasados.

³ Excluindo donativos, juros e despesas financiadas com recursos externos.

⁴ Receitas internas – despesas correntes.

⁵ Donativos externos + financiamento externo.

⁶ Incluindo os atrasados, líquidos dos depósitos.

⁷ Com base no local de residência do credor ou na moeda de denominação da dívida, nos termos do documento "Staff Guidance Note on Debt Limits in Fund-Supported Programs" (Policy Paper, 22 de Dezembro de 2009).

Tabela 4. Cabo Verde: Balança de Pagamentos, 2008-14
(Em milhões de euros, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Projeções						
Saldo da conta corrente, (incl. transferências oficiais)	-135	-112	-226	-228	-226	-204	-175
Balança comercial	-487	-453	-555	-559	-609	-635	-676
Exportações, FOB	78	65	77	87	97	109	122
Importações, FOB	-566	-518	-633	-646	-706	-744	-798
Serviços (líquidos)	168	130	113	120	179	218	285
Crédito	406	356	372	418	486	565	668
do qual: turismo	230	193	200	224	263	309	369
Débito	-238	-226	-259	-297	-306	-347	-383
Rendimentos (líquidos)	-32	-37	-42	-44	-56	-60	-65
Crédito	19	16	15	15	17	18	21
Débito	-51	-53	-58	-59	-72	-79	-86
Juros do governo	-5	-4	-4	-6	-8	-9	-10
Juros de outros sectores	-19	-16	-22	-24	-25	-26	-27
Rendimento sobre o invest. directo e outros rend.	-27	-34	-31	-29	-39	-44	-49
Transferências correntes (líquidas)	217	249	259	255	259	273	281
Governo	71	86	88	67	68	65	58
Outras, incl. remessas de emigrantes	146	163	172	187	190	207	223
Conta de capital e financeira (líquida)	237	177	249	252	264	239	247
Transferências de capital	19	20	26	19	30	28	40
Investimento directo (líquido)	143	86	87	113	130	146	159
Investimento de carteira	0	4	1	0	0	0	0
Outros investimentos, governo central	29	57	148	127	110	65	48
Fluxos oficiais líquidos	29	57	148	127	110	65	48
Desembolsos	46	75	166	145	129	83	72
Amortização	-17	-18	-18	-18	-18	-18	-23
Outros investimentos, excl. governo central	46	10	-13	-7	-6	-1	-1
Bancos comerciais (líquido)	44	8	0	0	1	1	1
Crédito comercial (líquido)	6	4	0	0	0	0	0
Outros	-4	-2	-13	-8	-7	-2	-1
Erros e omissões líquidos	-84	-77	0	0	0	0	0
Saldo global	18	-12	23	24	38	35	72
Financiamento	-18	12	-23	-24	-38	-35	-72
Reservas internacionais brutas (- acumulação)	-21	4	-23	-24	-38	-35	-72
Financiamento extraordinário	3	8	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>							
Conta corrente (incl. transf. oficiais; % do PIB)	-12,8	-9,8	-18,1	-16,8	-15,2	-12,4	-9,7
Conta corrente (excl. transf. oficiais; % do PIB)	-19,5	-17,3	-25,2	-21,8	-19,8	-16,4	-12,9
Saldo global (% do PIB)	1,7	-1,0	1,9	1,8	2,5	2,1	4,0
Reservas internacionais brutas	280	275	299	323	361	395	467
Meses de importações de bens e serviços do ano corrente	4,2	4,4	4,0	4,1	4,3	4,3	4,7
Meses de importações de bens e serviços do ano seguinte	4,5	3,7	3,8	3,8	4,0	4,0	4,3
Dívida externa pública	501	541	783	915	1.027	1.098	1.152

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Tabela 5. Cabo Verde: Síntese Monetária, 2007–15

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
			Est.		Projeções			
(Mihões de escudos, salvo indicação em contrário)								
Activos externos líquidos	30.976	28.991	27.414	29.929	33.587	37.906	41.829	49.805
Activos externos	38.762	38.152	37.614	40.184	42.972	47.236	51.157	59.197
<i>Dos quais:</i> reservas externas	28.627	30.880	30.371	32.916	35.605	39.769	43.587	51.522
Passivos externos	-7.786	-9.161	-10.200	-10.255	-9.385	-9.331	-9.328	-9.392
Activos internos líquidos	63.652	72.793	77.893	83.766	92.178	100.128	110.678	118.002
Crédito interno líquido	68.534	89.754	97.821	109.443	121.839	132.664	148.039	160.058
Crédito líquido ao governo geral	11.639	18.675	18.599	21.644	23.442	23.335	23.775	21.765
Crédito ao Trust Fund (TCMF)	6.433	11.038	11.038	11.038	11.038	11.038	11.038	11.038
Crédito líquido ao governo central	6.029	7.925	7.403	10.364	12.070	11.850	12.156	10.004
Crédito ao governo central	13.095	14.377	15.223	19.184	22.891	24.671	25.476	25.334
Depósitos do governo central	-7.066	-6.453	-7.820	-8.820	-10.820	-12.820	-13.320	-15.330
Crédito líquido aos governos locais	-310	403	1.052	1.145	1.246	1.367	1.511	1.662
Crédito líq. a outros órgãos do governo (INPS)	-514	-690	-894	-903	-912	-921	-930	-940
Crédito à economia	56.896	71.079	79.222	87.799	98.396	109.329	124.265	138.293
Crédito ao sector privado	55.553	70.443	78.749	87.326	97.923	108.856	123.792	137.820
Crédito a instituições financeiras não bancárias	1.340	636	473	473	473	473	473	473
Outras rubricas (líquido)	-4.882	-16.962	-19.928	-25.677	-29.660	-32.536	-37.361	-42.056
Massa monetária (M2)	94.628	101.783	105.304	113.695	125.766	138.034	152.508	167.807
Moeda (M1)	43.021	44.638	43.010	46.437	51.367	56.377	62.289	68.538
Moeda em circulação	8.399	8.713	8.362	9.028	9.441	9.942	10.661	11.409
Depósitos à ordem	34.622	35.926	34.649	37.409	41.926	46.435	51.628	57.129
Quase-moeda	45.640	52.360	57.700	62.300	68.914	75.636	83.567	91.950
Depósitos em moeda estrangeira	5.967	4.784	4.593	4.959	5.485	6.020	6.652	7.319
(Taxa de variação homóloga da massa monetária)								
Activos externos líquidos	6,8	-2,1	-1,5	2,4	3,2	3,4	2,8	5,2
Activos internos líquidos	4,0	9,7	5,0	5,6	7,4	6,3	7,6	4,8
Crédito interno líquido	-3,2	22,4	7,9	11,0	10,9	8,6	11,1	7,9
Crédito líquido ao governo central	-11,3	2,0	-0,5	2,8	1,5	-0,2	0,2	-1,4
Crédito à economia	13,5	15,0	8,0	8,1	9,3	8,7	10,8	9,2
Crédito ao sector privado	13,8	15,7	8,2	8,1	9,3	8,7	10,8	9,2
Outras rubricas (líquido)	7,2	-12,8	-2,9	-5,5	-3,5	-2,3	-3,5	-3,1
Massa monetária (M2)	10,8	7,6	3,5	8,0	10,6	9,8	10,5	10,0
<i>Por memória:</i>								
Velocidade de circulação da moeda	1,19	1,19	1,22	1,21	1,19	1,19	1,19	1,19
Depósitos de emigrantes (% dos depósitos totais)	37,9	36,9	37,1	37,1	37,0	36,9	36,9	36,8
Reservas excedentes/depósitos totais (%)	2,3	2,6	1,8	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Multiplicador monetário (M2/M0)	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	4,1	4,2	4,2
Crédito à economia (variação percentual)	25,5	24,9	11,5	10,8	12,1	11,1	13,7	11,3

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Tabela 6. Cabo Verde. Síntese do Banco Central, 2007–15

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
			Est.		Projeções			
(Mihões de escudos, salvo indicação em contrário)								
Activos externos líquidos	27.614	29.780	27.962	30.491	34.204	38.578	42.559	50.594
<i>Dos quais:</i> reservas internacionais líquidas	27.572	29.866	29.476	32.186	35.099	39.473	43.454	51.488
Activos externos	28.760	31.019	30.507	33.052	35.742	39.905	43.723	51.685
Passivos externos	-1.146	-1.239	-2.545	-2.561	-1.538	-1.327	-1.164	-1.064
Activos internos líquidos	-3.574	-3.821	-1.128	-2.417	-3.530	-5.197	-5.880	-10.438
Crédito interno líquido	-9.666	-1.105	1.334	-65	-1.132	-2.750	-3.385	-7.893
Créditos ao Trust Fund	0	4.605	4.605	4.605	4.605	4.605	4.605	4.605
Crédito líquido ao governo central	-4.346	79	-1.431	-2.431	-4.431	-6.431	-6.931	-8.941
Crédito ao governo central	0	3.640	3.640	3.640	3.640	3.640	3.640	3.640
Depósitos do governo central	-4.346	-3.561	-5.071	-6.071	-8.071	-10.071	-10.571	-12.581
Crédito à economia	1.162	1.106	1.099	1.106	1.112	1.118	1.123	1.129
Crédito ao sector privado	1.159	1.106	1.099	1.106	1.112	1.117	1.123	1.129
Crédito a outras instit. financeiras não bancárias	3	0	0	0	0	0	0	0
Crédito líquido aos bancos comerciais	-6.483	-6.895	-2.939	-3.346	-2.418	-2.042	-2.182	-4.685
Outras rubricas (líquido)	6.092	-2.715	-2.462	-2.351	-2.398	-2.446	-2.495	-2.545
Base monetária (M0)	24.041	25.959	26.834	28.074	30.674	33.381	36.679	40.156
Emissão monetária	9.983	10.350	10.635	11.228	11.910	12.840	13.812	15.139
Depósitos dos bancos comerciais	14.058	15.609	16.984	17.439	19.446	21.471	23.839	26.343
<i>Por memória:</i>								
Reservas internacionais brutas (milhões de euros)	259,6	280,1	275,4	298,5	322,9	360,7	395,3	467,3
Reservas internacional líquidas (milhões de euros)	250,1	270,9	267,3	291,9	318,3	358,0	394,1	467,0
(meses de importações)	3,9	4,5	3,7	3,8	3,8	4,0	4,0	4,1
Base monetária (taxa de variação homóloga)	10,0	8,0	3,4	4,6	9,3	8,8	9,9	9,5

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Tabela 7: Cabo Verde: Síntese dos Bancos Criadores de Moeda, 2007–14

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
			Est.			Projeções		
	(Mihões de escudos, salvo indicação em contrário)							
Activos externos líquidos	3.361	-789	-548	-562	-617	-673	-730	-788
Activos externos	10.001	7.134	7.107	7.132	7.230	7.331	7.434	7.539
Passivos externos	-6.640	-7.922	-7.655	-7.693	-7.847	-8.004	-8.164	-8.327
<i>Dos quais:</i> depósitos de não residentes	-5.198	-5.647	-4.918	-4.942	-5.041	-5.142	-5.245	-5.350
Activos internos líquidos	82.859	93.859	97.490	105.229	116.942	128.764	142.577	157.186
Crédito interno líquido	93.628	107.392	113.805	128.555	144.204	158.854	177.443	196.697
Crédito líquido ao governo geral	0	13.991	15.425	19.471	23.269	25.161	26.101	26.101
Créditos ao Trust Fund	6.433	6.433	6.433	6.433	6.433	6.433	6.433	6.433
Outros depósitos do governo (INPS)	-514	-690	-894	-903	-912	-921	-930	-940
Crédito líquido ao governo central	10.375	7.846	8.834	12.795	16.502	18.282	19.087	18.945
Crédito ao governo central	13.095	10.737	11.583	15.544	19.251	21.031	21.836	21.694
Depósitos do governo central	-2.721	-2.891	-2.749	-2.749	-2.749	-2.749	-2.749	-2.749
Crédito líquido aos governos locais	-310	403	1.052	1.145	1.246	1.367	1.511	1.662
Crédito aos governos locais	295	772	1.409	1.534	1.669	1.832	2.024	2.227
Depósitos dos governos locais	-605	-369	-357	-389	-423	-464	-513	-565
Crédito à economia	55.733	69.973	78.123	86.693	97.284	108.212	123.142	137.159
Crédito ao sector privado	54.394	69.337	77.650	86.220	96.811	107.739	122.669	136.686
Crédito a instituições financeiras não bancárias	1.337	636	473	473	473	473	473	473
Crédito líquido ao Banco de Cabo Verde	21.911	23.428	20.257	22.392	23.651	25.481	28.200	33.437
Outras rubricas (líquido)	-10.770	-13.533	-16.315	-23.326	-27.262	-30.090	-34.866	-39.511
Passivos na forma de depósitos, resid. não bancários	86.220	93.070	96.942	104.667	116.325	128.091	141.847	156.398
Depósitos em moeda nacional	80.253	88.286	92.349	99.708	110.840	122.071	135.196	149.079
Depósitos à ordem	34.613	35.926	34.649	37.409	41.926	46.435	51.628	57.129
<i>Dos quais:</i> depósitos de emigrantes	4.285	4.972	5.413	5.844	6.549	7.254	8.065	8.924
Depósitos a prazo	45.640	52.360	57.700	62.300	68.914	75.636	83.567	91.950
<i>Dos quais:</i> depósitos de emigrantes	27.187	28.159	29.217	31.544	34.893	38.297	42.313	46.557
Depósitos em moeda estrangeira	5.967	4.784	4.593	4.959	5.485	6.020	6.652	7.319
<i>Dos quais:</i> depósitos de emigrantes	1.081	1.225	1.369	1.478	1.634	1.794	1.982	2.181
<i>Por memória:</i>								
Depósitos de emigrantes (em relação aos dep. totais)	0,38	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37
Outros depósitos (em relação à massa monetária)	0,57	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67
Composição dos depósitos de emigrantes								
Moeda nacional	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96	0,96
A ordem	0,13	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16
A prazo	0,83	0,85	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84	0,84
Moeda estrangeira	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Tabela 8. Cabo Verde: Solidez Financeira do Sector Bancário¹

(Final do ano; em percentagem, salvo indicação em contrário)

Indicador	2005	2006	2007	2008	Jun/09	Dez/09	Jun/10
Adequação dos fundos próprios							
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	12,1	11,1	11,4	12,0	11,3	12,0	12,0
Capital regulam. Tier 1/activos ponderados pelo risco	13,4	11,3	11,8	11,5	11,3	11,8	12,0
Qualidade dos activos²							
Empréstimos mal parados/empréstimos totais	6,3	3,9	13,5	10	13,8	8,8	13,4
Empr. mal parados líq. de provisões/capital	-2,5	-1,7	91,1	42,2	76,9	25,4	62,1
Provisões/empréstimos mal parados	104,9	104,1	35,0	53,1	41,5	65,8	46,3
Lucros e rentabilidade							
Rendibilidade dos activos	0,5	1,1	1,6	1	0,2	0,7	0,3
Rendibilidade do capital	9,7	19,7	30,1	15,8	3,7	10,6	4,4
Margem de juros/rendimentos brutos	62,7	67,2	71,3	68	69,5	71,9	71,3
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	61,2	54,5	46,1	57,3	69	65,4	63,8
Liquidez³							
Activos líquidos/activos totais	46,2	18,3	17,7	16,6	17,2	16,4	15,6
Activos líquidos/passivos de curto prazo	170,2	46,1	42,9	43,8	46,8	49,2	48,8

Fonte: Banco de Cabo Verde.

¹ Os dados a partir de 2008 baseiam-se nas NIRF/IFRS e são provisórios, pois o BCV está em vias de concluir a comparabilidade dos dados.

² O rácio de imparidade dos quatro bancos internos aumentou em 2007 por causa dos critérios mais rigorosos de classificação dos empréstimos. Por conseguinte, os dados sobre a imparidade devem ser interpretados com cautela, uma vez que um empréstimo era considerado em situação de imparidade mesmo que estivesse apenas um dia em atraso.

³ Os activos líquidos incluem a moeda em caixa e os valores mobiliários. Os passivos de curto prazo incluem os depósitos à vista.

Tabela 9: Cabo Verde: Programa de Trabalho Proposto para 2011

Data da Missão	Objecto	Data da decisão do Conselho
Setembro de 2010	Aprovação do novo PSI	22 de Novembro de 2010
Maio de 2011	Primeira avaliação do PSI	Fim de Julho de 2011
Novembro de 2011	Segunda avaliação do PSI e possível negociação de um novo PSI	Fim de Janeiro de 2012

Tabela 10. Cabo Verde: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2010-11 no âmbito do PSI¹

	Fluxos acum. desde o fim de Dez. 2009		Fluxos acumulados desde o fim de Dez. 2010		
	2010		2011		
	fim de Dez.		fim de Mar.	fim de Jun.	fim de Set.
	Metas Indicativas		Critérios de Avaliação	Metas Indicativas	Critérios de Avaliação
Metas quantitativas					
(Mil milhões de escudos)					
Limite máx. ao endivid. interno líq. do governo central ²	1,5		0,9	1,5	2,5
Limite máx. aos activos internos líquidos do banco central ³	0,1		0,3	0,6	0,8
Limite máx. à acumulação de novos atrasados de pagamentos internos pelo governo central	0,0		0,0	0,0	0,0
(Milhões de USD)					
Limite máximo à acumulação de novos atrasados de pagamentos externos pelo governo central ⁴	0,0		0,0	0,0	0,0
Limite máx. à contratação ou garantia de dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ⁵	35,0		35,0	35,0	35,0
Limite máx. ao stock de dívida externa não concessional com vencimento inferior a um ano pelo governo central ^{4,9}	0,0		0,0	0,0	0,0
(Milhões de euros)					
Limite mín. às reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde (BCV) ⁷	15,0		6,6	13,2	19,8
(Porcentagem)					
Limite mín. ao rácio de capital regulamentar de bancos individuais ⁸	10,0		10,0	10,0	10,0
<i>Por memória:</i>					
Pressupostos do programa					
(Mil milhões de escudos)					
Ajuda financeira externa não ligada a programas, incluindo linha de crédito (pressuposto do programa)	3,0		0,6	0,8	1,4
Serviço da dívida externa	2,9		0,9	1,5	2,0
Vendas de terras	0,7		0,2	0,3	0,3

¹ Para fins de cálculo dos factores de correcção do programa, os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

² Excluindo os empréstimos para regularização de atrasados e os pagamentos em mora líquidos. O limite máximo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa não relacionada a projectos e das vendas de terras em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para mais das vendas de terras em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para cima em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.

³ O limite máximo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos em apoio a projectos e ao orçamento em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para cima em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.

⁴ Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

⁵ Este critério de avaliação não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão N° 12274-(00/85), de 24/08/00, modificada em 31/08/09), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Este critério de desempenho não inclui o reescalonamento e a reestruturação da dívida, a linha de crédito portuguesa e os empréstimos do FMI.

⁶ O termo "dívida" tem o sentido dado no item 9 das Normas Relativas aos Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão n° 12.274-(00/85), de 24/08/00, modificada em 31/08/09). Este critério de desempenho não inclui os acordos de reescalonamento, a linha de crédito portuguesa, os empréstimos do FMI e os financiamentos relacionados à importação.

⁷ O limite mínimo às reservas internacionais líquidas do BCV será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, do desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos em apoio a projectos e ao orçamento em relação aos pressupostos do programa, bem como dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 13,6 milhões de euros. O limite mínimo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa em relação aos pressupostos do programa. Para além disso, caso Cabo Verde participe de qualquer atribuição de DSE entre 30 de Junho de 2009 e a data de teste, este limite mínimo será ajustado para cima pelo montante total equivalente às eventuais atribuições de DSE até à data de teste, às taxas de

⁸ O limite mínimo ao rácio do capital regulamentar dos bancos é um piso indicativo para todas as datas de teste. Esta meta indicativa será monitorizada continuamente.

APÊNDICE I. CARTA DE INTENÇÕES

9 de Novembro de 2010

Dominique Strauss-Kahn
Director-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, N.W.
Washington, D.C. 20431
EUA

Senhor Director-Geral,

Em Julho de 2010, o governo de Cabo Verde completou o programa apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). O PSI proporcionou uma base sólida para as nossas políticas viradas para a estabilidade macroeconómica, o crescimento económico e a redução da pobreza. Para o futuro, o objectivo do governo é continuar a manter um estreito diálogo de políticas com o FMI, e acreditamos que o PSI é o programa apropriado para Cabo Verde: o país atingiu a estabilidade macroeconómica e não necessita de recursos financeiros do FMI, mas o PSI servirá para apoiar os esforços constantes do governo na melhoria do desempenho das políticas e emitirá um sinal para a comunidade internacional sobre o compromisso das autoridades em adoptar políticas sólidas.

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), anexo, define os objectivos e as políticas do governo para o período 2010–11 e solicita o apoio do Fundo a este quadro no âmbito de um novo PSI com duração de 15 meses, o que permitirá ao novo governo avaliar a modalidade do seu futuro envolvimento com o Fundo após as eleições de 2011. Os principais elementos deste programa são a gestão prudente da dívida pública, o reforço das reservas internacionais e as reformas estruturais para aperfeiçoar a gestão da dívida, racionalizar os incentivos fiscais, expandir as operações monetárias e fortalecer o sector financeiro.

O governo acredita que as políticas descritas no MPEF são apropriadas para atingir os objectivos do novo programa apoiado pelo PSI. Nos termos do PSI, o governo manterá o FMI informado da evolução dos acontecimentos macroeconómicos e de política, e submeterá regularmente os dados necessários para a monitorização do programa. Durante o período de vigência do PSI, Cabo Verde consultará o FMI, por iniciativa própria ou sempre que solicitado pelo Director-Geral da instituição, sobre a adopção de quaisquer medidas que possam vir a ser apropriadas nas circunstâncias. Autorizamos o FMI a publicar esta carta, o MPEF e o respectivo relatório do corpo técnico.

Com os meus melhores cumprimentos,

/s/

Cristina Duarte
Ministra das Finanças

ANEXO I. MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Desenvolvimentos económicos recentes

1. **Cabo Verde, com sua economia bastante aberta, soube resistir bem ao impacto da recessão mundial.**

- O crescimento do PIB real abrandou em 2009, mas manteve-se firme em comparação ao crescimento económico mundial. A relativa moderação do crescimento foi consequência da desaceleração global do sector de turismo, dos fluxos de IDE e da construção privada, factores que contrabalançaram os efeitos das políticas de estímulo fiscal. Os principais indicadores económicos, como o barómetro de confiança, mostram sinais de recuperação em 2010, e a taxa de crescimento deve se recuperar em 2010 como consequência das actividades de transportes e construção, esta última movida pelo investimento público. No médio prazo, a perspectiva é de aumento gradativo da taxa de crescimento.
- O estímulo fiscal aplicado em 2009 e que inclui subsídios, corte de impostos e aceleração das despesas de investimento, ajudou Cabo Verde a superar a crise e proteger os pobres. Utilizámos o espaço criado pelas políticas orçamentais prudentes adoptadas nos últimos anos, bem como o financiamento interno em condições favoráveis, para acelerar o programa de investimento público que já estava em andamento.
- A inflação baixou de 6,8 por cento (média anual) em 2008 para 1 por cento em 2009, e deve permanecer próxima dos 3 por cento no médio prazo.

2. **O Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) de 2006–10 foi muito útil para a agenda de reformas e a política de crescimento de Cabo Verde.** O PSI ajudou a consolidar a estabilidade macroeconómica, acumular reservas internacionais como protecção contra choques, melhorar a gestão financeira pública, reduzir os riscos orçamentais relacionados às empresas públicas, fortalecer o controlo e a supervisão do sector financeiro e reforçar o enquadramento institucional do país através de reformas estruturais e legislativas. O PSI também catalisou o apoio dos doadores e aumentou a credibilidade das políticas do governo. Durante a vigência do PSI, Cabo Verde acedeu à Organização Mundial do Comércio (OMC), saiu da categoria dos países menos avançados e foi aceito como parceiro especial da União Europeia. Na sua função de facilitador das reformas, o PSI auxilia na prossecução dos objectivos da nossa Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza. Cabo Verde está no caminho certo para alcançar a maioria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, inclusive a redução para metade dos níveis de pobreza registados em 1990.

3. **O país ainda tem desafios a vencer para que beneficie da actual janela de financiamento em condições altamente concessionais sem pôr em risco a**

sustentabilidade da dívida. Prossegue a implementação célere do nosso programa de investimento, maioritariamente financiado com recursos externos. Durante os últimos anos, temos trabalhado para mobilizar o financiamento externo em condições concessionais para o nosso programa de investimento. Graças a este esforço, a taxa de execução dos projectos aumentou de menos de 60 por cento no início da década para cerca de 90 por cento na actualidade. A expectativa é que o nosso programa de investimento mantenha o ritmo acelerado em 2011–12, mas que retorne a um ritmo mais moderado após a conclusão dos grandes projectos infra-estruturais ora em curso. O propósito do programa de investimento é apoiar o crescimento privado no longo prazo assente na exportação de serviços, em linha com a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde. O programa busca soluções para gargalos infra-estruturais críticos no que respeita a estradas, aeroportos, portos marítimos e abastecimento de electricidade e água. A avaliação cuidadosa dos projectos, que é feita com o auxílio dos nossos parceiros de desenvolvimento, confirma a previsão de elevado retorno económico e social desses projectos. O programa de investimento é financiado com recursos externos, ainda que em condições altamente concessionais e com prazos alargados, o que aumenta o peso total da dívida e, especialmente, o valor actualizado (VA) da dívida em relação ao PIB. A capacidade de pagamento de Cabo Verde continua sólida, como atestam os rácios do serviço da dívida em relação às receitas e exportações — que ainda estão muito abaixo dos respectivos limiares. O vigor das políticas e instituições de Cabo Verde deve contribuir para a concretização dos benefícios, em termos de crescimento, da aceleração do programa de investimento público, bem como para consolidar a sustentabilidade da dívida no médio prazo.

Objectivos e políticas macroeconómicas

4. **O novo PSI de 15 meses continuará a visar a acumulação de reservas e a manutenção de um stock baixo de dívida interna para apoiar a paridade cambial.** O endividamento interno líquido será contido para proteger as reservas internacionais. Para além disso, a política orçamental estará virada para a eliminação gradual das actuais medidas orçamentais anticíclicas. Conforme o ritmo de execução dos investimentos públicos for diminuindo, a expectativa é que o défice orçamental caia de 13,5 por cento do PIB em 2010 para 8 por cento em 2012, mantendo-se em declínio daí em diante. Continuarão a ser contraídos empréstimos externos, mormente em condições concessionais, mas o recurso a este tipo de empréstimos será reduzido aos níveis anteriores à crise após a conclusão dos grandes projectos infra-estruturais já em andamento.

Política orçamental

5. **Em 2010–11, a política orçamental continuará ancorada na implementação do programa de investimento público de médio prazo e na minimização e gestão prudente da acumulação de dívida.**

- O endividamento interno líquido continuará a ser mantido em baixa em 2011, de modo a proteger as reservas internacionais e manter o nível da dívida interna líquida abaixo dos 20 por cento do PIB.
- A gestão da dívida será aperfeiçoada. Em Junho de 2011, será apresentada ao Conselho de Ministros uma Estratégia de Dívida de Médio Prazo que descreverá o nível, a composição e a tendência desejada no que respeita à dívida. Uma vez que o acesso à janela de empréstimos concessionais provavelmente diminuirá à medida que aumentarem os nossos rendimentos, passaremos a contrair mais empréstimos em condições não concessionais, e a referida estratégia nos ajudará a administrar com prudência a nossa carteira da dívida. No médio prazo, o principal objectivo será a redução do rácio VA da dívida/PIB.
- Para atingir o objectivo de redução do stock da dívida, os investimentos públicos com financiamento externo terão de ser reequacionados para níveis mais modestos na sequência da presente aceleração. A expectativa é que as despesas de investimento público financiadas por empréstimos externos declinem de 12,3 por cento do PIB em 2010 para 4,7 por cento em 2013. De referir também que a concretização dos benefícios, em termos de crescimento, do programa de investimento público ajudará a alcançar o objectivo de redução do rácio VA da dívida/PIB.

6. As autoridades continuarão a aperfeiçoar a gestão financeira pública e alargar a base de tributação.

- Como de costume, em 2011 realizaremos uma revisão orçamental no meio do ano, na qual confirmaremos se o endividamento externo é compatível com a sustentabilidade da dívida e com o objectivo de redução do stock da dívida no médio prazo.
- O governo elaborou novos projectos de lei do IUR-PC e IUR-PS e está a passar em revista a legislação pertinente a fim de reduzir e racionalizar os incentivos e isenções fiscais. O governo planeia submeter os projectos de lei à Assembleia Nacional até ao final de Junho de 2011.
- Continuaremos a fiscalizar a cobrança de impostos, principalmente no que respeita ao IVA e ao IUR-PC que não foram pagos em 2009–2010.

7. O governo continuará a buscar soluções para a questão dos passivos contingentes originários das empresas públicas. Para prevenir a ocorrência de riscos orçamentais, o governo aprovou a Lei das Empresas Públicas, do Gestor Público e da Boa Governação Societária. O objectivo dessas medidas é aperfeiçoar o controlo e monitoria do sector empresarial do Estado, através da definição de uma série de regras e procedimentos que sirvam de marco para a regulamentação do sector, permitindo a reestruturação das empresas públicas para que estas se tornem um instrumento para a política económica. As medidas também permitirão uma mudança no paradigma de gestão das para-estatais, para

que estas sejam orientadas para os resultados/objectivos. A empresa de electricidade, Electra, e a companhia aérea, TACV, foram submetidas a um plano de reestruturação com vistas a eliminar os seus prejuízos estruturais ou subsídios implícitos. A estratégia para a Electra — que visa estabilizar os custos e reduzir a dependência das importações de petróleo — consiste em substituir a geração de energia com base nos combustíveis fósseis pela utilização da energia fotovoltaica e eólica (com a ajuda de parcerias público-privadas). Após reduzir os seus quadros de funcionários, a TACV procurou melhorar a qualidade dos seus serviços e renovou a sua certificação junto à IATA. O demonstrativo de resultados de 2009 apresentado pela TACV revela melhoras, e a empresa recentemente regularizou os seus atrasados com fornecedores privados acumulados até 2009. A TACV assinou um acordo com a Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA) visando a liquidação dos atrasados, e o respectivo plano de pagamento já está a ser executado. O governo está empenhado em aumentar a transparência no que respeita aos subsídios implícitos entre as empresas estatais e, para o efeito, até Junho de 2011 incluirá explicitamente no relatório sobre passivos contingentes quaisquer obrigações não pagas entre essas empresas.

8. Nos termos da sua estratégia de redução da pobreza, o governo está empenhado em proteger os gastos prioritários. As políticas públicas activas focalizadas nos segmentos mais vulneráveis continuarão a ser implementadas a um ritmo vigoroso. O objectivo dessas políticas é apoiar soluções sustentáveis para o desemprego e estimular a integração dos mais necessitados na vida económica e social do país. De referir, por exemplo, a reforma do sistema de segurança social, a intensificação dos programas de combate à pobreza, a implementação do Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género e a adopção de medidas viradas para a reinserção social das crianças e adolescentes em situação de risco. Para além disso, o governo está a fazer grandes investimentos na formação, especialmente dos jovens, com foco nas actuais necessidades do mercado laboral. O desenvolvimento das qualificações também está a ser apoiado por investimentos em habitação, saúde, água e saneamento, num esforço multifacetado para proporcionar condições de vida melhores e mais produtivas para os cabo-verdianos.

Gestão monetária e políticas do sector financeiro

9. O Banco de Cabo Verde (BCV) protegerá a paridade cambial, continuando a acumular reservas estrangeiras e alargar as operações monetárias. Em vista do alto grau de abertura da conta de capitais, a política monetária estará virada para a estabilização dos fluxos de capital externo de curto prazo e da liquidez interna. Para o efeito, em Janeiro de 2010 o BCV baixou a sua taxa directora em 100 pontos-base, para 4,25 por cento, diante da acumulação de reservas estrangeiras e da descida do prémio de risco global. O BCV continuará a monitorizar atentamente os fluxos de capitais e a avaliar as suas implicações para as taxas de juros internas e a expansão do crédito.

10. Estamos empenhados em desenvolver um mercado de títulos públicos líquido e dinâmico. Buscaremos soluções atempadas para as distorções no mercado primário de títulos

públicos. É nossa intenção: i) emitir Obrigações do Tesouro fungíveis, para reduzir a fragmentação do mercado e estimular a liquidez no mercado secundário; ii) utilizar leilões de preço uniforme no mercado primário; iii) aperfeiçoar os mecanismos dos leilões com a publicação de calendários de emissão com um ano de antecedência, para estimular a concorrência, credibilidade e transparência no mercado de títulos públicos; e iv) utilizar a banca electrónica, a Internet e as caixas automáticas para que as pessoas singulares possam comprar títulos no mercado secundário.

11. **O governo está empenhado em fortalecer a coordenação entre as políticas orçamental e monetária em apoio à paridade cambial.** Nos termos do novo PSI, o Ministério das Finanças (MF) e o BCV assinarão um acordo de coordenação orçamental e monetária, pelo qual o BCV fará uso sistemático dos títulos do Tesouro como principal instrumento para fins de operações monetárias. O comité conjunto de liquidez MF-BCV será fortalecido para avaliar as implicações das necessidades de financiamento orçamental para os agregados monetários e as reservas internacionais.

12. **Continuaremos a fortalecer o sector financeiro,** tendo em conta as deficiências identificadas nas recomendações do Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP) de 2008.

- O BCV está empenhado em aperfeiçoar o enquadramento regulamentar e a capacidade de supervisão, e em garantir que o seu órgão de supervisão disponha de recursos suficientes para ampliar efectivamente as inspecções *in loco* e a supervisão à distância. O Banco continuará a aplicar com rigor o requisito de adequação dos fundos próprios e informará o FMI caso algum banco deixe de cumprir os requisitos de capital regulamentar mínimo. O BCV já supervisiona o sector de seguros, mas no médio prazo a sua intenção é alargar o perímetro de supervisão para incluir outras instituições financeiras não bancárias, inclusive o INPS, conforme indicado nas recomendações do FSAP.
- Os bancos comerciais concluíram a migração para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e a observância das normas relativas à contabilidade bancária.
- O BCV está a envidar esforços para publicar regularmente um relatório de estabilidade financeira a partir do primeiro semestre de 2011.
- O projecto da nova lei bancária, que harmonizará as normas prudenciais relativas às actividades bancárias *onshore* e *offshore*, será submetido à Assembleia Nacional para aprovação até ao final de Junho de 2011.

13. **O actual comité permanente de estabilidade financeira do BCV será expandido para incluir o MF e, para o efeito, será firmado um Memorando de Entendimento.** O Memorando será assinado pelo Ministro das Finanças e o Governador do BCV e

formalizará os acordos de cooperação para a definição de planos de contingências e de preparação para situações de crise, além de garantir que todos os membros do comité formulem os seus próprios planos de contingências e recebam formação prática.

O memorando terá como objectivo: a) desenvolver uma estratégia de comunicação coordenada; b) definir princípios comuns para a gestão de crises; c) descrever como os procedimentos acordados serão activados numa situação de crise; e d) definir canais para o intercâmbio de informação.

Monitorização do programa

14. **A implementação do programa será monitorizada através de avaliações semestrais conduzidas pelo Conselho de Administração do FMI com base em indicadores quantitativos e indicadores de referência estruturais.** Esses indicadores são definidos no MTE. Os indicadores quantitativos para o final de Março de 2011 e o final de Setembro de 2011 constituem critérios de avaliação, e os indicadores quantitativos para o final de Dezembro e o final de Junho são metas indicativas. O programa abrangerá o período de Novembro de 2010 a Novembro de 2011. A primeira avaliação do programa será baseada nos critérios de avaliação relativos ao final de Março de 2011, e está programada para ser concluída no final de Julho de 2011. A segunda avaliação do programa será baseada nos critérios de desempenho relativos ao final de Setembro de 2011, e está programada para ser concluída no final de Janeiro de 2012.

15. **O governo estabeleceu um comité de seguimento do PSI para garantir a implementação eficaz do programa.** O comité de seguimento foi criado para o PSI de 2006–10 sob a égide do Ministério das Finanças e do BCV, e fará o seguimento da implementação do programa para 2010–11. Este MPEF será divulgado ao governo, aos órgãos do governo, às instituições públicas e à sociedade cabo-verdiana.

Tabela 1. Cabo Verde: Indicadores de Referência Estruturais Propostos para 2010–11

Objectivo/ importância macroeconómica	Indicador de referência estrutural	Prazo
Reforço da gestão da dívida	Elaboração de um relatório estratégico de médio prazo sobre o nível e a composição da dívida e a tendência desejada, para apresentação ao Conselho de Ministros	fim de Junho de 2011
Reforço da base de tributação	Apresentação dos projectos de lei do IUR-PC e do IUR-PS à Assembleia Nacional	fim de Junho de 2011
Promoção da responsabilidade orçamental	Inclusão de dados sobre a dívida cruzada das empresas públicas no relatório sobre passivos contingentes e apresentação do relatório ao Conselho de Ministros	fim de Junho de 2011
Reforço do sector financeiro	Assinatura de um Memorando de Entendimento entre o BCV e o Ministério das Finanças para alargar e formalizar o comité permanente de estabilidade financeira do BCV	fim de Março de 2011
Reforço do sector financeiro	Apresentação à Assembleia Nacional da nova lei bancária, que unifica o quadro regulamentar para os bancos <i>onshore</i> e <i>offshore</i>	fim de Junho de 2011
Reforço da cooperação das políticas orçamental e monetária	Assinatura do acordo de cooperação orçamental e monetária entre o BCV e o Ministério das Finanças	fim de Dezembro de 2010
Reforço do mercado de títulos	Emissão de títulos do tesouro fungíveis, com valor nominal e de cupão comuns e as mesmas datas de pagamento	fim de Dezembro de 2010

Tabela 2. Cabo Verde: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2010-11 no âmbito do PSI ¹

	Fluxos acum. desde o fim de Dez. 2009		Fluxos acumulados desde o fim de Dez. 2010		
	2010		2011		
	fim de Dez.	Metas Indicativas	fim de Mar. Critérios de Avaliação	fim de Jun. Metas Indicativas	fim de Set. Critérios de Avaliação
Metas quantitativas					
Limite máx. ao endivid. interno líq. do governo central ²	1,5		(Mil milhões de escudos)		
Limite máx. aos activos internos líquidos do banco central ³	0,1		0,9	1,5	2,5
Limite máx. à acumulação de novos atrasados de pagamentos internos pelo governo central	0,0		0,3	0,6	0,8
			0,0	0,0	0,0
			(Milhões de USD)		
Limite máximo à acumulação de novos atrasados de pagamentos externos pelo governo central ⁴	0,0		0,0	0,0	0,0
Limite máx. à contratação ou garantia de dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo governo central ⁵	35,0		35,0	35,0	35,0
Limite máx. ao stock de dívida externa não concessional com vencimento inferior a um ano pelo governo central ^{a,b}	0,0		0,0	0,0	0,0
			(Milhões de euros)		
Limite mín. às reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde (BCV) ⁷	15,0		6,6	13,2	19,8
			(Porcentagem)		
Limite mín. ao rácio de capital regulamentar de bancos individuais ⁸	10,0		10,0	10,0	10,0
<i>Por memória:</i>					
Pressupostos do programa			(Mil milhões de escudos)		
Ajuda financeira externa não ligada a programas, incluindo linha de crédito (pressuposto do programa)	3,0		0,6	0,8	1,4
Serviço da dívida externa	2,9		0,9	1,5	2,0
Vendas de terras	0,7		0,2	0,3	0,3

¹ Para fins de cálculo dos factores de correcção do programa, os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

² Excluindo os empréstimos para regularização de atrasados e os pagamentos em mora líquidos. O limite máximo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa não relacionada a projectos e das vendas de terras em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para mais das vendas de terras em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para cima em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.

³ O limite máximo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, e pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos em apoio a projectos e ao orçamento em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa em relação aos pressupostos do programa. O limite máximo será ajustado para cima em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.

⁴ Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

⁵ Este critério de avaliação não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão N° 12274-(00/85), de 24/08/00, modificada em 31/08/09), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Este critério de desempenho não inclui o reescalonamento e a reestruturação da dívida, a linha de crédito portuguesa e os empréstimos do FMI.

⁶ O termo "dívida" tem o sentido dado no item 9 das Normas Relativas aos Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão n° 12.274-(00/85), de 24/08/00, modificada em 31/08/09). Este critério de desempenho não inclui os acordos de reescalonamento, a linha de crédito portuguesa, os empréstimos do FMI e os financiamentos relacionados à importação.

⁷ O limite mínimo às reservas internacionais líquidas do BCV será ajustado para baixo em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa, do desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos em apoio a projectos e ao orçamento em relação aos pressupostos do programa, bem como dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 13,6 milhões de euros. O limite mínimo será ajustado para cima em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa em relação aos pressupostos do programa. Para além disso, caso Cabo Verde participe de qualquer atribuição de DSE entre 30 de Junho de 2009 e a data de teste, este limite mínimo será ajustado para cima pelo montante total equivalente às eventuais atribuições de DSE até à data de teste, às taxas de

⁸ O limite mínimo ao rácio do capital regulamentar dos bancos é um piso indicativo para todas as datas de teste. Esta meta indicativa será monitorizada continuamente.

ANEXO II. MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

1. O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades cabo-verdianas e o FMI com respeito à definição dos critérios de avaliação, metas indicativas e requisitos de reporte de informação para a sétima e a oitava avaliações do Instrumento de Apoio à Política Económica.

I. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO QUANTITATIVOS E METAS INDICATIVAS

A. Crédito interno líquido, excluindo o crédito para liquidação de atrasados e pagamentos em mora líquidos

2. **O governo central** engloba todas as unidades orçamentais da administração pública. Ele não engloba os governos locais (municípios) e as empresas públicas.

3. **O crédito interno líquido, excluindo o crédito para liquidação de atrasados e pagamentos em mora líquidos** é definido como a variação acumulada desde o início do ano civil do crédito líquido dos sectores bancário e não bancário ao governo central, menos: 1) a liquidação acumulada durante o ano civil do stock de atrasados até ao final do ano transacto e 2) os pagamentos acumulados durante os três primeiros meses do ano civil de despesas autorizadas no orçamento do ano transacto, mais as despesas acumuladas durante o ano fiscal corrente que serão pagas nos três primeiros meses do próximo ano civil, conforme inscrito na lei do orçamento (atrasados).

- O valor máximo (tecto) será ajustado para mais:
 - em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa,
 - em função do desvio acumulado para menos da assistência financeira não ligada a projectos e das vendas de terras em relação aos pressupostos do programa, e em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.
- O valor máximo será ajustado para menos:
 - em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa,
 - e do desvio acumulado para mais da venda de terras em relação aos pressupostos do programa.

4. **O crédito líquido dos sectores bancário e não bancário ao governo central** é definido como a posição global das principais instituições do governo central junto ao sistema bancário e não bancário — ou seja, o stock de todos os créditos pendentes do governo central (empréstimos, adiantamentos) e de todos os outros instrumentos da dívida do governo (tais como títulos públicos de longo prazo) detidos pelo BCV, pelos bancos comerciais e pelas instituições não bancárias, menos todos os depósitos do governo central

junto ao BCV e aos bancos comerciais. O INPS não está incluído nas contas do governo central. O crédito líquido ao governo central exclui os créditos sobre o Trust Fund (TCMF).

5. **Reporte de informação.** Dados sobre a execução orçamental compilados pelo Ministério das Finanças e Administração Pública serão fornecidos trimestralmente e apresentados no máximo cinco semanas após o encerramento de cada trimestre, incluindo: i) a receita interna do governo, por categoria; ii) os donativos externos em apoio ao orçamento; iii) as despesas públicas, inclusive as despesas correntes primárias, os pagamentos de juros internos e externos e as despesas de investimento, inclusive as financiadas internamente e pelo orçamento, e a estimativa das despesas de investimento de projectos com financiamento externo; iv) o pagamento e acumulação brutos de contas a pagar internas; v) o pagamento e acumulação brutos de atrasados de pagamentos internos; vi) recebimentos e pagamentos do capital de empréstimos externos; vii) pagamentos e acumulação de atrasados externos; viii) financiamentos bancários e não bancários; ix) recebimentos de privatização e venda de terras; e x) quaisquer outras receitas, despesas ou financiamentos não incluídos acima.

6. Para os fins do presente memorando, o produto da privatização e as vendas de terras serão entendidos como todos os valores recebidos pelo governo pela venda ou concessão de uma empresa, organização ou instalação estatal para uma ou mais empresas ou organizações do sector privado ou particulares, bem como quaisquer recursos gerados pela venda de terras do governo e pela liquidação de uma empresa estatal, descontados os custos de reestruturação.

B. Activos Internos Líquidos do Banco Central

7. O valor máximo da variação acumulada dos activos internos líquidos do BCV, desde o início do ano civil 2009, constitui um critério de avaliação. **Os activos internos líquidos (AIL) do BCV** são definidos como a base monetária menos os activos externos líquidos do BCV, avaliados às taxas de câmbio correntes do fim do período.

- Os valores máximos dos AIL serão ajustados para mais:
 - em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa,
 - em função do desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos a projectos e em apoio ao orçamento em relação aos pressupostos do programa, e em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 1,5 mil milhões de escudos.
- O valor máximo será ajustado para menos em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa relação aos pressupostos do programa.

Para fins de cálculo dos factores de correcção do programa, esses fluxos serão avaliados às taxas de câmbio correntes. A base monetária consiste das reservas bancárias e depósitos das

instituições monetárias e do sector privado junto ao banco central, bem como da circulação monetária.

8. **Reporte de informação.** Os balanços mensais preliminares do BCV e o balanço consolidado dos bancos comerciais serão transmitidos mensalmente, no mais tardar cinco semanas após o fim do mês de referência. A versão final dos balanços mensais do BCV será transmitida tão logo esteja disponível.

C. Valor Máximo da Dívida Externa não Concessional Contraída ou Garantida pelo Governo Central

9. A dívida externa pública (de curto, médio e longo prazo) é definida como a dívida para com não residentes contraída ou garantida pelo governo central.¹ A dívida pública externa consiste da dívida externa do governo central e do Banco de Cabo Verde, e da dívida externa contraída pelas entidades do sector público oficial e empresas públicas e garantida pelo governo central. A dívida externa pública também inclui a dívida externa privada para com não residentes para as quais foram prestadas garantias oficiais.

10. Nos termos do programa, os valores máximos da dívida externa de médio e longo prazo, bem como da dívida externa de curto prazo em condições não concessionais, constituem critérios de avaliação. Os valores máximos da dívida externa não concessional são avaliados continuamente. A dívida externa não concessional é definida como a dívida contraída ou garantida pelo governo central com um elemento de bonificação inferior a 35 por cento, calculado com base nas taxas de juros comerciais de referência para a moeda específica (CIRR) publicadas pelo Comité de Assistência para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). O reescalamento e a reestruturação da dívida são excluídos dos limites à dívida externa não concessional. Os critérios de avaliação relativos à nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (excluindo os empréstimos do FMI) são especificados na Tabela 1 da Carta de Intenções. A definição de dívida externa não concessional de curto prazo exclui o financiamento normal de curto prazo (inferior a um ano) relacionado à importação. A linha de crédito preventiva do governo português (a “linha de crédito portuguesa”) em apoio à paridade cambial também é excluída da definição da dívida externa não concessional. Os critérios de avaliação sobre o endividamento externo não concessional de médio e longo prazo aplicam-se não apenas à dívida conforme definida no ponto n° 9 das Directrizes sobre Critérios de Desempenho com Respeito à Dívida Externa (Decisão n° 12274-(00/85) de 24/8/00, modificada em 31/08/09) mas também aos compromissos assumidos ou garantidos sem contraprestação.

¹ À altura da primeira avaliação do PSI, a definição da dívida externa pública será alargada para incluir cinco empresas públicas que actualmente são cobertas pelo relatório de passivos contingentes do governo, e o valor máximo da dívida externa não concessional será aumentado para reflectir esta cobertura alargada.

11. **Reporte de informação.** O governo de Cabo Verde consultará o corpo técnico do Fundo antes de assumir quaisquer novas obrigações em circunstâncias em que pairam dúvidas quanto à aplicação do critério de avaliação ao instrumento em questão. Informações detalhadas sobre toda a dívida externa nova (inclusive as garantias públicas), com indicação das condições e credores respectivos, serão transmitidas trimestralmente, no mais tardar cinco semanas após o fim do trimestre.

D. Reservas Internacionais Líquidas do Banco Central

12. O valor mínimo (piso) da variação acumulada das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCV desde o início do ano civil 2009 constitui um critério de avaliação no âmbito do programa. **As RIL do BCV** são definidas como as reservas internacionais brutas do BCV líquidas dos passivos externos que constituem reservas das autoridades estrangeiras, calculadas às taxas de câmbio correntes. As reservas brutas do BCV são as que estão prontamente disponíveis (ou seja, líquidas e comercializáveis, e livres de gravames), são controladas e detidas pelo BCV para fins de atendimento das necessidades da balança de pagamentos e intervenção nos mercados cambiais. Incluem o ouro, haveres em DSE, a posição de reserva no FMI, haveres em divisas e em cheques de viagem, depósitos à ordem e de curto prazo em bancos estrangeiros no exterior, depósitos a prazo fixo no estrangeiro que podem ser liquidados sem multa, e os haveres em títulos com grau de investimento. Os passivos externos do BCV compreendem passivos junto a não residentes contraídos pelo BCV com vencimento original inferior a um ano, qualquer posição extra-patrimonial líquida do BCV (contratos futuros e a termo, swaps ou opções) com residentes ou não residentes, quaisquer atrasos sobre o pagamento do capital ou juros a credores e fornecedores externos e compras junto ao FMI.

- Os valores mínimos do programa para as RIL serão ajustados para menos:
 - em função do desvio acumulado para mais do serviço da dívida externa,
 - em função do desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos a projectos e em apoio ao orçamento em relação aos pressupostos do programa, e em função dos custos de reestruturação das empresas públicas, até ao limite de 13,6 milhões de euros. Para fins de cálculo dos factores de correcção do programa, esses fluxos serão avaliados às taxas de câmbio correntes.
- O valor mínimo será ajustado para mais em função do desvio acumulado para menos do serviço da dívida externa em relação aos pressupostos do programa. Ademais, caso Cabo Verde venha a participar de qualquer afectação de DSE entre 30 de Junho de 2009 e a data de teste, este valor mínimo será ajustado para mais pelo montante equivalente às eventuais afectações adicionais de DSE, até à data de teste, às taxas de câmbio do programa.

13. **Reporte de informação.** O BCV transmitirá semanalmente uma tabela sobre as RIL, com um desfasamento máximo de duas semanas.

E. Não Acumulação de Novos Atrasados de Pagamentos Internos

14. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos internos. Esse critério será monitorizado por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respectiva liberação das dotações orçamentais. Para fins programáticos, considera-se que uma obrigação de pagamento interna junto a fornecedores esteja em atraso caso não tenha sido paga dentro do prazo normal de carência de 60 dias (30 dias no caso dos salários e do serviço da dívida) ou do prazo que tenha sido especificado na lei do orçamento ou no acordo firmado com o fornecedor, após a comprovação da entrega do bem ou serviço, salvo se o montante ou a data de pagamento sejam objecto de negociações de boa-fé entre o governo e o credor.

15. **Reporte de informação.** O Ministério das Finanças e Administração Pública, por meio da DGT, apresentará trimestralmente um mapa detalhado do stock dos atrasados de pagamento internos, que também conterá dados sobre a acumulação, o pagamento, o reescalamento e a baixa dos atrasados de pagamentos internos durante o trimestre. Os dados serão fornecidos no mais tardar quatro semanas após o fim do trimestre.

F. Não Acumulação de Atrasados de Pagamentos Externos

16. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos externos, em base contínua. Este critério será monitorizado por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respectiva liberação das dotações orçamentais.

17. Os atrasados externos são definidos como o total das obrigações do serviço da dívida externa do governo que não foram pagos na data do vencimento, salvo se houver acordos explícitos entre o governo e os credores sobre um prazo de carência após o vencimento dessas obrigações. Os atrasados externos incluem os atrasados sobre a dívida externa, enquanto se aguarda a conclusão dos acordos de reescalamento da dívida.

18. **Reporte de informação.** O Ministério das Finanças e Administração Pública transmitirá trimestralmente dados sobre: i) os pagamentos do serviço da dívida e ii) a acumulação e o pagamento de atrasados externos, no mais tardar cinco semanas após o fim do trimestre. Além disso, o governo informará o Fundo imediatamente da nova acumulação de atrasados externos.

G. Rácio do Capital Regulamentar

19. O valor mínimo é definido como o rácio mínimo entre o capital regulamentar e os activos ponderados pelo risco, nos termos do guia de compilação do FMI sobre indicadores da solidez financeira (*IMF Financial Soundness Indicators Compilation Guide*). Este critério será monitorizado através do rácio mensal entre capital regulamentar e os activos ponderados pelo risco de cada banco, individualmente, conforme apresentados nos indicadores da solidez

financeira do sector bancário. O rácio do capital regulamentar de cada banco será transmitido ao FMI mensalmente, no mais tardar seis semanas após o final de cada mês.

II. OUTROS REQUISITOS DE REPORTE DE INFORMAÇÃO

20. Os dados sobre os volumes e preços das exportações e importações, compilados pelo Director das Alfândegas e pelo BCV, serão transmitidos em base trimestral no mais tardar cinco semanas após o fim de cada trimestre. Uma balança de pagamentos preliminar trimestral, compilada pelo BCV, será transmitida no mais tardar cinco semanas após o fim de cada trimestre.

21. O Demonstrativo de Outros Fluxos Económicos, conforme definido no manual de estatísticas das finanças públicas do FMI (*GFSM 2001*) e relativamente aos ganhos e perdas incorridos no ano transacto com as participações na Enapor, Electra, ASA, TACV e IFH, será transmitido anualmente, no mais tardar três meses após o final do ano seguinte (15 meses após a data de fechamento).

22. O balanço consolidado da Electra, Enapor, ASA, TACV e IFH em relação ao ano transacto será transmitido anualmente no mais tardar três meses após o final do ano seguinte (15 meses após a data de fechamento).

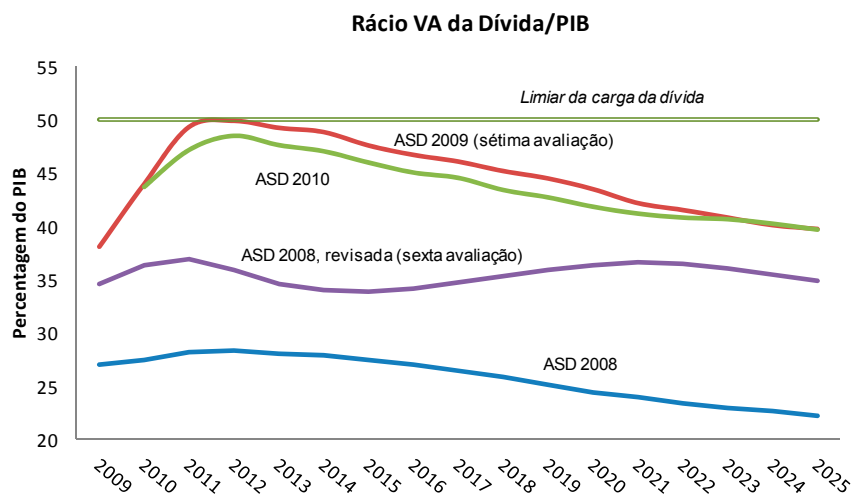
23. A tabela de Indicadores da Solidez Financeira será transmitida mensalmente ao FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês. A identificação de cada banco é opcional.

Anexo II. Análise da Sustentabilidade da Dívida

Elaborada por técnicos do Fundo Monetário Internacional
Em consulta com os técnicos do Banco Mundial

9 de Novembro de 2010

As perspectivas de Cabo Verde em termos de sustentabilidade da dívida permanecem basicamente inalteradas em relação à ASD de 2009, mas os níveis da dívida apresentam crescimento significativo em relação à ASD de 2008. A aceleração temporária do endividamento externo para fins de investimento, que objectiva eliminar os gargalos infra-estruturais que entravam o crescimento e as exportações, agravou a trajectória da dívida em relação às projecções da ASD de 2008. Como resultado, o rácio VA da dívida externa/PIB aproxima-se do limiar de risco em 2012 no cenário de base e ultrapassa esse limiar em alguns testes de stress. Contudo, a maior parte dessa dívida foi assumida em condições altamente concessionais e com prazo de vencimento acima de 10 anos, o que mantém os rácios do serviço da dívida bem abaixo dos seus limiares. A fim de reconstituir as margens de protecção contra choques futuros, Cabo Verde precisará: i) reduzir o endividamento externo a partir de 2012, ii) mobilizar receitas internas e iii) manter o endividamento interno em baixa, visando a acumulação de reservas estrangeiras e o reforço da credibilidade da paridade cambial.



Fonte : Projecções dos técnicos do FMI. Cenário de base.

I. CONTEXTO

1. **O presente relatório actualiza a análise da sustentabilidade da dívida (ASD) elaborada em 2009 (Relatório do FMI N^o 09/328).** O cenário de base reflecte as mais recentes discussões do FMI com as autoridades (Setembro de 2010). Desde à ASD de 2008, Cabo Verde sofreu os efeitos adversos da crise mundial, com a queda das exportações (sobretudo serviços) e do IDE. Esses desenvolvimentos reduziram o crescimento do PIB e contribuíram para o enfraquecimento da balança de pagamentos e das contas orçamentais.

Todavia, o crescimento económico exhibe sinais claros de recuperação em 2010, e a expectativa é que esse desempenho se consolide no médio prazo.

2. **A ASD baseia-se nos dados referentes ao final de 2009 fornecidos pelas autoridades cabo-verdianas.** Presentemente, os dados da dívida cobrem a dívida externa do governo central, a dívida garantida pelo governo e a dívida interna.

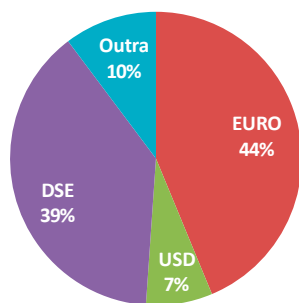
3. **A dívida pública é maioritariamente externa e em condições altamente concessionais,** e o recente aumento do stock da dívida foi produzido por credores multilaterais e bilaterais. O Grupo do Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento são os principais credores externos (mais de 60 por cento do saldo total da dívida). A dívida é expressa principalmente em euros e em DSE.

Tabela 1 do Texto. Cabo Verde: Stock da Dívida Pública, 2008-2009

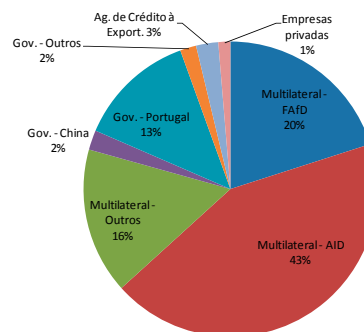
	Milhões de USD		% do total		% do PIB	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Total	1006,2	1154,0	100	100	65,0	63,9
Externa	671,9	774,6	66,8	67,1	47,3	47,3
Interna	334,3	379,3	33,2	32,9	17,7	16,5

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas dos técnicos do FMI e do BM.

Cabo Verde: Stock da Dívida por Moeda



Cabo Verde: Composição da Dívida Externa Pública, 2009



4. **O aumento da dívida externa como percentagem do PIB ocorrido em 2009 marcou o fim de cinco anos de declínio em relação ao patamar de 63 por cento registado em 2003.** O forte aumento verificado em 2009 é devido à subida do défice orçamental, mas também à aceleração planeada dos investimentos públicos financiados com recursos externos, em resposta à crise internacional. De referir, porém, que os resultados dos investimentos públicos de 2009 ficaram ligeiramente abaixo do previsto na ASD de 2008, uma vez que alguns projectos foram postergados. A dívida externa nominal no final de 2008 e de 2009 situou-se nos 47,3 por cento do PIB, com maturidade média de 25 anos. Uma revisão em baixa dos números históricos do PIB nominal provocou um aumento automático do rácio da dívida como percentagem do PIB. A valorização do dólar em 2009 não beneficiou Cabo Verde, dada

a paridade fixa do escudo ao euro, e elevou o rácio dívida externa/PIB. Contudo, as autoridades recentemente cancelaram ou adiaram a implementação de alguns projectos não prioritários, de forma a coibir a acumulação de dívida. A dívida externa comercial representa apenas 1 por cento do total.

5. **Os dados da dívida pública não incluem a participação da dívida das empresas públicas.** A dívida dessas empresas inclui empréstimos contraídos por intermédio do governo e que já haviam sido levados em conta no quadro da ASD. Todavia, as empresas públicas também possuem atrasados junto a fornecedores e linhas de crédito dos bancos que são incluídos nos passivos contingentes como parte dos riscos para as perspectivas da dívida. O relatório das autoridades ao Conselho de Administração sobre os passivos contingentes, datado de Agosto de 2009, estima que o total de passivos devidos pela TACV e pela Electra (ambas empresas públicas) ascende a 13 por cento do PIB (que é mais do que o montante necessário para recapitalizar essas empresas, estimado em cerca de 5 por cento do PIB).

6. **A dívida externa é mantida em baixa, para proteger a paridade cambial com o euro.** A dívida interna representa um terço do total e é composta principalmente por obrigações de longo prazo devidas aos bancos comerciais e ao fundo de pensão público. A dívida interna teve declínio significativo desde 2005 como resultado da vigorosa consolidação orçamental conduzida ao abrigo do PSI, que assenta no princípio de manter o endividamento interno num patamar baixo visando a acumulação de reservas externa.

II. O CENÁRIO DE BASE DA ASD

7. **Em comparação à ASD anterior, o enquadramento macroeconómico incorpora o impacto da crise e a reacção das políticas, mas ele permanece basicamente inalterado no que respeita às perspectivas de médio e longo prazo.** De destacar que o crescimento do PIB real deve aumentar no médio prazo e retornar à média anterior à crise, como reflexo da expansão do investimento privado, das reformas estruturais e da recuperação mundial. Contudo, no rescaldo da crise financeira internacional, as projecções do crescimento real no curto prazo tiveram de ser ligeiramente revisadas em baixa. Tão logo a crise mundial seja superada, a procura externa e o IDE deverão se recuperar, apoiados pelas novas infra-estruturas. O crescimento será impulsionado pelo turismo, IDE e, em menor medida, pelas remessas de emigrantes.

Tabela 2 do Texto. Cabo Verde: Principais Pressupostos Macroeconómicos, 2010-30

	2010-11	2012-30
Taxa de crescimento do PIB real		
Actualizada	5,7	5,3
Anterior ¹	5,9	5,3
Receita orçamental (% do PIB) ²		
Actualizada	23,3	25,3
Anterior ¹	23,9	25,2
Conta corrente externa (% do PIB)		
Actualizada	-17,5	-7,5
Anterior ¹	-22,6	-7,9

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas dos técnicos do FMI e do BM.

¹ A ASD anterior cobre o período 2009-29.

² Receitas totais excluindo os donativos.

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos do Cenário de Base

O crescimento do PIB real desacelerou por causa da crise mundial, mas deve se recuperar no médio prazo. A despeito da aceleração dos gastos com infra-estruturas e da redução das taxas dos impostos, o abrandamento do IDE pode manter o crescimento abaixo da sua média histórica por algum tempo. É pouco provável que a aceleração dos gastos com infra-estruturas públicas impulse o crescimento contemporâneo, dada a dimensão reduzida dos multiplicadores orçamentais por causa da alta taxa de “vazamento” das importações, além do facto de que essa aceleração não está a compensar totalmente o efeito do declínio do investimento privado sobre a procura. Embora o choque mundial tenha agravado as perspectivas de crescimento no curto prazo, as perspectivas de crescimento de Cabo Verde no médio prazo ainda são positivas.

A aceleração do programa de investimento público decidida em 2009 como reacção de política à crise está reflectida na taxa de crescimento de curto prazo do sector da construção. No entanto, o impacto de segunda ordem do investimento público, nomeadamente em termos de maior competitividade ou externalidades positivas no sector privado, não está a ser considerado nos pressupostos do crescimento de médio e longo prazo do cenário de base.

Presume-se que a inflação permanecerá sob controlo. Considerando a forte componente de importação da procura interna e a paridade cambial com o euro, presume-se que o deflator do PIB e a inflação dos preços no consumidor sejam baixos no médio e longo prazo.

Saldo da conta corrente: Presume-se que as importações permaneçam basicamente inalteradas como percentagem do PIB. A importação de bens intermédios ligados ao turismo deverá crescer, mas será grandemente compensada pelo declínio em outras importações. A desaceleração do IDE está a entrar as importações no curto prazo e, no longo prazo, a conclusão dos grandes projectos de investimento em marcha abarcará importações de bens de investimento: a grande maioria do material de construção, equipamentos e mão-de-obra são importados. Para além disso, à medida que aumenta a riqueza de Cabo Verde, a emigração diminuirá, provocando o declínio gradativo da participação das remessas e de outras transferências correntes no PIB.

Contas públicas: Após uma quebra temporária em razão do abrandamento das actividades e da redução das taxas dos impostos para fazer face à crise, presume-se que as receitas fiscais aumentarão gradativamente, estabilizando em cerca de 24% do PIB. O sector informal tenderá a diminuir à medida que aumenta o nível de rendimento do país, e presume-se que o IUR-PC e IUR-PS tenham uma ligeira melhora, chegando aos 8% do PIB. Ao mesmo tempo, como consequência dos Acordos de Parceria Económica e outros Acordos de Livre Comércio, os impostos sobre o comércio internacional estão a cair, de 5,5% do PIB antes da crise para 4,5%. Presume-se que os donativos também venham a cair gradualmente para 1% do PIB. Após atingir um pico de mais de 40% no curto prazo devido à aceleração do investimento público, as despesas totais deverão estabilizar em torno dos 33%, com a massa salarial a rondar os 12% e as despesas de investimento os 11%. O saldo global (incluindo donativos), que registará um défice de 15% do PIB em 2010, deverá estabilizar no médio prazo para um défice de 2%. A expectativa para o saldo básico primário (que exclui donativos, juros e despesas financiadas com recursos externos) no longo prazo é que, em média, seja ligeiramente positivo.

Assistência externa: Cabo Verde contrairá empréstimos em condições cada vez menos concessionais. O cenário de base presume que o grau de concessionalidade dos novos empréstimos declinará no médio prazo. Quando Cabo Verde deixou de integrar a categoria dos países menos avançados, em 2008, ele passou à condição de país que pode obter financiamento “misto” das agências multilaterais de desenvolvimento, nomeadamente o BEI, o BAfD e o BIRD. O país pode agora obter empréstimos através das janelas não concessionais dessas instituições e, após um período de transição, o acesso aos recursos concessionais será mínimo.

Endividamento interno: O cenário de base presume que as autoridades continuarão a manter o endividamento interno em baixa para apoiar a acumulação de reservas estrangeiras e salvaguardar a paridade cambial. O foco da política orçamental é a acumulação de uma cobertura de reservas equivalente a 4,5 meses das importações do ano corrente no médio prazo, e a estabilização nessa faixa daí em diante.

No cenário de base, presume-se uma recuperação vagarosa da taxa de crescimento. O saldo da conta corrente foi revisado em alta, como reflexo do abrandamento da procura interna no curto prazo e da maior capacidade de exportação no médio prazo em consequência da aceleração do programa de investimento público. Manteve-se o pressuposto de que as receitas orçamentais (incluindo donativos) permanecerão relativamente inalteradas no médio e longo prazo, com uma quebra significativa no curto prazo que reflecte o abrandamento da actividade económica e os cortes nos impostos para fazer face às turbulências económicas mundiais. No que concerne às receitas fiscais, a expectativa é de ligeiro aumento no longo prazo, que contrabalançará o provável declínio dos donativos externos. Presume-se que os novos empréstimos públicos (internos e externos) sejam moderados no médio prazo, como reflexo do acesso progressivamente menor à janela de financiamento externo em condições concessionais e do compromisso em salvaguardar o stock de reservas.

III. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

Cenário de base

8. **O quadro de sustentabilidade da dívida dos países de baixo rendimento orienta-se por limiares do peso da dívida externa específicos para cada país e assentes na solidez das políticas e instituições nacionais.** Cabo Verde actualmente integra a categoria dos países de melhor desempenho (*'top performers'*) segundo o quadro de sustentabilidade da dívida elaborado em conjunto pelo FMI e Banco Mundial, em razão da sua média móvel trienal na classificação CPIA. Os limiares indicativos da carga da dívida externa para países nessa categoria são: rácio entre o valor actualizado (VA) da dívida e as exportações (200%), rácio entre o VA da dívida e as receitas (300%), rácio entre o VA da dívida e o PIB (50%) e rácios entre o serviço da dívida e as exportações e receitas (25% e 35%, respectivamente).

9. **Tudo indica que a dívida externa de Cabo Verde seja sustentável.** No cenário de base, todos os indicadores da dívida permanecem abaixo dos limiares até 2030 (Tabela 3 do Texto). O ritmo de endividamento externo cairá drasticamente a partir de 2012 e, daí em diante, o rácio VA da dívida externa/PIB entrará numa trajectória descendente. Este compromisso de política está consagrado no CFMP (Cenário Fiscal de Médio Prazo) submetido à Assembleia Nacional juntamente com a proposta de orçamento para 2010, bem como no CFMP revisto que foi apresentado ao corpo técnico em Setembro de 2010. O rácio dívida/PIB ficará bem próximo

Tabela 3 do Texto. Cabo Verde: Rácios de base da dívida, 2010-30

	Limiar	Médio prazo		Longo prazo
		2010	2010-15	
Externa				
VA da dívida/PIB	50,0	43,7	46,9	40,5
VA da dívida/exportações	200,0	121,2	119,1	73,8
VA da dívida/receitas	300,0	189,6	198,1	152,7
Serviço da dívida/exportações	25,0	5,0	4,5	5,7
Serviço da dívida/receitas	35,0	7,8	7,5	12,0
Orçamental				
VA da dívida/PIB		61,7	64,6	50,9
VA da dívida/receitas		204,9	227,5	178,4
Serviço da dívida/receitas		17,9	19,9	27,3

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas dos técnicos do FMI e do BM.

do limiar do peso da dívida em 2012, mas todos os outros rácios permanecerão muito abaixo dos respectivos limiares, inclusivamente aqueles que se referem ao serviço da dívida. De referir, também, que Cabo Verde beneficia de um fluxo elevado e constante de remessas de emigrantes, o que pode aumentar a capacidade de pagamento do país. Nos últimos dez anos, as remessas alcançaram a média de 12 por cento do PIB, e projecções conservadoras para os próximos dez anos apontam para uma média de 8 por cento do PIB.

Cenário alternativo e testes de stress

10. **Os cenários alternativos e testes-limite mostram que todos os indicadores da dívida permanecem bem abaixo dos respectivos limiares até 2030, com a excepção do rácio VA da dívida/PIB.** A ultrapassagem do limiar desse rácio no cenário de choque no crescimento (B1) é mínima (o desvio representa apenas 1 por cento do PIB) e dura apenas dois anos. Outros choques teriam um impacto mais prolongado. Por exemplo: o choque das exportações (B2) e o choque da deflação nos Estados Unidos (B3) produzem uma ultrapassagem do limiar da ordem de 6 por cento do PIB em 2012, com duração de vários anos. No cenário de choque cambial (B6), que pressupõe uma desvalorização de 30 por cento do escudo, o rácio VA da dívida /PIB ultrapassa o limiar por diversos anos.

11. **Os demais rácios da dívida proporcionam a segurança de que a capacidade de pagamento de Cabo Verde não será ameaçada.** Em vista do elevado rácio exportações/PIB (acima de 40 por cento) e da sólida capacidade de arrecadar impostos (a taxa de arrecadação de impostos é muito superior aos padrões regionais), os rácios dívida/exportações e dívida/receitas permanecerão muito abaixo dos limiares, mesmo nos cenários extremos. Ademais, os prazos de vencimento da dívida externa de Cabo Verde normalmente são superiores a 10 anos, o que alivia as pressões sobre o fluxo de tesouraria e minimiza as dificuldades para o refinanciamento. Tudo isso alivia os temores quanto à capacidade de pagamento da dívida do país.

12. **Foram construídos cenários de alto crescimento e baixo crescimento para testar a sensibilidade dos rácios da dívida em relação aos pressupostos de crescimento.** Cada cenário presume que o crescimento apresentará um desvio de +/- 1,0 ponto percentual em 2011–16 em relação ao cenário de base. Assim como no cenário de base, o cenário de baixo crescimento implica que o PIB nominal ficará permanentemente abaixo da sua tendência antes da crise (os desvios da taxa de crescimento em 2011–16 constituem choques permanentes no nível do PIB). Como o cenário de alto crescimento presume uma taxa de crescimento ligeiramente superior à média registada antes da crise, o PIB acabará por superar a tendência.

13. **A dinâmica do serviço da dívida permanecerá sustentável ao longo do cenário de baixo crescimento.** O rácio VA da dívida externa/PIB mantém-se abaixo do limiar, atingindo o seu ponto máximo em 2012. A partir de então os rácios começam a cair, até atingirem 36 por cento do PIB em 2029, contra os 30 por cento do PIB previstos no cenário

de base. No cenário de baixo crescimento, a margem de endividamento seria muito limitada no curto prazo. Em vista do pressuposto de que o endividamento continuará a ser contraído com maturidades longas, os rácios da dívida permanecerão baixos, mesmo no cenário de baixo crescimento. Isto dissipa qualquer temor quanto à capacidade de pagamento da dívida do país.

14. **No cenário de alto crescimento, no qual os benefícios do crescimento são maiores do que indicam as projecções conservadoras do cenário de base, os rácios do stock da dívida declinariam rapidamente após 2012.** Se esses maiores benefícios efectivamente se concretizarem, o aumento das receitas fiscais deles decorrentes ajudará a conter o défice, baixar a dívida e alargar ainda mais as despesas públicas.

IV. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO

15. **O cenário de base da ASD mostra que a sustentabilidade da dívida pública será preservada, uma vez que a trajectória da dívida pública total espelha a da dívida externa e produz a mesma conclusão (Tabela 4).** O rácio VA da dívida total/PIB atinge o seu pico de 67 por cento do PIB em 2012 e declina a partir de então, o que está em linha com o compromisso das autoridades, conforme expresso no CFMP, em reduzir o endividamento externo a partir de 2012. O endividamento externo é o factor a determinar a trajectória da dívida pública total, uma vez que a as projecções indicam que a dívida interna líquida (dívida interna bruta menos os depósitos no BCV e nos bancos comerciais) será mantida abaixo dos 20 por cento do PIB. Os rácios dívida/receitas e serviço da dívida/receitas permanecerão basicamente estáveis.

16. **Os cenários alternativos e testes-limite apontam que a trajectória dos indicadores da sustentabilidade da dívida será semelhante à da dívida pública externa.** O cenário de saldo primário inalterado a partir de 2010 é o único que leva a uma situação insustentável, mas não é um cenário relevante porque 2010 é um ano excepcional, caracterizado pelo estímulo fiscal e pela aceleração do programa de investimento público.

17. **Entre os outros riscos para as perspectivas da dívida figuram o desfasamento de moedas e os passivos contingentes das empresas públicas.** Uma depreciação do euro poderia causar a elevação dos rácios da dívida. Os custos de recapitalização da Electra e da TACV são actualmente estimados em 5 por cento do PIB.

V. CONCLUSÕES: POUCAS MUDANÇAS NA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

18. **As perspectivas para a sustentabilidade da dívida são, grosso modo, semelhantes às da ASD de 2009.** Contudo, em comparação à ASD de 2008, a análise da sustentabilidade da dívida externa e da dívida do sector público revela um aumento da vulnerabilidade, haja vista os rácios mais elevados da dívida externa. Isto reflecte a aceleração dos investimentos públicos, a depreciação do euro (e, por conseguinte, do escudo) frente ao dólar e a revisão técnica em baixa dos números históricos do PIB nominal.

19. **O corpo técnico avalia que a dívida de Cabo Verde é sustentável.** O rácio VA da dívida/PIB ultrapassa o seu limiar na metade dos testes de stress. Todavia, a solidez das políticas e instituições de Cabo Verde deve contribuir para garantir a concretização dos benefícios em termos de crescimento decorrentes da aceleração dos investimentos públicos, além de ajudar na reconstituição da margem de manobra no médio prazo. Para além disso, os prazos de vencimento alargados e o elevado elemento de concessionalidade da dívida existente mantêm em baixa os riscos de liquidez, conforme demonstrado pelos indicadores do serviço da dívida.

20. **Mesmo assim, o aumento da vulnerabilidade da dívida inspira cautela.** De referir, em especial, que:

- A actual análise da dívida assenta em diversos pressupostos, entre eles:
 - i) o compromisso das autoridades em diminuir o endividamento externo a partir de 2012; ii) a capacidade das autoridades de arrecadar mais receitas no médio prazo; iii) a capacidade das autoridades de conter as despesas; iv) a retoma do crescimento económico.
- Na grande maioria dos casos, os novos empréstimos devem continuar a ser contraídos com maturidades longas e em condições concessionais. As maturidades longas garantirão que as obrigações do serviço da dívida continuarão baixas em relação aos rácios de exportações e receitas de Cabo Verde. Prazos de vencimento mais curtos e condições menos concessionais em comparação ao cenário de base agravariam os riscos para as perspectivas.

Tabela 1: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2007-2030 1/
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média histórica	Desvio padrão	Projeções									
	2007	2008	2009			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010-15 média	2020	2030	2016-30 média
Dívida externa (nominal) 1/	62,8	61,5	62,0			72,6	78,0	78,6	75,5	71,6	67,9		56,3	42,5	
d/q, pública ou com garantia pública (PGP)	46,5	47,3	47,3			61,0	67,3	69,1	66,8	63,7	60,6		49,9	33,5	
Variação da dívida externa	-1,2	-1,2	0,5			10,6	5,3	0,6	-3,1	-3,9	-3,7		-2,0	-2,9	
Fluxos identificados criadores de dívida líquida	-10,4	-9,9	1,1			7,8	4,4	1,7	-1,9	-3,9	-1,6		-0,4	-1,6	
Défi ce da conta corrente líquido de juros	12,6	10,5	8,4	7,8	4,0	16,0	14,7	13,0	10,3	7,6	7,8	11,6	7,0	2,7	5,0
Défi ce da balança de bens e serviços	34,9	30,2	28,3			35,6	32,4	28,9	25,4	21,6	20,7		18,8	12,5	
Exportações	42,8	45,7	36,8			36,1	37,3	39,2	41,1	43,7	45,6	40,5	55,8	57,9	56,4
Importações	77,8	75,9	65,1			71,7	69,7	68,1	66,5	65,4	66,3	68,0	74,6	70,4	71,9
Transferências correntes líquidas (negativo = entrada)	-22,6	-20,5	-21,8	-24,7	2,7	-20,9	-18,8	-17,4	-16,6	-15,6	-14,4	-17,3	-13,3	-10,5	-11,7
d/q, oficiais	-5,1	-6,7	-7,5			-7,1	-5,0	-4,6	-4,0	-3,2	-3,0		-2,3	-0,9	
Outros fluxos da conta corrente (negativo = entrada líquida)	0,2	0,8	1,9			1,3	1,1	1,5	1,5	1,5	1,5		1,5	0,7	
IDE líquido (negativo = entrada)	-14,3	-13,5	-7,5	-8,1	3,7	-7,0	-8,4	-8,7	-8,9	-8,8	-7,3	-8,2	-6,5	-3,7	-4,5
Dinâmica endógena da dívida 2/	-8,7	-6,9	0,2			-1,2	-1,8	-2,6	-3,3	-2,7	-2,2		-0,8	-0,5	
Contributo da taxa de juro nominal	2,0	2,2	1,4			2,1	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0		1,9	1,6	
Contributo do crescimento do PIB real	-4,6	-3,3	-2,1			-3,3	-4,0	-4,8	-5,5	-4,7	-4,1		-2,7	-2,2	
Contributo das variações dos preços e taxa de câmbio	-6,2	-5,7	0,9			
Residual (3-4) 3/	9,2	8,6	-0,6			2,8	0,9	-1,1	-1,1	0,0	-2,1		-1,7	-1,3	
d/q, financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
VA da dívida externa 4/	47,1			55,4	57,9	58,1	56,4	55,1	53,3		48,2	39,2	
Em percentagem das exportações	128,0			153,4	155,3	148,0	137,2	125,9	117,0		86,4	67,7	
VA da dívida externa PGP	32,4			43,7	47,2	48,6	47,7	47,1	46,0		41,9	30,2	
Em percentagem das exportações	88,0			121,2	126,7	123,8	116,0	107,7	101,0		75,0	52,1	
Em percentagem das receitas do governo	137,5			189,6	200,1	205,2	203,9	191,7	182,5		158,1	110,1	
Rácio serviço da dívida/exportações (percentagem)	8,9	8,5	7,9			9,9	9,4	8,8	7,9	7,7	7,6		7,9	7,6	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (percentagem)	5,1	4,6	4,2			5,0	4,7	4,6	4,0	4,2	4,4		5,6	6,0	
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (percentagem)	7,9	7,5	6,6			7,8	7,5	7,6	7,1	7,5	7,9		11,9	12,7	
Nec. bruta de financiamento total (mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,1			0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1		0,2	0,3	
Défi ce da cta. corr. líq. de juros que estabiliza o rácio da dívida	13,8	11,7	7,9			5,4	9,3	12,4	13,4	11,5	11,5		9,0	5,6	
Principais pressupostos macroeconómicos															
Crescimento do PIB real (percentagem)	8,6	6,2	3,6	6,3	2,0	5,4	5,9	6,8	7,6	6,9	6,3	6,5	5,0	5,2	5,0
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	10,6	10,0	-1,4	4,4	10,6	-4,1	-0,5	2,3	2,1	2,5	3,0	0,9	3,0	3,1	3,0
Taxa de juro efectiva (percentagem) 5/	3,8	4,0	2,4	4,5	1,2	3,3	3,2	3,1	3,0	3,0	3,0	3,1	3,5	3,9	3,7
Crescimento das exportações de B&S (USD, percentagem)	14,1	24,8	-17,8	17,7	14,2	-1,0	8,8	14,9	15,2	16,5	14,2	11,4	11,0	6,9	10,0
Crescimento das importações de B&S (USD, percentagem)	28,6	14,1	-12,4	12,2	14,9	11,2	2,5	6,8	7,3	7,7	11,1	7,7	10,1	12,1	8,7
Elemento concessional do novo endividamento público (percentagem)	32,1	36,4	38,3	35,7	10,6	16,0	28,2	14,5	19,1	14,6
Receitas do governo (excl. donativos, percentagem do PIB)	27,6	28,1	23,6			23,1	23,6	23,7	23,4	24,6	25,2		26,5	27,4	26,8
Fluxos da ajuda (mil milhões de USD) 7/	0,1	0,1	0,1			0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1		0,1	0,1	
d/q, donativos	0,1	0,1	0,1			0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1		0,1	0,1	
d/q, empréstimos concessionais	0,1	0,0	0,0			0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0		0,1	0,1	
Financiamento equivalente a donativos (% do PIB) 8/			11,3	8,9	7,9	5,8	3,7	3,7		2,9	1,5	2,4
Financiamento equivalente a donativos (% do financ. externo) 8/			55,6	56,6	59,7	63,9	50,7	52,5		42,5	35,3	38,5
<i>Por memória:</i>															
PIB nominal (mil milhões de USD)	1,3	1,6	1,6			1,6	1,7	1,8	2,0	2,2	2,4		3,6	7,9	
Crescimento do PIB nominal em USD	20,2	16,9	2,1			1,0	5,3	9,2	9,9	9,5	9,5	7,4	8,2	8,4	8,2
VA da dívida externa PGP (mil milhões de USD)			0,5			0,7	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1		1,5	2,4	
(VAAt-VAAt-1)/PIBt-1 (percentagem)						8,9	7,2	5,9	3,9	3,9	3,3	5,5	2,5	0,4	2,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivada como $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, onde r = taxa de juro nominal; g = taxa de crescimento do PIB real e p = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (i.e., variação dos atrasados e alívio da dívida); variação dos activos externos brutos e ajustes de valoração. Além disso, as projecções também incluem o contributo das variações dos preços e taxa de câmbio.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado é igual ao seu valor nominal.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos dez anos anteriores, sujeito à disponibilidade de dados.

7/ Definida como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente a donativos inclui os concedidos directamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor nominal e o VA da nova dívida).

Tabela 2. Cabo Verde: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2010-2030
(Em percentagem)

	Projeções							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2030
Rácio VA da dívida/PIB								
Cenário de base	43,7	47,2	48,6	47,7	47,1	46,0	41,9	30,2
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2010-2030 1/	43,7	38,5	35,3	34,1	36,2	36,1	30,6	16,1
A2. Novos empr. do sector público em condições menos favoráveis em 2010-2030 2/	43,7	49,8	53,3	53,3	52,3	51,9	50,2	43,5
A3. Cenário de baixo crescimento 7/	43,8	48,0	49,9	49,7	49,7	49,3	46,4	36,0
A4. Cenário de alto crescimento 7/	43,8	46,7	47,4	46,0	44,9	43,1	37,8	24,8
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	43,7	47,8	50,5	49,6	49,0	47,9	43,5	31,4
B2. Cresc. do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 3/	43,7	49,0	55,9	54,4	52,2	49,7	42,0	30,2
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	43,7	50,0	56,2	55,2	54,5	53,3	48,4	34,9
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 4/	43,7	47,9	49,0	48,0	47,3	46,2	41,9	30,2
B5. Combinação de B1-B4 utilizando choques de meio desvio-padrão	43,7	44,8	47,6	47,3	47,5	47,1	44,2	31,9
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2011 5/	43,7	67,5	69,5	68,3	67,4	65,9	59,9	43,2
Rácio VA da dívida/exportações								
Cenário de base	121,2	126,7	123,8	116,0	107,7	101,0	75,0	52,1
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2010-2030 1/	121,2	103,2	89,9	83,0	82,8	79,1	54,9	27,8
A2. Novos empr. do sector público em condições menos favoráveis em 2010-2030 2/	121,2	133,6	135,9	129,6	119,7	113,9	89,9	75,1
A3. Cenário de baixo crescimento 7/	121,5	127,7	125,5	118,4	110,5	104,5	80,1	59,9
A4. Cenário de alto crescimento 7/	121,5	126,1	122,5	114,1	105,4	97,9	70,1	44,4
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	121,2	126,4	123,8	116,0	107,7	101,0	75,0	52,1
B2. Cresc. do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 3/	121,2	138,1	166,4	154,4	139,4	127,3	87,9	60,8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	121,2	126,4	123,8	116,0	107,7	101,0	75,0	52,1
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 4/	121,2	128,4	124,9	116,7	108,2	101,2	75,0	52,1
B5. Combinação de B1-B4 utilizando choques de meio desvio-padrão	121,2	117,2	117,2	111,3	105,0	99,8	76,6	53,3
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2011 5/	121,2	126,4	123,8	116,0	107,7	101,0	75,0	52,1
Rácio VA da dívida/receitas								
Cenário de base	189,6	200,1	205,2	203,9	191,7	182,5	158,1	110,1
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2010-2030 1/	189,6	163,0	149,0	145,9	147,4	143,0	115,8	58,8
A2. Novos empr. do sector público em condições menos favoráveis em 2010-2030 2/	189,6	211,0	225,2	227,7	213,0	205,8	189,7	158,6
A3. Cenário de baixo crescimento 7/	190,0	203,5	209,5	209,2	197,2	190,1	170,4	127,7
A4. Cenário de alto crescimento 7/	190,0	197,4	201,6	199,6	187,1	175,8	146,5	93,0
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	189,6	202,6	213,3	212,0	199,4	189,8	164,4	114,5
B2. Cresc. do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 3/	189,6	207,3	236,3	232,4	212,5	197,1	158,8	110,1
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	189,6	211,8	237,4	236,0	221,9	211,2	183,0	127,4
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 4/	189,6	202,7	207,0	205,1	192,5	183,0	158,2	110,1
B5. Combinação de B1-B4 utilizando choques de meio desvio-padrão	189,6	189,9	200,9	202,3	193,3	186,6	167,0	116,4
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2011 5/	189,6	285,7	293,7	291,9	274,5	261,3	226,4	157,6

Tabela 2. Cabo Verde: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2010-2030 (conclusão)
(Em percentagem)

	Projeções							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2030
Rácio serviço da dívida/exportações								
Cenário de base	5,0	4,7	4,6	4,0	4,2	4,4	5,6	6,0
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2010-2030 1/	5,0	4,5	3,7	0,4	-0,7	-0,5	3,4	3,2
A2. Novos empr. do sector público em condições menos favoráveis em 2010-2030 2/	5,0	4,7	4,9	4,7	4,5	5,3	6,5	8,7
A3. Cenário de baixo crescimento 7/	5,0	4,8	4,6	4,0	4,3	4,4	6,0	6,7
A4. Cenário de alto crescimento 7/	5,0	4,7	4,6	3,9	4,1	4,2	5,4	5,4
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	5,0	4,7	4,6	4,0	4,2	4,4	5,6	6,0
B2. Cresc. do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 3/	5,0	5,0	5,6	6,3	8,9	8,6	6,8	7,0
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	5,0	4,7	4,6	4,0	4,2	4,4	5,6	6,0
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 4/	5,0	4,7	4,7	4,4	4,4	4,6	5,6	6,0
B5. Combinação de B1-B4 utilizando choques de meio desvio-padrão	5,0	4,7	4,4	2,7	2,7	3,0	5,7	6,1
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2011 5/	5,0	4,7	4,6	4,0	4,2	4,4	5,6	6,0
Rácio serviço da dívida/receitas								
Cenário de base	7,8	7,5	7,6	7,1	7,5	7,9	11,9	12,7
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2010-2030 1/	7,8	7,1	6,2	0,6	-1,3	-1,0	7,2	6,7
A2. Novos empr. do sector público em condições menos favoráveis em 2010-2030 2/	7,8	7,5	8,1	8,3	7,9	9,5	13,7	18,3
A3. Cenário de baixo crescimento 7/	7,8	7,6	7,7	7,1	7,6	8,1	12,7	14,3
A4. Cenário de alto crescimento 7/	7,8	7,4	7,5	6,8	7,3	7,6	11,3	11,2
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	7,8	7,6	7,9	7,4	7,8	8,3	12,4	13,2
B2. Cresc. do valor das exportações à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 3/	7,8	7,5	7,9	9,5	13,5	13,3	12,3	12,7
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	7,8	7,9	8,8	8,2	8,7	9,2	13,8	14,6
B4. Fluxos liq. não criadores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012 4/	7,8	7,5	7,7	7,7	7,9	8,2	11,9	12,7
B5. Combinação de B1-B4 utilizando choques de meio desvio-padrão	7,8	7,5	7,6	4,8	4,9	5,7	12,4	13,4
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2011 5/	7,8	10,7	10,9	10,1	10,8	11,4	17,0	18,1
<i>Por memória:</i>								
Elemento concessional presumido s/fin. residual (i.e., fin. necessário acima do cenário de base) 6/	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções dos técnicos.

1/ As variáveis incluem cresc. do PIB real, cresc. do deflator do PIB (em USD), conta corrente liq. de juros em % do PIB e fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juros sobre novos empr. seja 2 p.p. superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos.

3/ Presume que os valores das exportações se mantenham permanentemente no nível mais baixo, mas que a c/c como parcela do PIB retorne à sua faixa de referência após o choque (supondo implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo a que nunca exceda 100 por cento.

6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos emprést. são as mesmas especificadas na nota 2.

7/ Presume taxas de crescimento respectivamente 1 ponto percentual acima e abaixo do cenário de base em 2011-16.

Tabela 3. Cabo Verde: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Base, 2007-2030
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média	Desvio padrão	Estimat.					Projeções				
	2007	2008	2009			2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010-15 Média	2020	2030	2016-30 Média
Dívida do sector público 1/	68,0	65,0	63,9			80,8	86,5	87,6	84,1	79,4	74,5		60,5	41,3	
d/q, expressa em moeda estrangeira	46,5	47,3	47,3			62,8	67,5	69,1	66,8	63,7	60,6		49,9	33,5	
Variação na dívida do sector público	-11,6	-3,1	-1,1			16,9	5,7	1,1	-3,5	-4,7	-4,9		-2,1	-2,7	
Fluxos geradores de dívida identificados	-12,6	-2,1	-0,8			14,9	4,4	0,0	-4,4	-4,4	-4,6		-2,0	-2,8	
Défi ce primário	-1,0	-0,3	5,3	4,2	5,1	11,8	9,6	6,4	2,5	2,0	1,3	5,6	1,8	-0,3	1,3
Receitas e donativos	32,8	33,6	29,0	30,3	2,5	30,1	28,6	28,3	27,4	27,8	28,3	28,4	28,7	28,2	28,6
d/q: donativos	5,2	5,5	5,4			7,1	5,0	4,6	4,0	3,2	3,0		2,2	0,8	
Despesas primárias (excl. juros)	31,8	33,3	34,3	34,5	3,9	42,0	38,2	34,7	29,9	29,8	29,6	34,0	30,5	27,9	29,9
Dinâmica automática da dívida	-10,3	-1,1	-6,2			3,2	-5,0	-6,4	-7,1	-6,4	-6,0		-3,8	-2,5	
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-6,5	-4,0	-1,9			-2,9	-4,4	-5,8	-6,7	-6,0	-5,4		-3,3	-2,1	
d/q: contributo da taxa de juro real média	-0,2	0,0	0,3			0,4	0,0	-0,3	-0,5	-0,6	-0,7		-0,3	0,1	
d/q: contributo do crescimento do PIB real	-6,3	-4,0	-2,2			-3,3	-4,5	-5,5	-6,2	-5,4	-4,7		-3,0	-2,2	
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-3,8	2,9	-4,3			6,1	-0,6	-0,6	-0,3	-0,4	-0,6		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-1,4	-0,7	0,1			-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,0	0,0	
Receitas de privatização (negativo)	-1,4	-0,7	0,1			-0,1	-0,1	0,0	0,1	0,1	0,1		0,0	0,0	
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Alívio da dívida (HIPC e outros)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Outros (especificar: p.ex., recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
Residual, incl. variação dos activos	1,0	-0,9	-0,3			2,0	1,3	1,1	0,9	-0,3	-0,3		-0,1	0,1	
Outros Indicadores da Sustentabilidade															
VA da dívida do sector público	21,5	17,7	48,9			61,7	66,3	67,1	65,0	62,8	59,9		52,5	38,0	
d/q, expressa em moeda estrangeira	0,0	0,0	32,4			43,7	47,2	48,6	47,7	47,1	46,0		41,9	30,2	
d/q, externa	32,4			43,7	47,2	48,6	47,7	47,1	46,0		41,9	30,2	
VA dos passivos contingentes (não incl. na dívida do sector público)	
Necessidade bruta de financiamento 2/	4,6	4,7	11,1			17,2	14,8	11,8	7,9	8,7	8,2		9,0	8,5	
Rácio VA da dívida do sector público/receitas e donativos (em %)	65,6	52,6	168,7			204,9	231,9	237,4	237,5	226,0	211,9		182,9	134,6	
Rácio VA da dívida do sector público/receitas (em %)	78,0	62,9	207,6			267,6	280,9	283,5	277,9	255,7	237,4		198,3	138,7	
d/q, externa 3/	137,5			189,6	200,1	205,2	203,9	191,7	182,5		158,1	110,1	
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	17,0	14,8	20,2			17,9	18,4	19,1	19,8	24,1	24,1		25,2	31,2	
Rácio serviço da dívida/receitas (em %) 4/	20,3	17,7	24,8			23,4	22,3	22,8	23,2	27,3	27,0		27,4	32,1	
Défi ce primário estabilizador do rácio dívida/PIB	10,6	2,8	6,4	6,6	3,9	-5,1	3,8	5,3	6,0	6,6	6,2	3,8	3,9	2,4	3,5
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais															
Crescimento do PIB real (em %)	8,6	6,2	3,6	6,3	2,0	5,4	5,9	6,8	7,6	6,9	6,3	6,5	5,0	5,2	5,0
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	1,1	1,1	0,0	1,2	0,5	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,3	2,2	1,6
Taxa de juro nominal média sobre a dívida interna (em %)	2,5	1,9	0,6	4,0	2,8	2,7	1,7	0,2	-0,3	-0,6	-0,6	0,5	-0,5	-0,6	-0,6
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-8,0	6,7	-9,4	-1,8	12,8	13,5
Taxa de inflação (deflator do PIB, em %)	1,4	2,5	4,2	1,2	2,3	3,3	2,8	2,8	2,6	3,0	3,0	2,9	3,0	3,1	3,0
Cresc. das desp. prim. reais (deflacionadas pelo deflator do PIB, em %)	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	-0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Elemento concessional do novo financiamento externo (em %)	32,1	36,4	38,3	35,7	10,6	16,0	28,2	14,5	19,1	...

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos.

1/ [Indica a cobertura do sector público, ou seja, governo geral ou sector público não financeiro. Também indica se a dívida utilizada é líquida ou bruta.]

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défi ce primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no fim do período transacto.

3/ Receitas excluídos os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazos.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores e estão sujeitos à disponibilidade de dados.

Tabela 4. Cabo Verde: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública 2010-2030

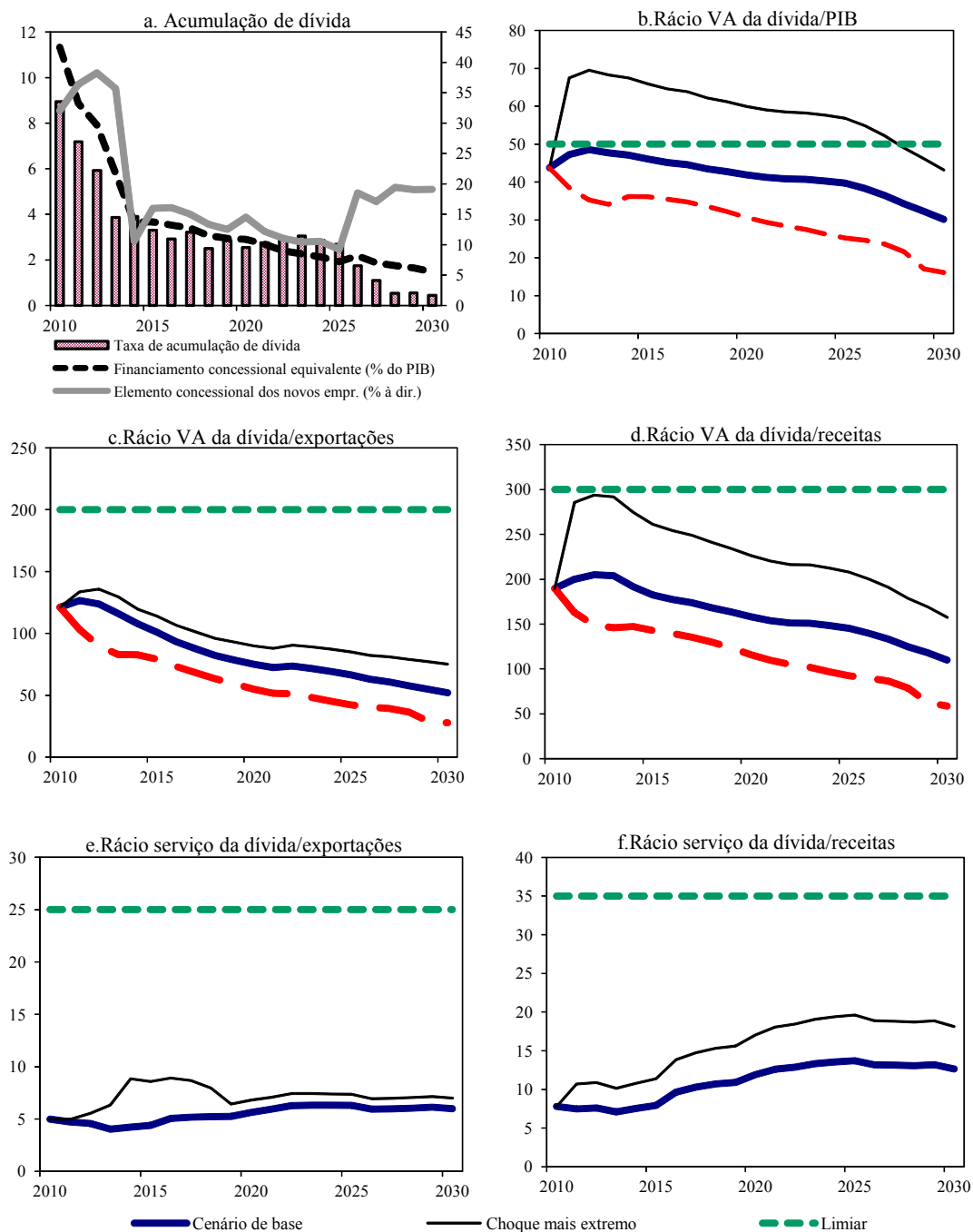
	Projeções								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2020	2030	
Rácio VA da Dívida/PIB									
Cenário de base	62	66	67	65	63	60	52	38	
A. Cenários Alternativos									
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	62	61	60	61	61	62	64	73	
A2. Saldo primário inalterado em relação a 2010	62	69	76	83	91	98	138	214	
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	62	67	68	67	66	64	62	67	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	62	68	72	70	69	67	65	60	
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	62	66	70	68	66	63	56	42	
B3. Combinação de B1-B2 utilizando choques de meio desvio-padrão	62	64	66	65	63	61	57	48	
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2011	62	83	82	79	77	73	66	55	
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos criadores de dívida em 2011	62	77	78	75	73	70	62	47	
Rácio VA da Dívida/Receitas 2/									
Cenário de base	205	232	237	238	226	212	183	135	
A. Cenários Alternativos									
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	205	212	211	221	221	218	224	259	
A2. Saldo primário inalterado em relação a 2010	205	241	268	304	327	348	482	757	
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	205	234	242	244	235	224	215	236	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	205	237	252	256	248	237	225	211	
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	205	232	249	250	238	224	195	149	
B3. Combinação de B1-B2 utilizando choques de meio desvio-padrão	205	223	233	236	227	215	197	169	
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2011	205	291	291	289	276	260	229	196	
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos criadores de dívida em 2011	205	270	275	275	262	247	216	167	
Rácio Serviço da Dívida/Receitas 2/									
Cenário de base	18	18	19	20	24	24	25	31	
A. Cenários Alternativos									
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	18	18	18	19	19	17	30	53	
A2. Saldo primário inalterado em relação a 2010	18	18	20	21	30	36	81	166	
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	18	18	19	20	25	25	29	50	
B. Testes-limite									
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	18	19	20	21	26	27	32	47	
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2011-2012	18	18	19	20	24	27	28	33	
B3. Combinação de B1-B2 utilizando choques de meio desvio-padrão	18	19	19	20	22	22	26	37	
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2011	18	20	22	23	28	29	36	54	
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos criadores de dívida em 2011	18	18	21	22	35	35	33	37	

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período projectado.

2/ A definição da receita inclui os donativos.

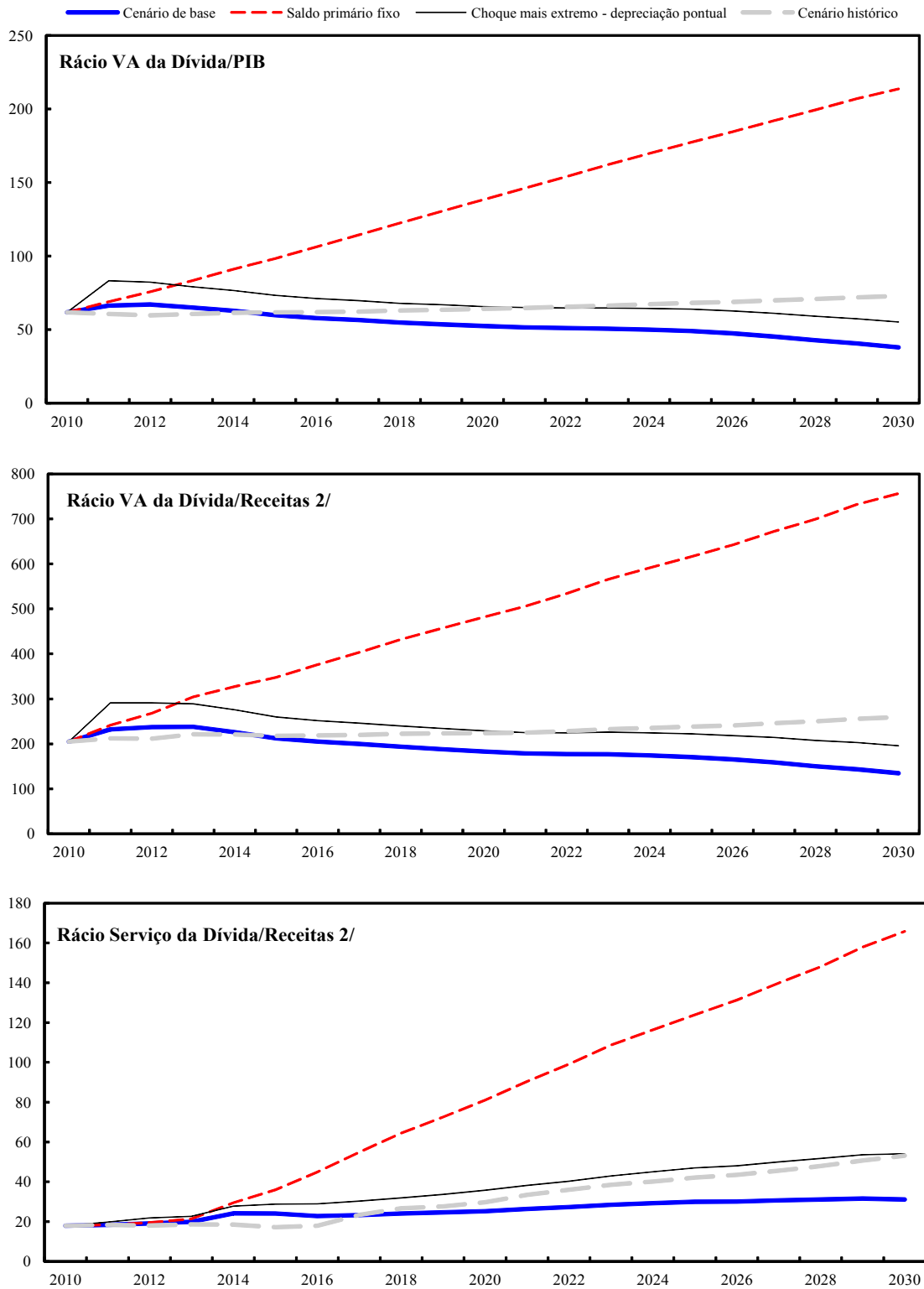
Figura 1. Cabo Verde: Indicadores da Dívida PGP em Cenários Alternativos, 2010-2030 1/



Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2020. Na figura b, corresponde ao choque de depreciação pontual; na figura c, ao choque nos termos de troca; na figura d, ao choque de depreciação pontual; na figura e, ao choque nas exportações e, na figura f, ao choque de depreciação pontual.

Figura 2. Cabo Verde: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2010-2030 1/



Fontes: autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2020.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Nota de Informação ao Público

DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES
EXTERNAS

Nota de Informação ao Público (PIN) Nº 10/152 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
22 de Novembro de 2010

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a Consulta de 2010 a Cabo Verde ao abrigo do Artigo IV

Em 22 de Novembro de 2010, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta a Cabo Verde ao abrigo do Artigo IV.¹

Contexto

Cabo Verde manteve forte crescimento económico no período 2006-08, reduziu a taxa de pobreza e conseguiu sair da categoria da ONU de país menos avançado (PMA). Durante este período, o governo criou margens de reserva orçamentais, que foram utilizadas como estímulo fiscal em 2009 para absorver parte do impacto da queda na procura externa devido à crise mundial.

O programa económico das autoridades para 2006-10 foi apoiado por um acordo com o FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). A implementação de políticas foi vigorosa, com o cumprimento de alguns critérios de avaliação antes do prazo. Após a extinção deste programa em Julho de 2010, o governo solicitou que as suas políticas económicas para 2011 fossem apoiadas no âmbito de um novo programa PSI de 15 meses. A estratégia de desenvolvimento de médio prazo do governo está enunciada no Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP), que foca uma redução ainda maior da pobreza e a promoção do crescimento liderado pelo sector privado.

Os principais indicadores económicos apontam para uma recuperação robusta da actividade, com um crescimento projectado do PIB de cerca de 5,5 por cento em 2010. A inflação chegou aos 3,0 por cento nos 12 meses findos em Agosto de 2010, devido principalmente à alta dos preços dos serviços e dos alimentos. No primeiro semestre de 2010, o comércio internacional

¹ Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de técnicos visita o país, recolhe informações económicas e financeiras e discute as políticas e a evolução económicas com as autoridades nacionais. Ao retornar à sede do FMI, os técnicos elaboram um relatório que serve de base para as deliberações do Conselho de Administração. Ao concluírem-se as deliberações, o Director-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores e este resumo é encaminhado às autoridades nacionais.

creceu moderadamente e o investimento directo estrangeiro permaneceu estável. A perspectiva para as exportações de serviços no segundo semestre de 2010 é favorável, uma vez que os estabelecimentos turísticos relatam um elevado número de reservas para a época alta. No médio prazo, as taxas de crescimento das exportações e de IDE deverão subir à medida que as condições mundiais melhoram.

O objectivo da política orçamental é a melhoria das infra-estruturas, com a manutenção da sustentabilidade fiscal. Os défices orçamentais de 6,3 por cento do PIB em 2009 e 13,5 por cento do PIB em 2010 reflectem uma aceleração temporária do programa de investimento público como um estímulo anticíclico. Está prevista uma redução do ritmo da despesa em investimento público nos próximos dois anos de modo a assegurar a sustentabilidade da dívida. A política orçamental continua a apoiar a paridade cambial e mantém a dívida interna abaixo dos 20 por cento do PIB.

O Banco de Cabo Verde (BCV) aumentou a sua taxa directora no final de 2008 em resposta ao cenário de aumento dos prémios de risco mundiais, associado à crise internacional. Após a queda dos indicadores de risco mundiais, o BCV reduziu a taxa directora em um ponto percentual, para 4,25 por cento em Janeiro de 2010, mantendo um *spread* elevado em relação à Euribor. Para apoiar a paridade cambial, a política monetária concentra-se em assegurar uma gradual acumulação de reservas ao incentivar a entrada de depósitos de emigrantes e restringir o crédito ao sector privado, que estimularia a importação.

Na frente estrutural, as reformas do governo concentram-se na redução do risco orçamental decorrente das operações das empresas públicas. As autoridades incluíram as empresas públicas de electricidade, Electra, e aviação, TACV, num plano de reestruturação para buscar uma solução para os seus prejuízos estruturais.

Avaliação do Conselho de Administração

Os Administradores congratularam as autoridades de Cabo Verde pelo forte desempenho macroeconómico e o progresso considerável no cumprimento dos ODM. Os Administradores saudaram a resistência da economia aos recentes choques adversos e os sinais de sólida recuperação em 2010. A prudente gestão macroeconómica permitiu a implementação de políticas anticíclicas e serve de apoio à implementação da estratégia de desenvolvimento de médio prazo do governo. O novo programa apoiado pelo PSI ajudará as autoridades a consolidar o seu forte desempenho ao manter a disciplina macroeconómica durante o próximo período eleitoral e reduzir ainda mais as vulnerabilidades às condições económicas dos parceiros comerciais.

Os Administradores apoiam a orientação orçamental das autoridades devido ao seu adequado equilíbrio entre implementação do ambicioso programa de investimento público e a necessidade de preservar a sustentabilidade da dívida, e destacaram a importância de um uso criterioso dos recursos concessionais disponíveis e da selecção de projectos financiados externamente com base em objectivos a favor do crescimento e dos pobres. Os Administradores saudaram a intenção das autoridades de reverter a política orçamental expansionista a partir de 2011 e reduzir o endividamento externo de forma a reconstruir as margens de protecção da política orçamental, enquanto desenvolvem uma estratégia de dívida

de médio prazo até Junho de 2011. Apelaram à continuação dos esforços de fortalecimento das receitas públicas e à melhoria do desempenho das empresas públicas deficitárias.

Os Administradores destacaram a avaliação do corpo técnico de que o escudo permanece, de modo geral, alinhado com os seus fundamentos, mas reconhecem que a análise está sujeita a um elevado grau de incerteza. Salientaram a importância de uma gestão orçamental prudente de modo a apoiar a paridade cambial e a continuação das reformas estruturais para promover o aumento da produtividade no sector privado para uma maior competitividade.

Os Administradores concordam que a política monetária é adequada e observaram que dado o frágil ambiente mundial, justifica-se o reforço da acumulação de reservas através da estabilização dos fluxos de entrada de remessas. Os Administradores saudaram os esforços das autoridades para melhorar a gestão de liquidez e as operações monetárias, que devem aprimorar a eficácia da política. Observaram que um mecanismo de transmissão monetária aperfeiçoado permitirá às autoridades influenciar melhor as taxas de juros de mercado, as quais devem se aproximar da Euribor com o tempo para atenuar os riscos de fluxos especulativos.

Os Administradores estão confiantes nas recentes medidas tomadas pelo BCV para salvaguardar a estabilidade financeira. Saudaram o novo projecto de lei da banca e as melhorias no quadro regulamentar e de supervisão e aguardam com expectativa mais medidas para aumentar a capacidade de supervisão e manter a actual evolução com a implementação das recomendações do FSAP.

As **Notas de Informação ao Público (PIN)** são parte dos esforços para promover a transparência das opiniões e análises do FMI sobre a evolução da economia e das políticas económicas. Mediante a autorização de cada país envolvido, as PIN são emitidas após as deliberações no Conselho de Administração sobre as consultas do Artigo IV com os países membros, a supervisão da evolução no nível regional, a monitoria pós-programa e as avaliações *ex post* de países membros que têm compromissos programáticos por prazos mais longos. As PIN também são emitidas após a conclusão das deliberações sobre temas gerais de política no Conselho, salvo quando este decidir em contrário

Tabela 1. Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2007-11

	2007	2008	2009	2010	2011
			Estimativas	Projeções	
	(Variação percentual anual)				
Contas nacionais e preços					
PIB real	8,6	6,2	3,6	5,4	5,9
PIB real per capita	7,1	4,7	0,7	3,4	2,9
Deflador do PIB	1,4	2,5	4,2	3,7	3,2
Índice de Preços no Consumidor (fim do período)	3,4	6,7	-0,4	3,4	3,0
Sector externo					
Exportações de bens e serviços	4,5	16,2	-13,2	6,8	12,4
<i>das quais:</i> turismo	23,0	7,9	-16,2	3,9	11,8
Importações de bens e serviços	17,8	6,3	-7,5	19,9	5,8
Exportações de bens e serviços - volume	13,3	4,8	-10,1	2,4	7,3
Importações de bens e serviços - volume	18,2	2,7	-4,1	23,7	0,2
Taxa de câmbio efectiva real (média anual)	2,6	4,3	0,4
Finanças públicas					
Receitas totais (excluindo donativos)	17,0	10,8	-9,4	6,6	11,4
Despesas totais	-0,7	13,1	9,3	34,4	-1,1
Despesas correntes	-0,4	3,0	9,1	7,9	10,8
Despesas de investimento	-1,4	32,9	9,6	74,0	-12,2
Moeda e crédito					
Activos externos líquidos	23,0	-6,4	-5,4	9,2	12,2
Activos internos líquidos	5,6	14,4	7,0	7,5	10,0
<i>dos quais:</i> crédito líquido ao governo central	-61,6	31,4	-6,6	40,0	16,5
crédito à economia	25,5	24,9	11,5	10,8	12,1
Massa monetária (M2)	10,8	7,6	3,5	8,0	10,6
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)					
Balança poupança-investimento					
Formação bruta de capital	46,4	46,6	39,4	49,6	46,1
Público	11,4	13,9	14,1	22,6	18,3
Privado	35,0	32,6	25,3	27,0	27,8
Poupança nacional bruta	32,3	33,8	29,6	31,5	29,3
Pública	11,1	14,3	11,3	8,8	6,8
Privada	21,2	19,5	18,4	22,7	22,5
Conta corrente externa (incl. transferências oficiais correntes)	-14,7	-12,8	-9,8	-18,1	-16,8
Balança de pagamentos global	6,6	1,7	-1,0	1,9	1,8
Finanças públicas					
Receitas internas totais	27,6	28,1	23,6	23,1	23,6
Donativos externos totais	5,2	5,5	5,4	7,1	5,0
Despesas totais	33,6	34,9	35,3	43,6	39,6
Saldo global antes dos donativos	-6,0	-6,8	-11,8	-20,5	-16,0
Saldo global (incluindo donativos)	-0,8	-1,3	-6,3	-13,5	-11,0
Saldo primário básico ¹	6,1	5,8	1,2	1,8	0,4
Financiamento externo (líquido)	2,2	3,0	5,0	11,8	9,3
Financiamento interno (líquido)	-0,8	-1,0	0,8	1,6	1,7
Dívida pública					
Total da dívida pública nominal ²	68,0	65,0	63,9	80,9	86,7
Dívida pública externa ³	46,5	47,3	47,3	63,0	67,6
Dívida pública interna, líquida dos depósitos	21,5	17,7	16,5	18,0	19,1
Conta corrente externa (milhões de euros, incl. transf. oficiais)	-143,1	-135,0	-111,8	-225,5	-227,9
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim do período)	259,5	280,0	275,3	298,4	322,8
Reservas internacionais brutas/base monetária	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Reservas internacionais brutas (meses de importações correntes de bens e serviços)	4,1	4,2	4,4	4,0	4,1
<i>Por memória:</i>					
PIB nominal (mil milhões de escudos)	107,3	116,7	126,0	137,2	149,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções dos técnicos do

¹ Excluindo os donativos, pagamentos de juros e investimentos financiados com recursos externos.

² Líquido dos depósitos do governo central; incluindo o stock comprovado de atrasados internos e

³ Excluindo os créditos sobre o Trust Fund *offshore*.

Comunicado de Imprensa No. 10/457 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
23 de Novembro de 2010

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI aprova acordo de 15 meses com Cabo Verde ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

Em 22 de Novembro de 2010, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um acordo de 15 meses com Cabo Verde ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla original em inglês).

O enquadramento do PSI foi concebido visando países de baixo rendimento que talvez não necessitem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso dos seus quadros de política económica. Os programas apoiados por esse instrumento têm como base as estratégias nacionais de redução da pobreza elaboradas num processo participativo que envolve a sociedade civil e os parceiros no desenvolvimento. (Ver Nota de Informação ao Público N° 05/145).

O objectivo do PSI de Cabo Verde é consolidar a estabilidade macroeconómica e alcançar o crescimento sustentado e de bases alargadas. O programa das autoridades assenta nos progressos macroeconómicos e nas reformas estruturais realizadas no âmbito do acordo anterior ao abrigo do PSI, e contribuirá para a manutenção da disciplina macroeconómica.

O Director-Geral Adjunto e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, Sr. Murilo Portugal, fez a seguinte declaração ao concluírem-se as discussões sobre Cabo Verde:

“Cabo Verde está a se recuperar da crise económica mundial, impulsionado pelo aquecimento das actividades nos sectores do turismo e da construção. A inflação é baixa, e o valor real do escudo continua competitivo. O historial de bom desempenho das autoridades na aplicação de políticas, construído ao longo dos últimos anos, resultou na formação de uma margem de segurança fiscal e de acumulação de reservas, que permitiu a adopção de políticas macroeconómicas anticíclicas para atenuar o impacto da desaceleração mundial.

As políticas apoiadas por um novo Instrumento de Apoio à Política Económica, de duração de 15 meses, procurarão alcançar objectivos concorrentes ao desenvolvimento nacional através da expansão do crescimento, diversificação da economia e progressos na agenda de políticas sociais. Em vista desses objectivos, as autoridades decidiram acelerar temporariamente o programa de investimento público, que é financiado principalmente por

recursos externos em condições concessionais. No intuito de reconstituir a margem de manobra fiscal para fazer face a futuros choques adversos, as autoridades estão empenhadas em reduzir os gastos com financiamento externo no próximo ano e em aprimorar a capacidade de gestão da dívida. Face ao ritmo de arrecadação de receitas abaixo do previsto, as autoridades também contiveram os gastos não prioritários, mas continuaram a proteger os gastos sociais virados para os grupos mais vulneráveis. Essas políticas são oportunas, pois a prudência na gestão das finanças públicas é essencial para apoiar a ancoragem cambial.

Em vista da fragilidade do ambiente global, o Banco de Cabo Verde acertadamente decidiu reforçar a acumulação de reservas, através da estabilização dos fluxos de entrada de depósitos de emigrantes. O aperfeiçoamento do mecanismo de transmissão da política monetária permitirá às autoridades exercer maior influência sobre as taxas de juro de mercado, que, com o tempo, devem ser alinhadas à Euribor para reduzir o risco de entrada de capitais especulativos. Igualmente positiva é a intenção das autoridades de subordinar todos os bancos a uma única lei bancária. O prosseguimento dos esforços para aprofundar a supervisão bancária e desenvolver o mercado de títulos públicos, de acordo com as recomendações do FSAP, contribuirá para garantir a solidez do sistema financeiro e aperfeiçoar a transmissão da política monetária”, concluiu o Sr. Portugal.

ANEXO

Desenvolvimentos Económicos Recentes

Cabo Verde soube resistir bem à crise. O crescimento abrandou em 2009, mas permaneceu vigoroso em comparação às tendências mundiais. A desaceleração global causou maior impacto sobre o sector do turismo, os fluxos de IDE e a construção civil. As autoridades utilizaram a margem de manobra política criada pelas políticas fiscais prudentes seguidas nos últimos anos, e o financiamento externo adicional a custo reduzido, para acelerar o programa de investimento público que já estava em marcha. A inflação caiu de 6,8 por cento (média anual) em 2008 para 1 por cento em 2009, e deverá permanecer em torno dos 2 por cento no médio prazo. Observam-se sinais de recuperação em 2010, e a taxa de crescimento deve acelerar à medida que o programa de investimento público e a recuperação mundial exerçam um efeito positivo sobre os sectores da construção, do turismo e dos transportes. No médio prazo, a expectativa é de expansão gradativa do crescimento.

Para Cabo Verde, o desafio reside em saber tirar proveito da actual disponibilidade de financiamento em condições altamente concessionais sem perder de vista a sustentabilidade da dívida. O programa de investimento deve continuar a manter o ritmo em 2011–12, retornando a um nível mais moderado após a finalização dos grandes projectos infra-estruturais ora em construção. O programa de investimento destina-se a apoiar o crescimento do sector privado no longo prazo, impulsionado pela exportação de serviços e em linha com a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde.

Resumo do Programa

O PSI de Cabo Verde dará seguimento à acumulação de reservas externas e à contenção do stock da dívida interna, em apoio à ancoragem cambial. O endividamento interno líquido também será contido para proteger as reservas internacionais. A política fiscal terá como meta a eliminação progressiva das actuais medidas fiscais anticíclicas. Em 2010–11, a política fiscal permanecerá ancorada na implementação do programa de investimento público de médio prazo e na redução e gestão prudente da dívida. À medida que os investimentos públicos forem desacelerando, a expectativa é que o défice fiscal diminua de 13,5 por cento do PIB em 2010 para 7,7 por cento em 2012. Os empréstimos externos continuarão a ser contraídos em condições concessionais, na grande maioria dos casos, e o volume de empréstimos será reduzido após a conclusão dos grandes projectos infra-estruturais em andamento. O governo continuará a tratar da questão dos passivos contingentes originários de empresas públicas. Nos termos da estratégia de redução da pobreza, o governo está empenhado em salvaguardar os gastos prioritários. Para o efeito, as autoridades aplicarão políticas activas em apoio a soluções sustentáveis para o problema do desemprego e à integração das camadas mais vulneráveis à vida económica e social do país. O governo fará grandes investimentos na formação, com foco nas actuais necessidades do mercado laboral e na formação dos jovens. O desenvolvimento das qualificações também será apoiado por investimentos em habitação, saúde, água e saneamento, num esforço multifacetado para melhorar as condições de vida e de trabalho dos cabo-verdianos.

Cabo Verde: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2007-11

	2007	2008	2009	2010	2011
			Estimativas	Projeções	
	(Variação percentual anual)				
Contas nacionais e preços					
PIB real	8,6	6,2	3,6	5,4	5,9
PIB real per capita	7,1	4,7	0,7	3,4	2,9
Deflador do PIB	1,4	2,5	4,2	3,7	3,2
Índice de Preços no Consumidor (fim do período)	3,4	6,7	-0,4	3,4	3,0
Sector externo					
Exportações de bens e serviços	4,5	16,2	-13,2	6,8	12,4
<i>das quais: turismo</i>	23,0	7,9	-16,2	3,9	11,8
Importações de bens e serviços	17,8	6,3	-7,5	19,9	5,8
Exportações de bens e serviços - volume	13,3	4,8	-10,1	2,4	7,3
Importações de bens e serviços - volume	18,2	2,7	-4,1	23,7	0,2
Taxa de câmbio efectiva real (média anual)	2,6	4,3	0,4
Finanças públicas					
Receitas totais (excluindo donativos)	17,0	10,8	-9,4	6,6	11,4
Despesas totais	-0,7	13,1	9,3	34,4	-1,1
Despesas correntes	-0,4	3,0	9,1	7,9	10,8
Despesas de investimento	-1,4	32,9	9,6	74,0	-12,2
Moeda e crédito					
Activos externos líquidos	23,0	-6,4	-5,4	9,2	12,2
Activos internos líquidos	5,6	14,4	7,0	7,5	10,0
<i>dos quais: crédito líquido ao governo central</i>	-61,6	31,4	-6,6	40,0	16,5
<i>crédito à economia</i>	25,5	24,9	11,5	10,8	12,1
Massa monetária (M2)	10,8	7,6	3,5	8,0	10,6
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)					
Balança poupança-investimento					
Formação bruta de capital	46,4	46,6	39,4	49,6	46,1
Público	11,4	13,9	14,1	22,6	18,3
Privado	35,0	32,6	25,3	27,0	27,8
Poupança nacional bruta	32,3	33,8	29,6	31,5	29,3
Pública	11,1	14,3	11,3	8,8	6,8
Privada	21,2	19,5	18,4	22,7	22,5
Conta corrente externa (incl. transferências oficiais correntes)	-14,7	-12,8	-9,8	-18,1	-16,8
Balança de pagamentos global	6,6	1,7	-1,0	1,9	1,8
Finanças públicas					
Receitas internas totais	27,6	28,1	23,6	23,1	23,6
Donativos externos totais	5,2	5,5	5,4	7,1	5,0
Despesas totais	33,6	34,9	35,3	43,6	39,6
Saldo global antes dos donativos	-6,0	-6,8	-11,8	-20,5	-16,0
Saldo global (incluindo donativos)	-0,8	-1,3	-6,3	-13,5	-11,0
Saldo primário básico ¹	6,1	5,8	1,2	1,8	0,4
Financiamento externo (líquido)	2,2	3,0	5,0	11,8	9,3
Financiamento interno (líquido)	-0,8	-1,0	0,8	1,6	1,7
Dívida pública					
Total da dívida pública nominal ²	68,0	65,0	63,9	80,9	86,7
Dívida pública externa ³	46,5	47,3	47,3	63,0	67,6
Dívida pública interna, líquida dos depósitos	21,5	17,7	16,5	18,0	19,1
Conta corrente externa (milhões de euros, incl. transf. oficiais)	-143,1	-135,0	-111,8	-225,5	-227,9
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim do período)	259,5	280,0	275,3	298,4	322,8
Reservas internacionais brutas/base monetária	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Reservas internacionais brutas (meses de importações correntes de bens e serviços)	4,1	4,2	4,4	4,0	4,1
<i>Por memória:</i>					
PIB nominal (mil milhões de escudos)	107,3	116,7	126,0	137,2	149,2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

¹ Excluindo os donativos, pagamentos de juros e investimentos financiados com recursos externos.

² Líquido dos depósitos do governo central; incluindo o stock comprovado de atrasados internos e

³ Excluindo os créditos sobre o Trust Fund offshore.

Pronunciamento do Sr. Laurean Rutayisire, Administrador para Cabo Verde 22 de Novembro de 2010

O Instrumento de Apoio à Política Económica de 2006-10 (PSI) prestou-se bem a Cabo Verde, nomeadamente por desempenhar um importante papel catalisador no apoio à agenda de políticas e reformas das autoridades e aos esforços de melhoria do acesso do país ao mercado. Conforme observado no relatório do corpo técnico, o desempenho no âmbito do PSI foi robusto, o que abriu caminho para o aumento da estabilidade macroeconómica e financeira, o crescimento económico sustentado e uma redução considerável da pobreza. Apesar de estas conquistas reflectirem principalmente o forte compromisso das autoridades com a boa governação económica, elas também se tornaram possíveis pela valiosa assessoria política e assistência técnica fornecidas pelo Fundo.

As autoridades solicitam um PSI de 15 meses para consolidar estas conquistas. O programa apoiado pelo PSI proposto está voltado para a sustentação da estabilidade macroeconómica, o fortalecimento da gestão das finanças públicas e da dívida, a prestação de apoio suficiente à paridade cambial e a garantia da estabilidade e do desenvolvimento contínuos do sector financeiro. Para alcançar estes objectivos, as autoridades continuarão a avançar na contenção da dívida interna e no reforço da gestão da dívida, mantendo um nível confortável de reservas de divisas e implementando políticas macroeconómicas prudentes. O forte desempenho de Cabo Verde no âmbito do último acordo PSI é bastante auspicioso para a implementação do programa económico apoiado pelo PSI proposto. Simultaneamente, os fundamentos macroeconómicos do país cumprem os requisitos do PSI, conforme observado no relatório do corpo técnico. Em especial, o défice orçamental do país deverá decrescer firmemente após o aumento significativo dos últimos anos, aproveitando o momento oportuno para financiar projectos de infra-estrutura altamente rentáveis com recursos concessionais.

Políticas e Agenda de Reformas após 2010

As políticas macroeconómicas sólidas desempenharam um papel crucial na atenuação do impacto da crise mundial. Durante a crise, a prudente gestão económica das autoridades foi recompensada ao dar margem para as tão necessárias políticas anticíclicas e despesas a favor dos pobres. Daqui em diante, as autoridades preservarão a implementação da agenda de políticas e reformas destinada a cumprir os objectivos das políticas apoiadas pelo PSI.

Política Orçamental e Reformas

As autoridades estão empenhadas na manutenção de uma gestão orçamental prudente, sobretudo através de um controlo mais rigoroso da despesa. Daqui em diante, a situação orçamental deverá melhorar consideravelmente à medida que a rápida implementação do actual programa de investimento público é desacelerada. A este respeito, a previsão é que o défice orçamental global caia para cerca de 5 pontos percentuais do PIB nos próximos dois

anos. Simultaneamente, a protecção à despesa prioritária continuará a ter atenção especial, sobretudo a favor dos segmentos mais pobres da população, já que uma ampla gama de iniciativas a favor dos pobres está a ser implementada, tais como a reforma da segurança social, programas formação e investimentos em sectores sociais.

Foram alcançados progressos significativos no cumprimento da agenda de reforma orçamental. Em 2011, as autoridades continuarão a aderir à prática consagrada de realizar uma revisão orçamental no meio do ano. Como parte da agenda de reforma fiscal, os anteprojectos de lei do IUR-PC e IUR-PS serão submetidos à Assembleia Nacional até ao final do primeiro semestre de 2011.

A agenda de reformas das autoridades também inclui a reforma das empresas públicas com vista a conter os riscos orçamentais decorrentes das suas operações. Uma das principais medidas tomadas para permitir uma reestruturação bem-sucedida das empresas públicas foi a recente promulgação da Lei das Empresas Públicas, dos Gestores Públicos e da Boa Governança Societária, que melhorou o quadro regulamentar da gestão das empresas públicas. Para além disso, o plano de reestruturação da empresa de electricidade Electra já foi iniciado e deverá ajudar a conter os custos operacionais e a promover a participação do sector privado. No último exercício, a companhia aérea TACV registou uma acentuada melhoria na sua receita e recentemente liquidou os seus atrasados a fornecedores privados. Com vista a assegurar o aumento da transparência e da responsabilidade fiscal, será preparado um relatório que resume os passivos contingentes gerados pelas empresas públicas e as suas dívidas cruzadas.

Gestão da Dívida

Daqui em diante, a gestão da dívida será orientada à redução do rácio dívida/PIB. A dívida interna deve permanecer abaixo dos 20 por cento do PIB, o que serve de apoio à paridade cambial ao ajudar a manter as reservas internacionais em níveis confortáveis. As autoridades pretendem desenvolver uma estratégia de dívida de médio prazo (EDMP) que será apresentada ao Conselho de Ministros em Junho de 2011. A EDMP deverá dar um contributo importante para a gestão da dívida pública, especialmente porque se prevê o aumento da contracção de empréstimos em condições não concessionais em face do declínio esperado da disponibilidade de recursos concessionais em consequência da saída de Cabo Verde da categoria dos países menos avançados.

Tal como já foi dito anteriormente, as autoridades estão a aproveitar a temporária disponibilidade de recursos concessionais para concluir os grandes projectos de infra-estrutura em andamento. Apesar de se preverem pressões sobre os rácios da dívida em virtude da construção destes projectos, a sua elevada rentabilidade, demonstrada em estudos realizados com a ajuda de parceiros do país, deve reforçar a sustentabilidade da dívida no

médio prazo. De salientar que com a conclusão do actual PIP, as despesas de investimento financiadas por empréstimos externos deverão diminuir expressivamente.

Política Monetária e Reforma do Sector Financeiro

A política monetária continuará a ser conduzida pelo Banco Cabo Verde (BCV) de modo a apoiar o sistema cambial e a estabilizar a economia no contexto de uma conta de capital altamente aberta. A sua condução beneficiará do declarado compromisso das autoridades de melhorar a coordenação da política fiscal e monetária. A este respeito, as autoridades fiscais e monetárias planeiam assinar, até ao fim deste ano, um acordo segundo o qual o BCV tornará os títulos do tesouro o principal instrumento para operações monetárias. As autoridades também pretendem tomar as medidas necessárias para desenvolver o mercado de títulos públicos, sobretudo através da emissão de títulos do tesouro e do recurso a leilões e à informática para facilitar estas transacções.

A preservação da estabilidade financeira continuará a ser uma das prioridades da agenda das autoridades. Neste aspecto, o BCV trabalhará no sentido do fortalecimento do seu quadro regulamentar e de supervisão. A partir de 2011, está prevista a emissão regular de um relatório de estabilidade financeira. Ao mesmo tempo, continuará a monitorizar de perto a solidez dos indicadores de acordo com a prática consagrada. Daqui em diante, a estabilidade financeira também beneficiará da planeada harmonização de regras prudenciais entre actividades bancárias internas e *offshore*. O projecto legislativo que será preparado para este efeito está programado para ser apresentado ao parlamento até ao final de Junho de 2011. Entretanto, o Ministro das Finanças e o governador do BCV pretendem assinar um MdE que permitirá que quadros do ministério das finanças integrem o comité permanente de estabilidade financeira do BCV. Espera-se que este MdE defina formalmente mecanismos de gestão de crises e partilha de informações a implantar pelas duas instituições sempre que adequado para lidar com uma situação de crise de uma forma eficaz e colaborativa.

Tendo em conta o contínuo forte programa de desempenho económico de Cabo Verde, recomendamos que os Administradores aprovelem o pedido das autoridades de implantação de um novo acordo PSI.